

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Gustavo Zuquette Pereira

**Entre práticas e controle: o Círculo Operário e os trabalhadores de Uberlândia
(1942-1960)**

UBERLANDIA - MG
2014

GUSTAVO ZUQUETTO PEREIRA

**Entre práticas e controle: o Círculo Operário e os trabalhadores de Uberlândia
(1942-1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, pela linha “Trabalho e Movimentos Sociais”, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro

UBERLÂNDIA – MG
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

P436e Pereira, Gustavo Zuquetto, 1987-
2014 Entre práticas e controle : o Círculo Operário e os trabalhadores de
Uberlândia (1942-1960) / Gustavo Zuquetto Pereira. -- 2014.
113 f. : il.

Orientador: Deivy Ferreira Carneiro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3. Uberlândia (MG) -
História - Teses. 4. Trabalhadores - Uberlândia (MG) - Teses. 5. Controle
social - Uberlândia (MG) - Teses. I. Carneiro, Deivy Ferreira. II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
História. III. Título.

CDU: 930

Entre práticas e controle: o Círculo Operário e os trabalhadores de Uberlândia (1942-1960)

Dissertação aprovada para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 25 de fevereiro de 2014.

Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro – Orientador
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Prof. Dr. André Rosenberg
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Essa dissertação é dedicada à Maria Lira Zuquette.

Agradecimentos

Essa dissertação é fruto de uma extensa pesquisa e esforço intelectual. Ainda que se trate de uma produção individual, esse trabalho também é resultado do apoio e estímulo de outras pessoas seja do ponto de vista acadêmico ou o incentivo de seguir em frente.

Agradeço ao Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro por todo apoio durante o mestrado, pelas discussões, e pela competente leitura e revisão do texto, e por me ajudar a tornar possível a realização deste trabalho.

Agradeço, também, ao Prof.Dr. Paulo Roberto de Almeida, pelo incentivo a pesquisa, pelo auxílio no decorrer do trabalho, pelos apontamentos, e principalmente pelo respeito que sempre lidou com nosso projeto.

Estendo os agradecimentos ao Prof. Dr. André Rosemberg, pelo pronto aceite em participar da defesa; Ao Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar e ao Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes pelas sugestões que deram suporte ao desenvolvimento desse trabalho.

Ao meu amigo Prof. Ms. Anderson Rodrigues Neves pelas discussões e atenta leitura do trabalho.

À minha amiga Camilla Soueneta Nascimento Nganga pela competente revisão do trabalho.

Aos meus amigos da Universidade Federal de Uberlândia. Agradeço à minha família pelo apoio incondicional, minha mãe e meu irmão. Obrigado.

Agradeço também a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo amparo financeiro que deu suporte ao desenvolvimento desse trabalho.

Enfim, registro meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para realização desse trabalho. Obrigado.

Resumo

Esse trabalho consiste em uma discussão sobre a atuação do Círculo Operário Católico de Uberlândia entre os anos 1942 e 1960. Buscamos problematizar as relações entre os trabalhadores e o empresariado local a fim de compreender a dinâmica social desses grupos e a política de controle dos trabalhadores por meio do Círculo.

Palavras chave:

História - Círculo Operário - Uberlândia - Assistencialismo Anticomunismo - Justiça Social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 - Padre Leopoldo Brentano	28
Quadro 1 - Movimentos grevistas ocorridos em Uberlândia 1930/60	70
Fotografia 2 - Curso de formação de lideranças operárias na sede do Circulo em 19 de dezembro de 1976	82
Fotografia 3 - Distintivo do bancário Caio Lima Santa Cicília, ex-presidente do Círculo Operário de Uberlândia.....	86
Fotografia 4 – Casa do Operário.....	87
Fotografia 5 - Passeata de comemoração do Dia do Trabalho em 1º de maio de 1946.....	89
Fotografia 6 - Guia para consulta médica com desconto dos membros do círculo	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - A Evolução dos Núcleos Circulistas	32
Tabela 2 - Crescimento demográfico uberlandense na década de 1940	55
Tabela 3 - Crescimento demográfico uberlandense na década de 1950	57
Tabela 4 - Balanço de Correspondências do Círculo Operário de Uberlândia.....	79

SUMÁRIO

Introdução	11
CAPÍTULO I - A crise do mundo moderno e o projeto político-ideológico da Igreja.....	15
1.1. A Igreja e as revoluções sociais dos séculos XIX e XX	16
1.2. O projeto político-ideológico da Igreja no Brasil	24
1.3. O Movimento Circulista	28
1.4. O movimento operário durante a Primeira República	34
1.5. Os sindicatos durante o governo Vargas (1930-1934).....	37
1.6. O sindicalismo durante o período democrático (1945-1964)	39
1.7. A política social e a classe dirigente	41
1.8. Trabalhismo: a ideologia do controle social	43
1.9. A inspiração cristã da legislação trabalhista brasileira	45
1.10. A concórdia de classes	48
2. CAPÍTULO II - “Cidade Jardim”: um espaço de disputa.....	50
2.1. Apontamentos históricos sobre o município de Uberlândia	51
2.2. O progresso Uberlandense	54
2.3. Ideologias do mal: o comunismo em Uberlândia	59
2.4. Um espaço de disputa	65
3. CAPÍTULO III - O Círculo Operário de Uberlândia e a concórdia entre classes.....	73
3.1. Uma entidade para o trabalhador uberlandense	74
3.2. A imprensa conservadora uberlandense e o Círculo Operário.....	96
Considerações Finais	101
Referências	104

Introdução

O objetivo principal deste trabalho é construir uma reflexão acerca da atuação do Círculo Operário Católico no município de Uberlândia entre os anos 1942 e 1960, compreendendo a intervenção desta entidade como mediadora entre os trabalhadores, o Estado e o empresariado uberlandense.

As inquietações que resultaram neste trabalho iniciaram-se em 2009, com a construção do dossiê de tombamento da Casa do Operário, sede do Círculo Operário Católico de Uberlândia localizado na Rua Bernardo Guimarães, nº 344 no Bairro Fundinho. Ao se tornar patrimônio histórico de Uberlândia, não se preservou apenas a edificação que sediou diversas atividades dos trabalhadores, mas cristalizou-se um tipo de memória, como esta pesquisa pretende demonstrar, de grande relevância para o controle da ordem na sociedade uberlandense, sobretudo no período citado.

Após o contato com a documentação, escrevemos uma monografia de conclusão de curso buscando discutir o papel do Círculo no combate ao movimento comunista em Uberlândia. Tal horizonte foi motivado por dois fatores: o primeiro deles é que o movimento dos Círculos Operários é retratado na historiografia como um instrumento utilizado pela Igreja Católica para atuar no movimento operário buscando promover a justiça social exposta ao mundo por meio da Encíclica *Rerum Novarum* do papa Leão XIII. Este documento traz críticas aos efeitos do capitalismo liberal e das relações injustas estabelecidas entre patrões e empregados. No entanto, o principal ponto de inflexão deste documento é o combate ao crescente movimento comunista com base em valores materialistas cuja forma de ação visava a luta de classe e a extinção da propriedade privada dos meios de produção.

A partir da necessidade de amparo social dos trabalhadores e da necessidade de se combater este inimigo ideológico, a Igreja manifestou-se por meio dos Círculos Operários buscando educar e disciplinar os trabalhadores na defesa da propriedade privada e da concórdia entre classes por meio da construção de um Estado corporificado e com relações harmônicas.

O segundo fator diz respeito à concepção vinculada a Uberlândia como cidade ordeira e progressista, na qual o florescimento de ideias deturpadoras da ordem não teria espaço para prosperarem. O que embasou esta percepção foi, sobretudo, a leitura de artigos de jornal que exaltavam essa faceta do município, além de alguns trabalhos que tinham como proposta a construção dessa perspectiva conservadora sobre o município de Uberlândia.

No entanto, o andamento da pesquisa do mestrado e as leituras acumuladas ao longo do curso nos levaram a novas inquietações, a ponto de questionarmos a ideia de uma Uberlândia

“ordeira e progressista”, bem como a suposta ausência da atuação dos trabalhadores na luta pelo exercício de direitos e a conquista de espaço. Nesse sentido, procuramos compreender a necessidade de se instalar no município uma entidade de caráter conservador como o Círculo Operário e entender como essa instituição interagiu com os diversos atores sociais.

Em consonância com tais postulados, partindo das motivações supracitadas, organizamos a dissertação em três capítulos e da seguinte maneira: O primeiro capítulo está dividido em duas partes, a primeira correspondendo à contextualização das transformações geradas pelo capitalismo, sobretudo suas crises e efeitos sofridos pelo operariado. Este passo foi necessário para situar o leitor sobre os efeitos das revoluções sociais do século XIX, bem como seus desdobramentos como a Revolução Socialista ocorrida na Rússia em 1917, consolidando a materialização de uma alternativa para o capitalismo. Outro desdobramento do referido capítulo é a forma como a Igreja Católica posicionou-se perante as transformações sociais ocorridas ao longo do século XIX e dos perigos do avanço comunista no século XIX. Para melhor divulgação desses ideais foram utilizadas diversas encíclicas papais onde os pontífices esclareciam as ações a serem desenvolvidas ou os resultados almejados para contornar a crise que assolava o Ocidente.

Em vias conclusivas, dissertamos sobre o projeto desempenhado pela Igreja no Brasil entendendo que a principal entidade católica a atuar no meio operário dos anos 1930 até a década de 1960 tenham sido os Círculos Operários. Nesse sentido, reconstruímos os principais aspectos que caracterizam o movimento circulista: a defesa da justiça social, da propriedade privada, da concórdia entre as classes, do assistencialismo e da doutrinação dos trabalhadores. Outro ponto importante é a forma como essa entidade organizou-se para estender sua atuação a todo território nacional.

A segunda etapa diz respeito à formação do movimento operário brasileiro desde a República Velha até 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas. Nessa etapa serão discutidas as intervenções do Estado na questão operária com ênfase ao *trabalhismo* de Vargas e suas bases ideológicas. Trata-se de uma discussão sobre a forma totalitária como o Estado interveio junto às representações dos trabalhadores buscando efetivamente controlar associações e sindicatos de classe, bem como a influência da Doutrina Social da Igreja Católica na formulação das leis trabalhistas e na idealização de um estado corporificado que se tornou lema durante o Estado Novo. Ainda que o regime Varguista tenha tido a colaboração de diversos ideólogos católicos como Oliveira Viana e Alceu Moroso Lima, e a atuação de ministros do trabalho como Waldemar Falcão, a conjuntura política não permitiu à Igreja a criação de partidos ou sindicatos de orientação católica. Nesse sentido, fez-se necessário uma estratégia de atuação que conciliasse ao mesmo tempo o projeto político, os interesses da burguesia nacional e a defesa dos trabalhadores.

O segundo capítulo desmitifica a ideologia vinculada pela imprensa e pela elite de que Uberlândia era uma cidade ordeira. Fizemos isso a partir de apontamentos que indicam intensos conflitos entre o empresariado e os trabalhadores. Para tanto, trazemos à tona os principais elementos que favoreceram o progresso econômico do município e o constante aumento do número de trabalhadores que se concentraram na região.

A industrialização uberlandense decorreu especialmente da necessidade de processamento de gêneros agrícolas. Outro setor que se desenvolveu notavelmente foi o de transporte para a distribuição de mercadorias. Isso explica a malha ferroviária e rodoviária que nutre a cidade que ocupa posição geográfica estratégica para essa atividade na região do Triângulo Mineiro.

No entanto, as condições enfrentadas pelos trabalhadores estavam longe de serem aquelas vinculadas pela imprensa e cristalizadas na *história oficial* da cidade. A maioria dos operários era submetida a um alto nível de exploração, com baixos salários, jornadas de trabalho abusivas e execução de suas atividades laborais em locais insalubres. Não obstante, a qualidade de vida dos operários era muito baixa com pouco acesso à habitação de qualidade, educação, saúde e lazer e, somado a isso, observamos também a atuação de militantes comunistas da cidade.

A combinação destes fatores fez com que eclodissem diversas greves e protestos que prejudicaram a atividade econômica da cidade, sobretudo o setor de serviços com a paralisação do setor de transporte ou produção e beneficiamento de alimentos. Nesse sentido, a burguesia local empreendeu diversos esforços para controlar as ações dos trabalhadores, como por exemplo, por meio da repressão às greves, a coerção moral da imprensa e pelo esforço de educar os operários através da oferta de capacitação na Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti.

No entanto, nossa pesquisa indica que a instituição que melhor representou o papel de intermediador entre patrões e empregados foi o Círculo Operário local, que, com amplo apoio do poder público e das elites locais, conseguiu atuar amplamente entre os operários garantindo-lhes o acesso a benefícios que originalmente deveriam ser garantidos pelo Estado. Atuaram também atenuando os conflitos que incomodavam o empresariado.

Por fim, o terceiro capítulo trata da atuação do Círculo Operário em Uberlândia enfatizando as relações que essa entidade desempenhou com diversos atores sociais, entre eles: os trabalhadores, o poder público e a burguesia uberlandense. Mapear as práticas estimuladas pelo Círculo nos permitiu compreender melhor a dinâmica social da época, tornando-a mais complexa por meio da discussão de outros elementos.

Nota-se, ainda, que a entidade aumentou gradativamente o número de sócios com o passar do tempo e ganhou a confiança de patrões e empregados, passando a atuar como formadora dos

quadros dirigentes das entidades classistas de Uberlândia. Também merecem destaque a intensa política assistencialista e os atos públicos organizados pelo Círculo como a comemoração de datas cívicas.

Por fim, é importante salientar que passamos por alguns percalços ao longo desta pesquisa. Boa parte do acervo documental do Círculo Operário encontra-se em péssimo estado de conservação, o que limitou bastante nossas análises. Outra dificuldade são as lacunas deixadas pelos documentos que nos impediram, por vezes, de compor quadros quantitativos, por exemplo, a evolução ano a ano do número de filiados e o ofício de cada trabalhador. Os livros de ata da entidade também deixam muitas lacunas, bem como os registros de correspondência, fato que dificultou a problematização das práticas cotidianas dos circulistas.

As principais fontes documentais utilizadas no trabalho residem nos jornais *Correio de Uberlândia*, *O Repórter*, *A Voz do Triângulo* e *O Estado de Goiás*. Além destes, foram utilizados documentos do Acervo do Círculo Operário como os registros de correspondências recebida e enviada, livros de ata e de matrícula. Foi ainda realizada uma entrevista com um ex-presidente do Círculo. Além disso, as encíclicas papais destinadas à questão operária, sobretudo a *Rerum Novarum*, são base para muitos apontamentos desenvolvidos. Cabe-nos mencionar – cada qual com sua perspectiva teórica e metodológica – a dissertação do Professor Dr. Paulo Roberto de Almeida, intitulada *Círculos Operários Católicos: Práticas de Assistência e de Controle no Brasil – 1392-1945*, defendida em 1992 na PUC-SP, e os trabalhos que tratam do movimento operário em Uberlândia, como a dissertação de Maria de Fátima Ramos de Almeida, “*Uberlândia Operária*”: Uma Abordagem sobre as relações sociais em Uberlândia – 1950 – 1964, defendida em 1992 na Universidade Estadual de Campinas, e a dissertação de Fernando Sérgio Damasceno, *Condições de vida e participação política de trabalhadores em Uberlândia nos anos de 1950/60*, defendida em 2003 na Universidade Federal de Uberlândia. Além destas, figuram outros autores como Ângela de Castro Gomes, Adalberto Paranhos, Astor Antônio Diehel, dentre outros, que nos inspiraram no que se refere à temática e ao ponto de vista teórico.

Em linhas conclusivas, as discussões trazidas à tona no decorrer deste trabalho apresentam uma nova perspectiva no que tange ao movimento operário uberlandense, haja vista que o trato das fontes permitiu-nos lançar um olhar com novos problemas sobre esta temática.

CAPÍTULO I - A crise do mundo moderno e o projeto político-ideológico da Igreja

1.1. A Igreja e as revoluções sociais dos séculos XIX e XX

As revoluções do século XVIII e XIX causaram profundas mudanças na estrutura da sociedade ocidental no que tange a aspectos morais, sociais e políticos. As severas transformações trazidas pela Revolução Industrial constituíram um cenário de intensa desigualdade social e de tensões entre a massa do nascente operariado e a diminuta, porém poderosa, burguesia.

Desde então, a Igreja Católica passou a se dirigir de maneira mais enfática nos assuntos referentes à soberania política das nações e ao caráter cristão da composição do Estado. No entanto, o que nos chama atenção neste trabalho é a ação católica no combate às mazelas sofridas pelos trabalhadores devido à desumanização das relações sociais, bem como as precárias condições de trabalho às quais a maioria dos operários se sujeitava, além da falta de amparo institucional que os protegesse.

Destarte, a Igreja Católica se manifestaria sobre a questão operária em 1891, por meio da encíclica *Rerum Novarum* “Das Coisas Novas”, do papa Leão XIII. Além de ressaltar os problemas das ideologias político-econômicas predominantes no período, a encíclica propõe medidas que visam amenizar os efeitos causados pela desigualdade social, tomando os operários como sendo os mais prejudicados desse processo. Logo de início, o pontífice alerta para os pontos citados:

O século passado destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas, que eram para eles uma proteção; os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada. A usura voraz veio agravar ainda mais o mal. Condenada muitas vezes pelo julgamento da Igreja, não tem deixado de ser praticada sob outra forma por homens ávidos de ganância, e de insaciável ambição. A tudo isto deve acrescentar-se o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito, que se tornaram o quinhão dum pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem assim um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários.

Todavia, os excessos estimulados pelo liberalismo econômico e a falta de amparo sofrido pelo operariado não constituíam o único obstáculo a ser combatido pela Igreja. Havia, também, um inimigo ideológico que estendia cada vez mais sua influência no meio operário: o Comunismo.

Em 1848, por intermédio de Karl Marx e Friedrich Engels, foi publicado o Manifesto do Partido Comunista, obra que, como título sugere, trazia a tona as principais pautas do movimento. De caráter determinista, essa ideologia foi apresentada aos trabalhadores com a proposta da *luta de*

classes, veículo que permitiria a supressão (de forma violenta) das desigualdades sociais¹. Essa concepção contrasta, dentre outros aspectos, com os valores corporativistas defendidos pela Igreja Católica. Também por isso essa instituição se apresentou como um grande empecilho para o avanço das propostas comunistas, não obstante, o cristianismo, sobretudo a Igreja Católica, passou a integrar a gama de instituições a ser destruída durante o processo revolucionário.

A Igreja Católica foi a instituição não estatal que mais combateu o comunismo e suas demais vertentes no decorrer do século XX². Para a Igreja Católica tratava-se de mais uma provação como outras ocorridas em sua história. O passado da Igreja Católica seria a prova de que seus inimigos foram derrotados pela divina providência.

Contra a Igreja, no decurso dos séculos, se levantaram a Sinagoga, o Império Romano, o Arianismo, os Bárbaros, a Renascença, a Reforma Protestante e a revolução Francesa; todos esses inimigos foram vencidos, também o será o inimigo da undécima hora – o Comunismo Ateu. Aguardemos o soar da hora marcada pela Providência.³

As sucessivas crises econômicas do sistema capitalista e a exploração que os operários eram submetidos estimularam a insurgência de novas interpretações sociais que visavam sanar os problemas enfrentados pelos trabalhadores. Dentre as mais influentes, como socialismo, comunismo e anarquismo, foram preconizadas medidas como greves, boicotes e atentados violentos. Tais ações eram encaradas tanto pelas elites quanto pelos ideólogos da Igreja como nocivas ao bom funcionamento da sociedade, e consideradas perigosas.

Diante deste quadro, a Igreja Católica buscou aproximar-se dos trabalhadores, propondo, sobretudo, a luta por direitos sem o comprometimento da harmonia social. Em outras palavras, reconheciam-se, por parte da Igreja, os abusos dos patrões e o desamparo sofrido pelos trabalhadores; a luta deveria ser canalizada para se garantir a justiça social e a coexistência pacífica entre as duas classes, e não o conflito. Para isso, era necessário “proteger” os trabalhadores da solução comunista.

Os *Socialistas*, (...) instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para - os Municípios ou para o Estado. Mediante esta transladação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das

¹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Osvaldo Coggiolla (org). Ed. Boitempo. 2007.

² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”*: O Anticomunismo no Brasil (1917 – 1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002

³ Padre J. Cabral, A Igreja e o Marxismo, Apud. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”*: O Anticomunismo no Brasil (1917 – 1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002, p. 18.

comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Pelo contrário, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social.⁴

A Igreja já havia iniciado sua difusão doutrinária anticomunista em meados do século XIX por meio de cartas dirigidas a bispos e cardeais a fim de orientarem os fieis sobre esse mal. A primeira encíclica a condenar o comunismo foi a *Quod Apostolici Muneris*, editada pelo Papa Leão XIII em 1878. Nesse momento a definição do inimigo ainda não é muito precisa:

Vós compreendereis facilmente que Nos referimos a essa seita de homens que, debaixo de nomes diversos e quase bárbaros, se chamam socialistas, comunistas ou niilistas, e que, espalhados sobre toda a superfície da terra, e estreitamente ligados entre si por um pacto de iniquidade, já não procuram um abrigo nas trevas dos conciliábulos secretos, mas caminham ousadamente à luz do dia, e se esforçam por levar a cabo o desígnio, que têm formado de há muito, de destruir os alicerces da sociedade civil⁵.

A Encíclica também denuncia o atentado que estes revolucionários defendem contra o direito natural da propriedade privada, além da defesa da destruição das lideranças governamentais e da família nuclear. A origem dessa revolta estaria fundamentada, sobretudo, no Racionalismo do século XVII que culminou na constituição de um Estado laico, com os pobres sendo incitados a se rebelarem contra a ordem social.

Os socialistas não cessam, como todos sabemos, de proclamar a igualdade de todos os homens segundo a natureza; afirmam, como consequência, que não se devem honras nem veneração à majestade dos soberanos, nem obediência às leis, a não serem estabelecidos por eles próprios e segundo o seu gosto⁶.

O caminho para a superação desse problema passaria pela retomada dos valores católicos; pelo estímulo do Estado em proteger os trabalhadores, limitando sua jornada de trabalho e exigindo salários justos, eliminando assim o problema das greves, e pelo estímulo ao associativismo por parte dos operários:

Princípios e sentimentos religiosos desapareceram das leis e instituições públicas e assim, a pouco e pouco, os trabalhadores, isolados e indefesos, viram-se, com o correr dos anos, a mercê de patrões desumanos e entregues à cupidez de uma desenfreada concorrência. (...) A usura voraz veio agravar ainda mais o mal.

⁴ LEÃO XIII. op. cit..

⁵ LEÃO XIII. *Carta Encíclica Quod Apostolici Muneris*. (Sobre o Socialismo e o Comunismo). Disponível em <http://depositop.blogspot.com.br/2011/02/enciclica-quod-apostolici-muneris-leao.html>. Acesso em: Out. 2012.

⁶ Idem.

Condenada muitas vezes pelo julgamento da Igreja, não tem deixado de ser praticada sob outra forma por homens ávidos de ganância, e de insaciável ambição ⁷.

Outra diretriz apontada na encíclica é a defesa da propriedade privada, considerada um direito natural inalienável. A defesa da propriedade privada é um dos principais contrapontos do documento em relação ao comunismo, segundo o pontifice, a anulação desse direito natural do homem viciaria as funções do Estado e subverteria a população.

É um dever principalíssimo dos governos o assegurar a propriedade particular por meio de leis sábias. Hoje especialmente, no meio de tamanho ardor de cobiças desenfreadas, é preciso que o povo se conserve no seu dever; porque, se a justiça lhe concede o direito de empregar os meios de melhorar a sua sorte, nem a justiça nem o bem público consentem que danifiquem alguém na sua fazenda nem que se invadam os direitos alheios sob pretexto de não que igualdade. Por certo que a maior parte dos operários quereriam melhorar de condição por meios honestos sem prejudicar a ninguém; todavia, não poucos há que, embebidos de máximas falsas e desejosos de novidade, procuram a todo o custo excitar e impelir os outros a violências. Intervenha portanto a autoridade do Estado, e, reprimindo os agitadores, preserve os bons operários do perigo da sedução e os legítimos patrões de serem despojados do que é seu (...)esta conversão da propriedade particular em propriedade colectiva, tão preconizada pelo socialismo, não teria outro efeito senão tornar a situação dos operários mais precária, retirando-lhes a livre disposição do seu salário e roubando-lhes, por isso mesmo, toda a esperança e toda a possibilidade de engrandecerem o seu património e melhorarem a sua situação⁸

Percebe-se assim que para a Igreja era necessário proteger os trabalhadores de uma ideologia que não se restringia a uma reforma social ou econômica, visto que a filosofia comunista traz em seu seio novos pressupostos morais, que negam a existência de Deus e propõe a luta de classes contrariando a hierarquia e a ordem divina. Isso levaria a destruição de valores caros ao catolicismo, como o amor e a caridade. Para proteger o elo mais frágil da corrente, a Igreja estimulou iniciativas associativas:

Urgia criar ou fortalecer as corporações de trabalhadores, que seriam um instrumento importante para barrar a ação dos socialistas. O Papa exorta os operários católicos a se organizarem em corporações cristãs, de modo a enfraquecer o “partido” chefiado por forças ocultas devotadas ao fim do cristianismo. O despertar da hierarquia católica para o problema social e a consequente proposição de programas visando à “justiça social” decorreu fundamentalmente, embora não exclusivamente, da percepção de que os comunistas ameaçavam a cidadela católica ⁹.

⁷ IGREJA CATÓLICA. Papa (1878 – 1903) Leão XIII. “*Das Coisas Novas*”: Sobre a condição dos operários. O texto integral está disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html. Acesso em: jun. 2012.

⁸ Idem.

⁹ Ibidem, p. 20.

As perseguições sofridas pelos contrarrevolucionários religiosos na Rússia bolchevique e a disseminação do ateísmo no país e, mais tarde, a Guerra Civil Espanhola, ocorrida em um país católico que vivenciou intensa perseguição anticlerical e teve suas Igrejas e objetos profanados, levaram a Igreja Católica a combater o comunismo de forma mais intensa¹⁰. A partir de então, o mundo católico empenhou-se em denunciar os crimes comunistas ocorridos pelo mundo. É importante salientar que no Brasil esse processo foi incentivado pelo levante comunista de 1935.

Em 1931, quarenta anos após a publicação da *Rerum Novarum*, o Papa Pio XI publicou a Encíclica *Quadragesimo Anno*, evidenciando, novamente, os conflitos sociais e apresentava, ainda, a proposta de que a sociedade deveria organizar-se de forma harmônica, portanto, sem conflito entre as classes sociais. Sobre a ideologia inimiga que busca o conflito entre as classes sociais, o documento faz a seguinte consideração:

Uma das facções seguiu uma evolução paralela à da economia capitalista, que antes descrevemos, e precipitou no comunismo, que ensina duas coisas e as procura realizar, não oculta, ou solapadamente, mas à luz do dia, francamente e por todos os meios ainda mais violentos, guerras de classes sem tréguas nem quartel e completa destruição da propriedade particular. Na perseguição destes objetos a tudo se atreve, nada respeita; uma vez no poder, é incrível e espantosa quão bárbaro e desumano se mostra. Aí estão a atestá-lo as mortandades e ruínas de que alastrou vastíssimas regiões da Europa Oriental e da Ásia; e então o ódio declarado contra a Santa Igreja e contra o mesmo Deus demasiado o prova essas monstruosidades sacrílegas bem conhecidas de todo o mundo¹¹.

Dada a devida observância às assertivas presentes no documento, torna-se notório que, a partir do conteúdo das Encíclicas, o objetivo do movimento estava em instigar o corporativismo sócioeconômico aliando os interesses de patrões e empregados. A Doutrina Social da Igreja exalta a diversidade social, colocando essa realidade como algo natural e inerente a humanidade. A vida social requer uma pluralidade social, uma vez instituída uma sociedade igualitária (referência ao comunismo), a comunidade entraria em colapso.

Nossa tese é de que todo esforço dessa instituição baseava-se em atenuar os excessos promovidos pela burguesia e garantir amparo social para os trabalhadores. Embora as ideias liberais também tenham sido alvo de críticas por parte da Igreja, parece-nos claro que, do ponto de

¹⁰ A responsabilidade sobre os atos antirreligiosos da Guerra Civil Espanhola é alvo de discordância entre alguns autores. Há análises que atribuem esses acontecimentos a convulsões sociais não estando, portanto, atrelados a planos de ação de um partido revolucionário. Há também análises que atribuem responsabilidade aos anarquistas. Vide em: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o "Perigo Vermelho": O Anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002, p. 21.

¹¹ PIO XI (1922 – 1939). *Carta Encíclica Quadragesimo Anno: Sobre a restauração da ordem social*. Juiz de Fora: Editora Lar Católico. 1944. p. 64.

vista católico, a questão da desigualdade social é um aspecto inerente à sociedade. Portanto, mesmo com a formação de um Estado corporativo, diversas práticas liberais seriam reproduzidas, ao contrário do comunismo que deveria ser estirpado a todo custo.

O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os Socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente a desigualdade das condições. Esta desigualdade, por outro lado, reverte em proveito de todos, tanto da sociedade como dos indivíduos; porque a vida social requer um organismo muito variado e funções muito diversas, e o que leva precisamente os homens a partilharem estas funções é, principalmente, a diferença das suas respectivas condições¹².

Destarte, fica claro que as encíclicas orientam os fiéis para que haja um ambiente de concórdia entre as classes, contrapondo-se à tese marxista de que a propriedade privada dos meios de produção deveria ser suprimida e socializada. “O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra; [...] Elas têm necessidade uma da outra; não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital”¹³.

Para manter o clima de paz e harmonia formularam-se as obrigações dos trabalhadores e dos patrões: cabe ao operário cumprir com seu trabalho de forma disciplinada, não fazer reivindicações de forma violenta e evitar pessoas que tenham ideias artificiosas. Aos patrões caberia não escravizar o trabalhador e pagar por seu trabalho uma quantia justa. Vale lembrar, ainda, que o tratamento destinado aos trabalhadores não tinha natureza plenamente subjetiva, havendo pautas concretas como a redução da jornada de trabalho, e, quanto ao salário, deveria ser justo tanto em relação ao trabalho quanto em relação às condições materiais de existência.

Por fim, em março de 1937 o Papa Pio XI publicou a Encíclica *Divinis Redemptoris*. Este documento reintegra as proposições da *Rerum Novarum* defendendo o trabalho corporativo entre os operários.

Os Socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para - os Municípios ou para o Estado. Mediante

¹²IGREJA CATÓLICA. Papa (1878 – 1903) Leão XIII. “*Das Coisas Novas*”: Sobre a condição dos operários. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html. Acesso em: jun. 2012.

¹³ Idem.

esta transladação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Pelo contrário, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social¹⁴.

A partir deste momento a reação católica deixa de ser preventiva e se torna combativa. Nesta encíclica não há mais ambiguidades quanto ao termo comunista, o inimigo a ser abatido é a revolução soviética de 1917, orientada pela filosofia marxista.

Velai, Veneráveis Irmãos, para que se não deixem iludir os fieis. Intrinsecamente mau é o comunismo e não pode admitir, em campo algum, a colaboração recíproca, por parte de quem quer que pretenda salvar a civilização cristã. E si alguém, induzido em erro, cooperasse para a vitória do comunismo em seu país, seria o primeiro a cair como vítima do próprio erro¹⁵.

A ação destruidora do comunismo chegou a ser considerada um desdobramento do Renascimento e da Reforma Protestante, vindo a aniquilar gradativamente a sociedade e o cristianismo. Outras interpretações colocam os maçons como responsáveis por movimentos antirreligiosos. A França revolucionária de 1789 e o vitorioso bolchevismo na Rússia de 1917 culminaram no “diabólico” projeto materialista e internacionalista do comunismo ateu¹⁶.

No Brasil as ações da Igreja se intensificaram com o crescimento eleitoral do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na década de 1940, uma vez que o partido adotou a estratégia de se desvencilhar do esteriótipo ateuista, com o intuito de vencer as resistências do eleitorado católico.

Nos anos 60 surgiram os movimentos da chamada “Esquerda Católica” especialmente entre as várias aglutinações da juventude católica – Juventude Universitária Católica (JUC); Juventude Estudantil Católica (JEC); Juventude Operária Católica (JOC). Estes movimentos lutavam por reformas sociais, mas não combatiam diretamente o comunismo. A atuação desses movimentos foi duramente reprimida principalmente após o golpe militar de 1964.

Do lado conservador, o episcopado brasileiro foi orientado a ler publicações anticomunistas nas missas e esclarecer os fiéis sobre os perigos dessa ideologia. Além da propaganda anticomunista foram criadas entidades para atuarem entre os leigos como a Ação

¹⁴ PIO XI (1922 – 1939). *Carta encíclica Divini Redemptoris*, 1937. Ele retoma pontífices anteriores para expressar seu juízo sobre o tema: “o comunismo é intrinsecamente perverso... e não se pode tolerar colaboração com ele, de quem quiser salvar a civilização.” Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris_po.html. Acesso em: Ago. 2009.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ MOTTA, Rodrigo Patto. op. cit, p. 19.

Católica, as Congregações Marianas, os Irmãos Vicentinos, as Filhas de Maria e em especial, os Círculos Operários.

1.2. O projeto político-ideológico da Igreja no Brasil

De acordo com Roberto Romano¹⁷, o projeto social da Igreja Católica para o Brasil não pode ser apreendido na política imediata, mas como uma tradição alimentada por instituições que produziram sentidos ao longo do tempo e incorporariam comportamentos doutrinários aos desafios anticlericais colocados pelo tempo.

Utilizamos as noções de *tradições*, *instituições* e *formações* em Raymond Williams¹⁸, onde esses aspectos são responsáveis pela formação cultural e social. Nesse sentido, instituições como família, escola, entidades de representação dos trabalhadores e a religião, produziram uma tradição seletiva do passado intencionalmente moldada para o presente, projetando-se como horizonte definidor da cultura e da sociedade.

As diretrizes de atuação no mundo do trabalho por parte da Igreja Católica tem seus principais alicerces na encíclica *Rerum Novarum*, tais como: a defesa de uma carga horária menor e menos penosa para os trabalhadores; a crítica ao trabalho infantil e a defesa de um salário mínimo que permita ao operário ter uma vida material digna. A efetivação dessas ideias pode ser ilustrada, por exemplo, com a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas, cinco décadas mais tarde, em 1943, com aspectos marcadamente influenciados pela Doutrina Social da Igreja.

Outro ponto importante é a defesa da conformidade que o empregado deve ter com a sua posição social, uma vez que é impossível que todos os indivíduos atinjam o mesmo nível de riqueza na sociedade civil. Ou seja, a desigualdade social e econômica deve ser encarada como algo natural. Outra consideração enfática é a função do trabalho, considerado direito e dever fundamental ao homem.

Henri Rollet ao tratar das obrigações do empregado para com o seu empregador adverte-nos que:

O operário deve fornecer integralmente e fielmente todo o trabalho a que comprometeu por contrato livre e conforme a equidade, não deve lesar o seu patrão, nem nos seus bens, nem na sua pessoa; as suas reivindicações devem ser isentas de violências, e nunca revestirem a forma de sedições; deve fugir dos homens perversos que, nos seus discursos artificiosos lhes sugerem esperanças exageradas e lhes fazem grandes promessas, as quais só conduzem a estéreis pesares e à ruína das fortunas¹⁹.

¹⁷ ROMANO, Roberto. Brasil: *Igreja contra Estado (uma crítica ao populismo católico)*. São Paulo: Kairós, 1979.

¹⁸ Williams, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

¹⁹ ROLLET, HENRI. O trabalho, os trabalhadores e a Igreja. 1963. Apud: SANTOS, Carla Xavier dos. *Nossa Senhora de Medianeira Rogai Por Nós: A Relação do estado novo com a igreja católica através dos círculos operários no Rio Grande do Sul (1937-1945)*. Porto Alegre: EDIPURCS, 2008. p.33.

Cabe ao empregador ter uma conduta honrosa o suficiente para preservar a moral cristã e não tirar proveito do trabalhador por má fé ou exploração. É necessário também prover um salário merecido e cabe ao patrão não submeter o empregado a uma rotina inapropriada que lhe exija grande esforço ou prejudique sua saúde, ou que seja inapropriada para o gênero sexual.

Essa foi a lógica defendida pela Igreja para garantir o bem-estar de todos. Caberia ao Estado impedir a desordem social e intervir quando o indivíduo fosse ameaçado ou sofresse privações. No que diz respeito à relação entre o Estado e a Igreja, observa-se que o movimento circulista teve durante os anos 30 até os anos 60 um cenário político propício para o desenvolvimento de suas práticas, possivelmente pela influência católica na legislação trabalhista e pela utilidade destes organismos para o controle de outras tendências do movimento operário. O caráter conservador e corporativista adotado pela Igreja, nesse momento, possuía grande interface com o regime político da época.

O circulismo foi um movimento que superou o regionalismo particular das entidades católicas conseguindo construir uma frente de aglutinação do operário católico para combater as ideologias avessas ao catolicismo e para colaborar com os ideais de harmonia social pregado pelo Estado. Trata-se de um movimento que atingiu um amplo raio de ação por meio de uma interação que não atingia apenas o trabalhador no momento de seu trabalho, mas em muitas outras esferas de sua vida como nas atividades de lazer e confraternização com a família.

De acordo com Oscar Beozzo²⁰, durante o Estado Novo os Círculos Operários multiplicaram seu número de núcleos de trinta para trezentos. Sobre essa conjuntura favorável, Rodrigo Patto Sá Motta afirma que:

Contando com simpatia e auxílio do governo Vargas, que os considerava úteis no combate à penetração comunista nos meios operários, os Círculos Operários experimentaram grande desenvolvimento durante o Estado Novo. Numa fase em que a repressão contra as entidades e militantes operários era muito intensa, os ativistas cristãos não só eram poupados pela polícia, o que já constituiria uma vantagem considerável, mas recebiam o beneplácito das autoridades públicas (...) Extinta a ditadura *getulista* o movimento perdeu parte de sua força, apesar de continuar existindo sob nova denominação, Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos. Alguns líderes remanescentes foram aproveitados no regime militar pós-64, ocupando a função de interventores nomeados pelo Ministério do Trabalho para dirigir sindicatos cujos diretores foram removidos no expurgo anticomunista²¹.

²⁰ BEOZZO, Pe. Oscar. Igreja e Estado no Brasil. In: FLEURI, Matias Reinaldo (Org.). *Movimento Popular, Política e Religião*. São Paulo: Edições Loyola, 1985, p. 41-63.

²¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o "Perigo Vermelho": O Anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002 p. 27.

Diferentemente das proposições da esquerda política, o olhar católico sobre os problemas do presente ancorava-se de acordo com as tradições cristãs do passado. Ou seja, a defesa da existência de um mundo superior ao da existência material, e portanto, o operário cristão não deveria se empenhar na destruição da hierarquia social, uma vez que a estada na terra tratava-se de uma experiência sofrida e transitória, havendo no mundo metafísico uma compensação por este esforço. Daí o confronto com ideologias individualistas ou coletivistas como o liberalismo e o comunismo.

De acordo com Portelli, embora a Igreja reivindicasse autonomia, por vezes foi preciso a ação estratégica e a atuação em campos orientados por essas duas vertentes:

(...) a Igreja poderá permitir alianças momentâneas entre católicos e liberais no terreno político, para combater os socialistas (na Bélgica, na Itália depois da supressão do “non- expedit”) ou entre sindicalistas cristãos e não-cristãos para melhor enfrentar o patronato liberal no terreno social²²

De acordo com Jesse Jane, o movimento católico no Brasil se espelhou no movimento católico que tinha como orientação básica as encíclicas papais que denunciavam as mazelas do mundo moderno e defendiam a justiça social. Assim, o tema de Giuseppe Toniollo “*O trabalho cada vez mais dominante; A natureza cada vez mais dominada; O capital cada vez mais proporcionado*” foi apropriado pelas entidades brasileiras. Os intelectuais católicos brasileiros, em consonância com as assertivas do sociólogo italiano, acreditavam que seguir suas proposições seria o caminho mais eficiente para se implantar a justiça social no Brasil²³.

As encíclicas influenciaram de forma notável o pensamento de teóricos autoritários. No Brasil não foi diferente, principalmente durante os anos do primeiro governo de Getúlio Vargas. Alcir Lenharo lembra que os ideólogos do trabalhismo defendiam que as relações sociais deveriam retomar os costumes e a tradição da fraternidade cristã que imperavam no modo de vida medieval e que foram destruídas pelas revoluções do mundo moderno²⁴. Deste modo, os critérios que balizariam as relações sociais deveriam ser fundamentados nos aspectos morais preconizados pela Igreja.

Em outras palavras, as encíclicas católicas fizeram parte tanto do projeto ideológico quanto teórico do regime político instalado no Brasil a partir dos anos 1930. Sua proposta de conciliação entre trabalhadores e patrões, em oposição à luta de classes, culminou para o que San Tiago

²² PORTELLI, Hugues. *Os socialismos no discurso social católico*. São Paulo: Edições Paulinas, 1990. Apud. SANTOS, Jovelina Silva. *Círculos Operários no Ceará: “instruindo, educando, orientando, moralizando”* (1915 – 1963). 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

²³ *Manual do Círculo Operário*. CNOC. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1939.

²⁴ LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas: Unicamp/Papirus, 1986, p 85.

Dantas proferiu para “inverter o que parecia o rumo inexorável da história moderna (...) tendo contido um dos mais poderosos movimentos de subversão histórica, qual se anunciava o socialismo do século XIX”²⁵.

²⁵ SAN TIAGO DANTAS. Apud: PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala: Origens da ideologia trabalhista no Brasil*. Ed. Boitempo. 1999, p 157.

1.3. O Movimento Circulista

Consta nos escritos historiográficos sobre o tema que o primeiro Círculo Operário foi criado na cidade de Pelótas, no Rio Grande do Sul, em 1932, pelo padre jesuíta italiano Leopoldo Brentano, abrindo no mesmo ano, núcleos em Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria e Caxias. Há divergências quanto a esse marco. Jovelina Silva Santos em seu trabalho sobre os Círculos Operários do Ceará coloca que esse tipo de organização iniciou-se nesse estado em 1915, com a criação do Círculo Operário de Trabalhadores Católicos, durante o Episcopado de D. Manuel Silva Gomes, primeiro arcebispo do Ceará²⁶. Álvaro Barreto, por outro lado, afirma que os movimentos das cidades gaúchas citadas anteriormente foram os mais atuantes, mas não os únicos. Ele aponta referências de entidades operárias da Primeira República a partir dos anos 1910²⁷.

Fotografia 1 - Padre Leopoldo Brentano



Fonte: Arquivo João Batista Marçal História Operária.

Motivado pelas encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, o padre Bretano iniciou um trabalho de aproximação entre os sacerdotes e os trabalhadores, buscando protegê-los do comunismo, ideologia muito comum no meio operário. Um panfleto dirigido ao Ministério do Trabalho causou a proibição dos círculos, porém, posteriormente, a entidade se tornou um dos principais aliados do ministério²⁸.

A difusão dos círculos pelo Brasil durante o governo de Getúlio Vargas proporcionou a inibição de reivindicações operárias que pudessem levar a uma crise estrutural e impedisse o Estado de controlar o movimento, abrindo espaço para que as legislações trabalhistas fossem mais

²⁶ SANTOS, Jovelina Silva. *Círculos Operários no Ceará: “instruindo, educando, orientando, moralizando”* (1915 – 1963). 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

²⁷ BARRETO, Álvaro. Uma avaliação da produção historiográfica sobre os Círculos Operários. In: *Anos 90*, Porto Alegre, nº7, julho de 1997, p. 127 a 147.

²⁸ BRENTANO, Leopoldo. O fundador dos círculos, Padre Leopoldo Brentano, fornece alguns dados históricos. In: *Copa em Revista: 20 Anos do Círculo Operário Porto Alegrense*. Porto Alegre, n. 24. 1954, p. 07.

eficientes. A doutrinação conciliatória de classes juntamente com a política corporativista do regime proporcionaram eficiente controle da classe operária²⁹.

Empenhado em articular as instituições operárias de orientação católica do Brasil, o padre Brentano correu o país criando Círculos e estabelecendo contatos entre essas entidades. Em 1935 organizou a Federação dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul contando com 21 municípios, tendo como deliberações a expansão do circulismo e a cristianização dos sindicatos para combater o avanço da Aliança Nacional Libertadora³⁰.

O primeiro esforço de articulação em nível nacional foi feito em 1936 no Congresso Eucarístico realizado em Belo Horizonte que teve como deliberação a instalação de Círculos Operários nas cidades com maior concentração de trabalhadores. No ano seguinte ocorreu o Congresso Operário Católico no Rio de Janeiro, contando com o estabelecimento de uma diretriz de luta no âmbito nacional, para expandir o circulismo e fazer frente ao comunismo. Dentre as determinações do Congresso estavam os seguintes pontos:

- As organizações operárias de orientação católica já existentes e os Círculos Operários a serem fundados adotarão os moldes de denominação, estatutos, métodos e símbolos oficializados pelo congresso, de modo que terão a mesma bandeira, distintivo, hino, etc.;
- Os Círculos Operários de cada estado unir-se-ão em federações estaduais, as quais filiar-se-ão à confederação;
- A C. N. O. C. e suas organizações serão aderentes à Ação Católica por intermédio do Secretariado Econômico Social da mesma A.C.;
- Ação intensa na esfera sindical, para que todos os sócios dos CC. OO. estejam sob o amparo das leis sociais e possam colaborar para a prosperidade dos sindicatos e imprimir-lhes uma orientação construtora;³¹

O governo de Getúlio Vargas propiciou uma conjuntura bastante favorável para o fortalecimento do movimento circulista. Em 1933, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio reconheceu os Círculos Operários como órgãos de utilidade pública e por meio do Decreto-lei nº 7. 164, de maio de 1941, essas entidades passaram a serem órgãos consultivos do Ministério. Diferentemente dos sindicatos, os círculos tinham uma situação privilegiada, pois não tinham dependência, direito ou outra relação jurídica com o Ministério. Todavia, os sindicatos estavam submetidos às prerrogativas do Estado. Os Círculos desempenhavam um papel de apaziguadores

²⁹ DIEHL, Astor Antonio. Estado Novo: corporativismo e círculos operários. *Estudos Ibero-americanos*, v.13, n.1, 1987 Porto Alegre: EDIPUCRS, p.19-35.

³⁰ DIEHL, Astor Antonio. *Os Círculos operários: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932 – 1964)*. 1986. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1986.

³¹ *MANUAL DO CÍRCULO OPERÁRIO*. CNOC. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1939.

das tensões entre patrões e empregados, gozavam de benefícios ministeriais, mas não eram submissos ao mesmo.

(...) os CC.OO., desde o início, tem estado em contato com esse ministério, tanto com os próprios ministros como com os funcionários, por meio de uma colaboração de grande eficiência, promovendo a fundação e reconhecimento de sindicatos, prestigiando as leis sociais e a ação do Ministério, rebatendo os ataques feitos a ele pelos comunistas, conciliando divergências e criando um ambiente de mútua compreensão e harmonia entre operários e patrões, enfim, realizando a elevação cultural e espiritual do operariado, sem o que a melhoria econômica trazida pelas leis sociais, pouco aproveitaria ao trabalhador³².

A contrapartida que os círculos operários propiciavam ao Estado pelo apoio político, jurídico e financeiro – como o reconhecimento dos núcleos como órgãos de utilidade pública, isenção de impostos e o recebimento de verbas públicas – era o combate ao “sindicalismo vermelho” e a educação dos trabalhadores para uma sociedade corporativa.

Ao Estado, a relação amigável com os círculos era extremamente vantajosa, haja vista o caráter reformista pregado pelo circulismo que visava transformar desde as condições materiais dos trabalhadores até suas concepções morais, retomando as características cristãs.

Se buscarmos na literatura política que orienta o pensamento de esquerda, poderíamos direcionar nossos olhares para práticas como “assistencialismo” e o “paternalismo”, e mais, valores abstratos como “caridade”, eram entendidos, por parte dos circulistas, como empecilhos da luta de rompimento com o sistema e construção de outra sociedade. Essa interpretação prevalece no que diz respeito aos estudos sobre os Círculos Operários Católicos nos anos 40, 50 e 60, em seus programas de amparo e proteção dos trabalhadores e pela política de ressignificação de valores e sentimentos que culminaram em uma cultura do trabalho. As práticas e estratégias dos Círculos Operários implementaram um projeto de controle social que foi muito efetivo na sociedade brasileira na primeira metade do século XX.

O projeto dos Círculos Operários ultrapassava a caridade e a assistência religiosa. Buscavam interferir nas questões cotidianas dos trabalhadores perpassando não apenas o ambiente de trabalho, mas todas as esferas da vida em que fosse possível atuar. Essa estratégia de atuação rendeu ao movimento uma organicidade que contemplava patrões, autoridades e trabalhadores³³. Acreditamos que o caráter assistencial dessas entidades consistia em uma ação conjunta com o patronato a fim de desarticular a luta de classes, prova disso é o fato do próprio empresariado

³² *MANUAL DO CÍRCULO OPERÁRIO* – CNOC, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1939, p. 67.

³³ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Cultura e Trabalho: os Círculos Operários Católicos entre as práticas de assistência e controle. In: *Histórias e Historiografia: Perspectivas contemporâneas de investigação*. MACHADO, Maria Clara Tomaz; PATRIOTA, Rosângela (Orgs). Uberlândia: (EDUFU), 2006, p. 180.

financiar boa parte das ações assistenciais. Tratou-se de uma ação estratégica para garantir a coexistência harmônica entre os dois setores.

Nessas organizações havia, além das assembleias tradicionais, uma atividade diária destinada a uma categoria profissional distinta, missas festivas e a consagração do trabalhador feita não apenas nessas celebrações, mas também nas reuniões formais, visto que, em boa parte dos núcleos circulistas, havia um sacerdote católico presente nas atividades para orientar os operários. Noites artísticas com peças teatrais, festividades e exibição de filmes eram comuns para entreter trabalhadores e familiares.

Quanto à empregabilidade, havia uma espécie de relação conveniada entre os círculos e empresários na indicação e preenchimento de vagas. Autoridades políticas e públicas fomentavam as atividades circulistas por meio de doações de terreno e incentivo a construção de salões, creches e escolas para melhor atender os sócios. Além de todo esse amparo, havia também as cooperativas de consumo e crédito, além de descontos oferecidos aos sócios em casos de necessidade de amparo jurídico ou de saúde.

De modo geral, as escolas eram alocadas no interior das fábricas nas cidades em que o perfil da maioria dos trabalhadores contemplava a mão-de-obra fabril. Logo, o ensino era de natureza técnica e profissionalizante, voltada pra atender as demandas locais. Os critérios para o aceite dos alunos eram rigorosos levando em consideração o tempo em que a família era filiada no núcleo e a dedicação dos pais nas atividades circulistas³⁴.

Com apoio de autoridades locais eram realizados atos públicos com passeatas e procissões onde eram divulgadas as atividades dos operários e expostas as necessidades das categorias profissionais ao público. Festividades como as do 1º de Maio, dia do trabalho, eram comemoradas em celebrações que relacionavam o trabalho com imagens sacras, como São José Operário e Jesus Carpinteiro.

Estas atividades eram comuns na maioria absoluta dos Círculos Operários. Essas redes de relações superavam as atividades locais, nas palavras de Paulo Roberto de Almeida: *“Nas sedes dos círculos operários, era entronizada em grande estilo a imagem de Cristo Crucificado, representante da fé e da caridade, ao lado da figura venerável de Getúlio Vargas, em nome da justiça e da causa operária”*.³⁵

Os Círculos Operários tornaram-se parceiros estratégicos do Estado no processo de dominação do movimento operário, uma vez que a criação de uma legislação trabalhista e a repressão policial era suficiente para conter as manifestações e protestos dos trabalhadores.

³⁴ Idem, p 181.

³⁵ Ibidem, p 181.

Igreja Católica passou a ser instrumento importante nesse processo, uma vez que, passa a suscitar melhorias para os trabalhadores. Estas, contudo, vinham acompanhadas de um programa de ação que visava o controle do movimento operário e a constituição da figura dócil e despolitizada do trabalhador, incluindo entre outras formas, o assistencialismo com mecanismos dispostos a apagarem os traços da luta de classes. Esses mecanismos, visavam penetrar todos os espaços do cotidiano operário no trabalho, na escola, no lazer, na família, buscando construir um “novo trabalhador” para uma “nova sociedade” que não mais se rebelasse, e que, através da colaboração entre classes, fizesse parte “do progresso social e harmonia entre o capital e trabalho”.³⁶

Nesse ínterim, a compatibilidade de interesses favoreceu uma grande expansão do movimento circulista. De 1932 a 1945 o número de núcleos dos Círculos Operários criados aumentou substancialmente graças a facilitação das elites locais, da chancela estatal e pela condição de ilegalidade das organizações de esquerda. O quadro abaixo, extraído do trabalho de Diehl, demonstra que o número de círculos e de associados cresce vertiginosamente entre as décadas de 30 a 50. Com a redemocratização, a relação dos CO com outras organizações trabalhistas tornaram-se mais competitiva, até a década de 60 quando se iniciou a sua decadência (ver tabela comparativa³⁷).

Tabela 1 - A Evolução dos Núcleos Circulistas

Ano	1937	1942	1950	Anos 60
Nº de Sindicatos Filiados	34	142	275	415
Associados	31.000	150.000	300.000	450.000
Federações filiadas	-	4	11	17

Fonte: DIEHL (1986).

Os círculos são entidades municipais e de acordo com o tamanho da cidade, ela pode ter núcleos divididos por zonas, e finalmente, cada zona pode ser dividida em grupos, como orientam minuciosamente os manuais do circulismo. Do mesmo modo, os núcleos municipais estão congregados em federações no âmbito estadual e a uma confederação no âmbito nacional.

³⁶ ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Círculos Operários Católicos: Práticas de Assistência e de Controle no Brasil – 1392-1945*. 1992. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

³⁷ Os dados relativos ao quadro foram extraídos de SCHNEIDER, José Odelso. “O operariado brasileiro e os círculos operários”. In: *Síntese política, econômica, social*. Ano7, nº- 27, jul./set. 1965, p. 40-65., e dos jornais consultados, *Correio do Povo, O Trabalho, A Nação* e o informativo *COPA em Revista*. Os números apresentados estão sujeitos a revisão e não podem ser dados como exatos uma vez que existe discordância entre uma fonte e outra. In: DIEHL, Astor Antonio. *Os círculos operários...* op. cit., p.50.

A atuação do Ministério do Trabalho efetivou uma forma eficiente de controle dos trabalhadores. Com o lema “*instruindo, educando, orientando, moralizando*”, os Círculos Operários tornaram-se um importante instrumento da Ação Católica entre os trabalhadores brasileiros. O combate ao comunismo, o assistencialismo e a espiritualidade de seus seguidores contribuiu de forma efetiva para as transformações que ocorreram com os operários no Brasil, sobretudo na primeira metade do século.

Nesse sentido, constituiu-se um cenário para remediar o trabalhador de suas próprias reivindicações e fazê-los acreditar que doutrinas como o comunismo seria um empecílio para as lutas populares. Posto isso, os círculos operários orientaram suas ações nos seguintes eixos:

- 1 – A moral e a doutrina cristã são o parametro de justiça, respeito mútuo e amor;
- 2 – a “*Rerum Novarum*” de Leão XIII e a “*Quadragesimo Anno*” de Pio XI, dão os princípios morais a serem seguidos por patrões e trabalhadores;
- 3 – A luta de classes tumultua a ordem social e, por isso, deve ser repudiada;
- 4 – A propriedade privada conquistada de forma legítima é um direito natural do homem;
- 5 – É necessária a intervenção do Estado na questão social, no sentido de promover uma vida justa e uma boa e saudável relação entre patrões e empregados.³⁸

Conclui-se que os círculos operários não foram apenas um instrumento de combate ao comunismo, ou mesmo uma instituição “pelega” manipulada pelo Estado, mas um movimento operário católico que empreendeu esforços na luta pela ordem social buscando construir uma realidade de justiça social para os trabalhadores mesmo em condição de vigilância e controle³⁹. Ademais, é necessário frizar que esta foi a forma que a Igreja Católica encontrou de reafirmar sua posição na sociedade ao se posicionar frente aos problemas sociais. Outra nuance importante é que as soluções apontadas pela Igreja não divergiam dos projetos sociais vigentes ao passo de se construir uma relação de cooperação.

³⁸ MANUAL DOS CÍRCULOS OPERÁRIOS CATÓLICOS. Publicação CNOC, Rio de Janeiro, 1939, p. 77.

³⁹ ALMEIDA, Paulo Roberto de. op. cit., p. 21.

1.4. O movimento operário durante a Primeira República

Desde a República Velha (1889-1930) já havia sinais de organização do movimento operário no Brasil. Ainda no Século XIX, existiam, nas principais cidades do país, diversas fábricas ou estabelecimentos comerciais que empregavam um considerável contingente de trabalhadores. No entanto, ainda no final deste século, predominava-se a mão-de-obra escrava e mesmo após a abolição dessa prática a organização dos trabalhadores em prol de um bem comum se deu de forma frágil devido à pluralidade dessa massa trabalhadora.

Ademais, os quatro séculos de escravidão vivenciados pela nação contribuíram para a generalização de uma concepção negativa do trabalho, haja vista que o trabalho era uma condição de escravos ou despossuídos. Além disso, a classe dirigente brasileira pouco contribuiu durante o período para que essa concepção de trabalho se modificasse, como bem lembra Marcelo Badaró Mattos:

Nossas classes dominantes não tinham como se apoiar numa tradição cultural ou religiosa de valorização do trabalho e, por isso, não confiaram apenas na mensagem ideológica que rezava: “o trabalho dignifica o homem”, “o trabalho é o caminho para a ascensão social”, etc. Classes dominantes também marcadas pela experiência da escravidão, só que pelo lado do mando, insistiram na repressão como estratégia para garantir a disponibilidade de trabalhadores no mercado de trabalho assalariado em formação.⁴⁰

O autor elucida que durante este período a tarefa de valorizar o trabalho ficou a cargo dos próprios trabalhadores e, desse modo, por meio de ações autônomas no meio operário estimulou-se a coletivização da classe obreira.

Os primeiros partidos operários foram criados ainda na República Velha. No entanto, essas agremiações cujo alinhamento ideológico se direcionava ao socialismo, tinham pouca durabilidade. Um dos principais motivos para o insucesso destes partidos foi a impossibilidade do público alvo, o operariado, de participar do processo eleitoral.⁴¹ Esse quadro reforçou a necessidade dos trabalhadores se associarem. As primeiras iniciativas tiveram a natureza de associações de auxílio mútuo, espelhadas em experiências de corporações de ofício, ou irmandades leigas de caráter emergencial ou assistencial⁴².

⁴⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p. 12.

⁴¹ Durante a República Velha apenas homens com idade superior a 25 anos e com uma renda mínima estipulada pelo governo tinham o direito ao voto e a pleitear um cargo de político. Naturalmente, os trabalhadores assalariados não partilhavam dessas condições.

⁴² Cf: VISCARD, Cláudia R. M. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro Republicano. In: *Revista Brasileira de História* – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, v.. 29, n. 58, jul./dez., 2009, p. 290 – 317.

As associações mutuais, de caráter assistencial, preenchiam uma carência social. Muitas vezes essas iniciativas eram o único amparo em casos de acidentes de trabalho ou auxílio funeral. Já as associações de ofício foram ganhando, ao longo do tempo, caráter de atuação sindical.

Na virada do século novas formas de associação foram implementadas. Multiplicaram-se as ligas, associações de resistência e sindicatos. Ao contrário das sociedades mutuais, essas entidades passaram a representar os anseios coletivos dos trabalhadores frente aos empregadores.

Durante as duas primeiras décadas do século XX, o movimento operário brasileiro esteve sob forte influência anarquista. Com extensa utilização de meios de propaganda, como a imprensa, e de palestras, os anarquistas combatiam mazelas que corrompiam os trabalhadores, como o álcool e a jogatina. Ademais, um dos principais alvos era a Igreja Católica, que além do domínio no âmbito educacional, era responsável pelo “*atraso cultural, degradação moral e subordinação intelectual dos trabalhadores*”⁴³. Durante esse período foi criada uma gama de estudos libertários além de instituições como: escolas operárias e bibliotecas públicas, destinadas aos trabalhadores.

A hegemonia anarquista no movimento operário começou a ruir a partir da década de 1920. Além da repressão estatal, os anarquistas passaram a disputar espaço político com o Partido Comunista do Brasil (PCB), criado em 1922. À luz da revolução bolchevique concretizada em 1917, na Rússia, comunistas e socialistas passaram a atuar nos sindicatos buscando arregimentar mais militantes para a causa comunista.

O PCB sofreu da ilegalidade durante os primeiros anos subsequentes a sua fundação, por isso seus militantes atuaram na via política por meio do Bloco Operário Camponês (BOC). Em 1929 foi criada uma central sindical de orientação comunista, a Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB).

É importante ressaltar que as lideranças sindicais no Brasil não se orientavam apenas pelo viés da esquerda. Havia outra vertente de caráter notoriamente contrário que militava em cooperação com o Estado e a classe dirigente. Os “amarelos”, como ficaram conhecidos, seguiam a orientação pelas encíclicas papais de busca pela harmonia e a solidariedade entre as classes sociais.

A trajetória do movimento operário brasileiro durante a República Velha foi repleta de percalços e falta de amparo político. No entanto, os esforços desdobrados pelas diversas agremiações renderam ao movimento algumas conquistas e indicou aspectos que qualificavam a luta coletiva. Nas palavras de Mattos:

⁴³ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p. 24.

Nas várias propostas, é certo que os objetivos materiais e de transformação social do movimento operário não foram alcançados. Entretanto, em meio à luta sindical, os trabalhadores conseguiram com certeza um objetivo de natureza cultural, cujo alcance político é dos mais amplos: afirmaram a dignidade do trabalho, denunciando a sua exploração pelos capitalistas, e construíram uma identidade positiva de classe para os trabalhadores, impondo-se para o restante da sociedade.⁴⁴

⁴⁴ Idem, p 32.

1.5. Os sindicatos durante o governo Vargas (1930-1934)

A primeira fase da gestão presidencial de Getúlio Vargas (1930-1934) foi marcada pela criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), e posteriormente, as diretrizes desta pasta ministerial foram solidificadas por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943. Destarte, foi estabelecido um “modelo oficial” de sindicato, caracterizado pela chancela estatal. Cabia a essas entidades atuar como interlocutores entre os trabalhadores e o Estado.

Inicialmente essa estratégia não foi bem sucedida, uma vez que a maioria dos sindicatos de classe resistiu e não se filiaram ao modelo varguista. Um dos principais entraves era o fato de que a inspiração, para os moldes de sindicatos varguistas, baseava-se na Carta Del Lavoro, implementada na Itália fascista para os trabalhadores. Nesse ínterim, as lideranças de esquerda viam nesse modelo de sindicalização um instrumento de desarticulação da luta revolucionária. Diante disso, o governo passou a conceder benefícios trabalhistas para as entidades filiadas, como forma de atraí-las.

Em 1934, a possibilidade de atuar com representação na Assembléia Nacional Constituinte fez com que o número de filiações aumentasse substancialmente. Alguns deputados passaram a defender uma legislação que garantisse a liberdade de organização sindical, no entanto, diversas instituições uniram-se para evitar a autonomia da classe trabalhadora.

Os representantes operários contaram com a combinação das restrições de empresários e da Igreja ao modelo do sindicato único, conseguindo assim incluir na Carta um dispositivo que garantisse a liberdade sindical. Porém, as regulamentações posteriores do preceito constitucional nas leis ordinárias, retomaram o caminho da imposição do modelo de sindicato oficial.⁴⁵

Nos anos seguintes a atuação sindical tornou-se, deveras, muito combativa. Em tempos em que a atuação comunista era liderada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), as entidades representativas dos trabalhadores passaram a militar na mesma vertente combatendo a fascista Aliança Integralista Brasileira (AIB) e a repressão do Estado Varguista.

No entanto, a repressão por parte do governo e das classes dirigentes foi incisiva:

[...] O avanço das lutas sindicais pressionou o patronato a abandonar a proposta da autonomia sindical. Mantendo, graças ao espaço ocupado no aparelho de Estado, a autonomia de seus órgãos de representação, o empresariado apoiou a retomada do controle do MTIC sobre os sindicatos, agora com uma violência repressiva devastadora. Sob o pretexto de reprimir o levante da ANL, conhecido como “Intentona Comunista”, o governo acionou uma Lei de Segurança

⁴⁵ Ibidem, p 38.

Nacional, que instalou o estado de exceção, ao criar mecanismo e tribunais especiais para os presos políticos. As lideranças sindicais mais combativas estavam entre os principais alvos desta legislação e seu afastamento dos sindicatos, pela cassação de direitos, prisão, ou eliminação física, foi a principal garantia da desmobilização subsequente do movimento sindical.⁴⁶

Mattos lembra que os últimos anos da primeira gestão de Getúlio Vargas frente à presidência da República foram marcados pela personificação do presidente à figura do Estado e de que a legislação social se trataria de uma concessão estatal feita para beneficiar os trabalhadores. No entanto, os fatos mostram que ainda em meados dos anos 1930, quando boa parte dos sindicatos haviam se filiado ao “modelo oficial”, diversas entidades encabeçaram movimentos grevistas mobilizando os trabalhadores. Foi necessária uma ação enérgica e arbitrária por parte do governo para aniquilar os movimentos autônomos e consolidar o “*conformismo dos pelegos*”.

⁴⁶ Ibidem, p 40.

1.6. O sindicalismo durante o período democrático (1945-1964)

A estrutura sindical consolidada durante o governo Vargas foi provavelmente a principal herança deixada pela ditadura do Estado Novo. Os anos subsequentes foram marcados pela crescente valorização da classe trabalhadora, que tinha sua pauta política debatida no âmbito social. Outra marca do período é que, ao contrário das fases anteriores, boa parte das entidades mais combativas estava atreladas ao modelo oficial de sindicalização.

Algumas medidas liberalizantes foram adotadas em 1945, como a anistia aos presos políticos e a permissão para o PCB retornar a condição de legalidade. No mesmo ano, foi criado o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), coletivo sindical que defendia a autonomia das representações de trabalhadores frente ao Estado.

Um ano mais tarde foi criada a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Com uma linha de atuação notoriamente contrária aos princípios da CLT, esta entidade foi duramente reprimida, sendo fechada juntamente com outras organizações comunistas em 1947. Vale lembrar que o clima da Guerra Fria desencadeou uma nova onda de repressão por parte do Estado, a fim de manter o controle dos sindicatos e evitar a articulação da esquerda brasileira por meio da proibição de greves e demais ações consideradas então como transgressoras. O governo de Olívio Dutra foi marcado por esse clima de contenção, no entanto, com o retorno de Getúlio Vargas, em 1951, o direito à greve foi reestabelecido.

Embora tenha sido reeleito com um discurso apelativo às massas e a promessa de aprofundar a política social implementada em sua primeira gestão, Vargas encontrou uma conjuntura conturbada para controlar os trabalhadores. Os comunistas, que passaram a atuar na ilegalidade novamente, iniciaram ações mais incisivas no meio operário, atrelando à imagem de Vargas a representação dos interesses de imperialistas e latifundiários. Nos sindicatos foi preconizado o combate às filiações ao modelo trabalhista, além da criação de comissões de base dos trabalhadores em empreendimentos empresariais e sindicatos “clandestinos”, que não atuavam nos trâmites exigidos pela lei.

Levantamentos de militantes da época dão conta de 173 greves em todo o país já em 1951 e 264 greves em 1952. Com destaque nestes anos as lutas dos têxteis. Em Pernambuco e na Paraíba em 52, no Rio de Janeiro na virada de 52 para 53, e em São Paulo em 53 (em meio a uma greve que atingiu também metalúrgicos, gráficos, marceneiros, pedreiros...), os têxteis, numericamente ainda a maior categoria do operariado industrial, enfrentaram patronato, as decisões contrárias a

seus interesses da Justiça do Trabalho e a repressão violenta das autoridades policiais.⁴⁷

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960), os diversos subsídios estabelecidos para os setores estratégicos de seu Plano de metas, favoreceram um aumento no número de operários no país. No entanto, a euforia do desenvolvimentismo de JK logo acabaria. Embora o salário mínimo tenha atingido seu nível máximo na história durante sua gestão, o aumento gradativo da inflação logo seria sentido, sobretudo pelos trabalhadores.

Na década seguinte o número de sindicatos subiu, acompanhando o crescimento econômico do país. No entanto, a atuação sindical se diversificou em virtude da natureza ideológica de suas lideranças. Mattos elege quatro tendências dominantes: os quadros católicos, reunidos e dirigidos pelos círculos operários; os chamados “renovadores”, identificados com a esquerda, porém críticos do PCB; os “nacionalistas”, grupo que contemplava trabalhistas e comunistas; e, por fim, os chamados democráticos, que defendiam um modelo sindical semelhante ao que havia antes da “sindicalização estatal”.

⁴⁷ Ibidem, p 53.

1.7. A política social e a classe dirigente

Em consonância com as assertivas anteriores, vale salientar que a questão social foi colocada em pauta pelo movimento operário desde a República Velha. No entanto, até os anos 1930 havia o debate sobre a regulamentação do trabalho e a intervenção estatal, haja vista que o Brasil vinha de um longo ciclo cuja economia estava pautada na produção agrícola, fato que angariava a defesa da “vocação agrária” do país.

No entanto, a crise de 1929 abalou profundamente a economia agroexportadora do país, e desde então esse cenário se modificou a partir do estímulo ao comércio e a industrialização. A Grande Depressão abalou diversos setores sociais, com a falência de muitos empreendimentos houve um grande surto de desemprego no campo e na cidade, fato que estimulou ainda mais a mobilização operária e pôs em risco a ordem social.

A crise econômica e as diversas agitações sociais do período pressionavam o Estado no sentido e colocavam diversos projetos políticos em pauta. Nesse sentido, o anti-industrialismo teve que ser repensado na medida em que os interesses da burguesia nacional fossem preservados.

Tratava-se de um momento de grande contestação do modelo econômico liberal e de avanço das ações do movimento operário orientadas pelo viés comunista. Fez-se necessária a adoção de medidas protetoras dos trabalhadores e a difusão da ideia da coexistência entre as classes. A solução que não deveria levar em conta os caminhos preconizados por essas duas correntes foi apontada por ideólogos como Alceu Moroso Lima e Oliveira Vianna com inspiração nos modelos corporativista (espelhado na experiência lusitana), e, principalmente, na Doutrina Social da Igreja ⁴⁸.

A aplicação deste modelo nos anos seguintes foi relativamente bem sucedida devido à restrição das agitações operárias a alguns centros urbanos, e o fato de a burguesia não ter se contraposto frontalmente contra o operariado, o que facilitou a superação do problema⁴⁹.

A intervenção do Estado na questão social foi organizada por meio de instituições sociais que atuariam no sentido de promover a coexistência harmônica entre patrões e empregados. *“Para o sucesso de tal intento duas instituições jogavam papel-chave: a Igreja, numa verdadeira espiritualização das relações de classe, e o Estado, na supervisão de coordenação destas relações”*. ⁵⁰ Como preconizou Oliveira Vianna, era necessário adotar ações como a formação de

⁴⁸ Esta ideia está melhor desenvolvida em: LIMA, Alceu Moroso. *O Problema do Trabalho* (Ensaio de Filosofia Econômica). Rio de Janeiro: Ed. Agir. 1942.

⁴⁹ GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979, p. 207.

⁵⁰ Idem, p. 209.

cooperativas de trabalho, consumo e previdência para diminuir a “distância social” entre as classes.

No entanto, o ponto de inflexão de todo esse debate deu-se no problema da sindicalização dos trabalhadores. O novo modelo de sindicalização tornou-se avesso às orientações político-partidárias, buscava o consenso entre as classes e tinha diversos pontos destinados a promover a justiça social, como disse Oliveira Vianna, o novo modelo sindical era “profissional, corporativo e cristão”.⁵¹

A chamada “questão social” dos trabalhadores já era alvo de constantes debates durante a República Velha, no entanto, o modelo empreendido a partir de 1930 constituiu-se em um instrumento de mobilização e controle dos trabalhadores em um momento em que o Estado precisava combater facções políticas que se contrastavam. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi estratégica para colocar em prática esse projeto.

⁵¹ Ibidem, p. 213

1.8. Trabalhismo: a ideologia do controle social

O trabalhismo foi um conjunto de leis e ações aplicadas pelo Estado Varguista a partir dos anos de 1930. Isso se fez necessário, sobretudo, devido às agitações operárias ocorridas durante a República Velha, regime oligárquico e autoritário que cujas elites demonstravam indiferença frente aos problemas dos trabalhadores.

No entanto, a Grande Depressão econômica de 1929 e a Revolução de 1930 dariam uma nova roupagem ao cenário político-social no Brasil. Os anos seguintes foram marcados por um esforço do Estado de controlar os interesses da classe operária, “protegendo-a” de ideologias prejudiciais ao regime, e, ao seu modo, ceder à parte das pressões e garantir direitos que atenuariam as tensões entre o patronato e os trabalhadores.

A concessão de direitos imediatos (colocados pelo governo como uma generosidade provida do Estado) e a intensa propaganda dos ideais do regime proporcionaram a consolidação do Trabalhismo e reafirmou a incapacidade política da classe trabalhadora que se tornou massa de manobra para o presidente Getúlio Vargas utilizá-la como apoio político.

De um lado, a legislação sindical do primeiro Governo Vargas tinha como alvo garantir ao Estado o controle político da classe operária, ou melhor, decretar a sentença de morte à autonomia do movimento operário. De outro lado, a legislação trabalhista do período (...) passou a ser vinculada à legislação sindical e, por consequência, integrada à política oficial de controle das classes trabalhadoras. Assim, a obtenção de uns tantos benefícios – reais ou imaginários – proporcionados pela legislação trabalhista ficou, em princípio, na dependência da ação dos sindicatos submetidos ao jugo estatal ou da condição de sindicalizado. Já a propaganda montada em torno da “concessão” da legislação trabalhista, ao difundir a imagem do Estado como “Estado-Pai” e de Getúlio Vargas como “pai dos pobres”, atendeu, por via indireta, à mesma finalidade de subordinação política das classes trabalhadoras urbanas.⁵²

Na prática, a ideologia do trabalhismo deslocou a ideia da *luta de classes* para a noção de corporativismo. O conflito entre patrões e empregados seria fruto de uma deficiência jurídica comum no liberalismo, onde os anseios individuais se sobreporiam às relações sociais. Em contraposição a essa lógica, no corporativismo vigoraria a solidariedade vinculada a instituições atreladas ao Estado.⁵³

⁵² PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala: Origens da ideologia trabalhista no Brasil*. Campinas, Ed. Boitempo, 1999, p. 26-27.

⁵³ Esta ideia foi desenvolvida em: MUNAKATA, Kasumi. *A Legislação Trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Embora se tratasse de uma faceta do capitalismo, o liberalismo foi uma orientação político econômica muito combatida durante os anos 1930/40/50, no entanto, sempre se frisou a compatibilidade do corporativismo com o capitalismo. Todavia, outro inimigo ideológico foi combatido com afinco, o comunismo. Se o primeiro não possuía as diretrizes para sanar os problemas sociais, o segundo levaria a sociedade a um colapso. Nas palavras de Francisco Campos:

O corporativismo mata o comunismo como o liberalismo gera o comunismo. O corporativismo interrompe o processo de decomposição do mundo capitalista previsto por Marx como resultante da anarquia liberal.⁵⁴

Deste modo, a noção corporativa presente na ideologia do trabalhismo se apresentou como uma solução prática para os problemas trazidos pelo mundo moderno. Outra tarefa atribuída ao trabalhismo era a de varrer do movimento operário brasileiro ideias subversivas, associadas ao discurso dos ministros, às associações comunistas que atuavam clandestinamente.

Nesse sentido, foi promovida uma intensa mobilização anticomunista, durante o período de agitações sociais. O ministro Lindolfo Collor, ao tratar do assunto, costumava falar de forma ameaçadora aos trabalhadores: *“ou aceitam a ação do Ministério do Trabalho que traz uma mentalidade nova, de cooperação (...) ou se consideram dentro de uma ação de polícia”*.⁵⁵

⁵⁴ Apud. PARANHOS, op. cit., p. 72.

⁵⁵ Apud. PARANHOS, op. cit., p. 88-89.

1.9. A inspiração cristã da legislação trabalhista brasileira

Em novembro de 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, permitindo a reabertura dos sindicatos fechados durante a República Velha, mas também estabelecendo novos critérios para a atuação sindical. Embora a sindicalização fosse um direito facultativo, estava vedada a possibilidade de associação religiosa ou ideológica dessas entidades, uma vez que havia uma legislação social instituída a ser seguida.

A criação do “Ministério da Revolução”, como disse o primeiro ministro da pasta Lindolfo Collor, visava regulamentar as entidades representativas dos trabalhadores para garantir o controle e o funcionamento harmônico das mesmas. O objetivo era assegurar a colaboração mútua entre as classes sociais garantindo assim o progresso econômico do país.⁵⁶ Nas palavras do ministro, tratava-se do momento de “substituir ao velho e negativo conceito de *luta de classes*, pelo conceito novo, construtor e orgânico de *colaboração de classes*”⁵⁷.

Este modelo oficial de sindicalização provocou a reação do empresariado, do operariado e da Igreja Católica. Esta última devido à proibição da vinculação religiosa das entidades trabalhistas, fato que virtualmente impedia a formação de um movimento operário católico.

O que difere o trato da questão social a partir da década de 1930 é que ela extrapola os critérios econômicos agregando um caráter extremamente político e social. As novas diretrizes de enfrentamento a essas questões foram encontradas na Doutrina Social da Igreja.

A possibilidade de uma “feliz solução” para as dificuldades que afligiam os trabalhadores do Brasil advinha da adoção de uma legislação social sancionada pelo poder público. Se a legislação social não era o meio de acabar com a pobreza, era um expediente necessário que associado a outras medias, poderia dar aos trabalhadores uma situação mais humana e cristã, conforme aconselhava a Doutrina Social da Igreja desde a *Rerum Novarum*.⁵⁸

No entanto, a Igreja Católica recuperaria seu campo de atuação em 1934 após a aprovação de uma nova Constituição. O restabelecimento da pluralidade e da autonomia dos sindicatos favoreceu a ação católica que já estava atrelada aos interesses do patronato.

Em outra esfera ideológica, o Partido Comunista iniciara uma intensa mobilização contra a política sindical e a falta de liberdade no país. No ano seguinte, 1935, foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), para combater o governo de Getúlio Vargas. A *ameaça comunista* proporcionou a articulação de um golpe de estado alçado pelo *Plano Cohen*, dossiê apresentado às

⁵⁶ CARONE, Edgar. *A Segunda República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

⁵⁷ COLLOR, Lindolfo. apud CARONE. op. cit., p. 133.

⁵⁸ GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 181.

forças armadas no qual havia um plano de sublevação comunista articulado para eclodir no Brasil. Um dos desdobramentos deste processo foi o aumento da repressão às forças de esquerda.

Se a conjuntura não era favorável aos comunistas, a Igreja Católica encontrara condições viáveis de atuação no meio operário:

Foi este espaço de tempo que permitiu a emissão de uma proposta de identidade e organização para a classe trabalhadora. A proposta da Igreja, estruturada nos Círculos Operários Católicos, contou com o respaldo de Waldemar Falcão, sucessor de Agamenon (ministros do trabalho) a partir de 1937 (...) Profundamente assistencialista, a proposta circulista vinculou-se a um clima político de grande simpatia por um Estado autoritário.⁵⁹

O próprio Waldemar Falcão, que havia sido constituinte entre os anos 1933 e 1937, e posteriormente deputado entre os anos 1935 e 1937, tinha notórias relações com a Liga Eleitoral Católica (LEC). No que tange a sua atuação nas questões trabalhistas, sempre houve relações estreitas com as orientações da Igreja Católica. Como afirmou Ângela de Castro Gomes, Waldemar Falcão “foi um baluarte da Igreja na política estado novista”.

Seu sucessor foi Alexandre Marcondes Filho, que tomou posse como ministro do trabalho em 1941 com um programa dividido em três eixos: intensa política de propaganda (desempenhada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP); elaboração de medidas na direção de consolidar a política de sindicalização; e, por fim, criação de uma estratégia continuísta do corporativismo e da política ministerial.

A partir de 1944 o regime autoritário liberal do Estado Novo passa a ter como referência a alcunha de “democracia autoritária”. A base desta ideia era a defesa do corporativismo. Seus ideólogos buscaram as raízes desta noção na Idade Média, devido sua originalidade e espiritualidade.

O argumento construído pelos articulistas da *cultura política* se iniciava com a afirmação da existência do direito e da justiça social em um período anterior ao mundo moderno. Já na Idade Média, quando o trabalho estava organizado em corporações de ofício, havia ideais de direito social que protegiam os mais fracos, como as mulheres e crianças. Fora o industrialismo com seu economicismo individualista, que rompera com essas práticas. A Revolução Francesa, proibindo o associativismo, dera livre curso àqueles que abusavam do trabalho desde meados do século XIX, quando os princípios de justiça social cristã começaram a atacar o individualismo e a fomentar o novo direito social.⁶⁰

⁵⁹ GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p 162.

⁶⁰ VIANNA, Oliveira. *A política social da revolução*. Apud: GOMES, op. cit., p. 240.

A espiritualidade devia-se às diversas referências dos ministros à encíclica papal *Rerum Novarum*, que por ocasião de seu cinquentenário foram cunhadas medalhas comemorativas para exaltar as figuras de Leão XIII, o inspirador da Justiça Social no mundo moderno, e Getúlio Vargas, o responsável pela aplicação da Justiça Social no Brasil. Já o corporativismo se apresentava como solução original para os problemas enfrentados no mundo moderno.

A exaltação do corporativismo medieval e as condições de trabalho preconizadas pela Igreja favoreceram a crítica ao individualismo liberal.

A nova política social de Vargas não buscava a proteção do trabalhador como indivíduo, isto é, como um ser econômico submetido às regras da livre competição do mercado. O trabalhador era uma pessoa que se realizava *pelo* e *no* trabalho e através dele se relacionava com os outros homens e com o Estado. (...) A legislação social, por seu caráter humanitário e cristão, reabilitara o trabalhador integralmente.⁶¹

Note que foi por meio das leis, função utilizada para tornar as relações impessoais, que o Estado construiu uma concepção de igualdade entre as classes sociais. Esta era a fórmula para combater dois inimigos: o liberalismo burguês, que reduzia as funções do Estado, e o socialismo configurado por um Estado forte, mas com as individualidades suprimidas.

⁶¹ Idem.

1.10. A concórdia de classes

Durante o Estado Novo, foi estabelecida uma série de ações institucionais que visavam garantir o clima de concórdia entre as classes sociais. Sob o discurso de que as leis trabalhistas foram resultado de benefícios concedidos por Getúlio Vargas e pela classe patronal, o amparo legal aos trabalhadores tornava a luta de classes injustificável no Brasil. Tratava-se da idealização de domínio das relações de trabalho por parte do Estado.

Provavelmente a tradição cristã do país foi um dos mais importantes atributos utilizados para consolidar a ideologia trabalhista, por isso o esforço de seus ideólogos de retomar a Idade Média e ressaltar aspectos espirituais e morais que organizavam a sociedade medieval.

O culto a imagens religiosas, combinado com o estímulo à devoção a Vargas, passou a ser corriqueiro durante o Estado Novo. Vargas e Cristo Crucificado dividirão as paredes das sedes dos Círculos Operários católicos, A imagem de Cristo, por sugestão do arcebispo de São Paulo à FIESP, será entronizado em fábricas como o símbolo da santificação do trabalho.⁶²

A *Rerum Novarum* foi o principal documento teórico utilizado pela ditadura Varguista para colocar em prática o projeto de conciliação entre as classes sociais. De acordo com San Tiago Dantas esta obra traria os fundamentos para inverter a lógica que parecia ser a “marcha inexorável da história moderna”, sendo responsável pela contenção do avanço da terrível onda socialista iniciada no século XIX.⁶³

Neste contexto, os Círculos Operários Católicos se constituíram como uma importante instituição que intermediaria a relação entre os trabalhadores e o Estado. A defesa de um ambiente moral, espiritual e harmônico pregado por essa entidade conquistou a simpatia do governo e a manutenção de uma relação de parceria.

O movimento circulista viverá seu auge, exatamente durante o “Estado Novo”. Inspirado por propósitos reformistas e não meramente assistencialistas, ele proclamava a necessidade de transformações nas condições materiais de vida dos trabalhadores como requisito para a prática das virtudes cristãs. Só assim se poderia, efetivamente, assegurar a estabilidade social e a harmonia de classes.⁶⁴

Na verdade, os Círculos Operários Católicos foram a forma como a Igreja Católica encontrou de atuar no meio operário e disputar hegemonia com outras tendências políticas e

⁶² PARANHOS, p 157.

⁶³ Apud. PARANHOS, op. cit., p. 157.

⁶⁴ Idem, p. 157-158.

instituições, haja vista que a legislação do período não permitia a criação de sindicatos religiosos. A solução foi “proteger” os trabalhadores e doutrinar os dirigentes das entidades trabalhistas.

2. CAPÍTULO II - “Cidade Jardim”: um espaço de disputa

2.1. Apontamentos históricos sobre o município de Uberlândia

Em tempos remotos a região que hoje compreende o município de Uberlândia fora ocupada por índios caiapós, até o século XVIII. O Campo Geral, atualmente conhecido como Triângulo Mineiro tinha uma população pouco numerosa com economia fundamentada na atividade agropecuária. Em 1816, por determinação da Coroa Portuguesa, o território deixou de pertencer oficialmente ao Goiás, convertendo-se na fronteira sudoeste mineira, tornando-se parte da Comarca de Paracatu de Minas Gerais. A política de doação de terras, movida pela exigência de ocupação do território, favoreceu o povoamento do “*Sertão da Farinha Podre*”⁶⁵. Tributa-se o pioneirismo na ocupação das terras a partir de 1817 às famílias Caetano, os Alves Rezende, os Pereira da Rocha, e em seguida os Gonzaga dos Santos, os Bravo e os Alves Pereira. Ademais, é importante salientar, ainda, que outras famílias chegaram para trabalhar nessas terras ou comprar espaços para se estabelecerem, como os Alves Carrijo e os Cunha.⁶⁶

Alguns estudos apontam que desde o início da ocupação o poder político no município é dividido por alguns núcleos familiares que ditam, de acordo com seus interesses, os rumos que a cidade deve adotar e praticam uma espécie de clientelismo e conchavos políticos, de modo que sejam sempre preservados os interesses desta pequena classe dirigente.

“(...) desde os primórdios do município, de uma economia burguesa, porém, sustentado por práticas políticas de denominação direta e pessoal, nas quais despontam a troca de favores, no ajuste dos interesses econômicos dominantes e a prestação e contraprestação de benefícios entre dominantes e dominados.”⁶⁷

Fundada no local que hoje é conhecido como bairro Fundinho, às margens do córrego São Pedro do Uberabinha, desenvolveu-se uma comunidade que aos poucos passou a atrair novas famílias até a fundação formal do primeiro povoado em 1846. Em 1853, foi inaugurada a primeira capela eclesiástica do povoado e o primeiro cemitério de Uberabinha⁶⁸. A presença do templo passou a exercer também importante papel na atração de novos grupos de pessoas à localidade, cujo espaço foi adensado por casas e estabelecimentos comerciais. A mesma capela foi elevada a Matriz, em 1857 (mesmo ano em que o povoado foi elevado a Freguesia), sendo o templo ampliado nas décadas seguintes. O povoado passa então a almejar sua emancipação

⁶⁵ *Histórico de Uberlândia*. Disponível em: http://www.sppert.com.br/Artigos/Brasil/Minas_Gerais/Uberl%C3%A2ndia/Hist%C3%B3ria/Hist%C3%B3rico_de_Uberl%C3%A2ndia/. Acesso em: jan. 2013.

⁶⁶ Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=Conteudo&id=111>. Acesso em: jan. de 2013.

⁶⁷ ALEM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia. In: *História e Perspectiva*. Uberlândia, UFU. Jan./Jun. 1991. pp 79-102.

⁶⁸ A Igreja do Carmo foi demolida em 1943 para dar lugar à rodoviária municipal.

administrativa, reivindicando inicialmente a elevação à categoria de Vila; o documento que justifica o pedido ao governo provincial busca valorizar as potencialidades do lugarejo:

Sessenta engenhos de cana, sete engenhos de serra, nove olarias e telhas, seis oficiais de ferreiro, quatorze oficinas de sapateiro, seiscentos carros arreados em trabalho, duzentos prédios, um cemitério, obra de pedra aperfeiçoada, uma matriz importante, contendo todos os paramentos, uma igreja do Rosário em construção, duas aulas do sexo masculino e feminino, oito aulas particulares, dez capitalistas, nove negociantes de gêneros do país e molhados, uma fonte de águas sulfurosas já acreditadas, um hotel bem montado, pedras de diversas qualidades e muitas madeiras de lei.⁶⁹

Todavia, a organização administrativa da nova municipalidade só ocorreu três décadas mais tarde, após a promulgação da Constituição do Estado de Minas Gerais, coincidindo com a mudança do regime imperial pelo republicano no Brasil – fato que acarretou alterações significativas nas hierarquias de poderes estaduais e municipais, além de prever novas responsabilidades e dinâmicas aos municípios. Os novos responsáveis pela administração no recém-criado Município de Uberabinha – o Conselho de Intendência – foi designado pelo governador do Estado em 1891, e a primeira Câmara Municipal instalada no ano seguinte.

Uma série de melhoramentos urbanos, de infraestrutura e serviços, foi preparada e implantada na cidade de modo mais dinâmico a partir de então. Por exemplo: instalação do primeiro relógio público na torre da Matriz (1894), construção do primeiro matadouro municipal (1894), inauguração da Estação Ferroviária da Mogiana (1895), instalação da primeira escola secundária (1896), circulação do primeiro jornal da cidade (“A Reforma”, 1896), fundação da “Gazeta de Uberabinha” (órgão oficial da Câmara, 1898), instalação da Estação Telegráfica (1899), inauguração da Empresa Força e Luz de Uberabinha (1912), organização do serviço de transporte público intermunicipal (1913), construção do primeiro grupo escolar (Bueno Brandão, 1915). Destaque para a instalação dos planos ferroviários que desempenhariam um papel fundamental no desenvolvimento de um centro distribuidor no município.

A inauguração da ferrovia em 1895 favoreceu o desenvolvimento de Uberabinha, por facilitar a comunicação da cidade com grandes centros urbanos. A Mogiana facilitou o estreitamento das relações empreendedoras da região com São Paulo e, apesar das projeções iniciais de extensão dos trilhos até o extremo oeste brasileiro, facilitando a sonhada interligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico, a Mogiana parou seus trilhos em Araguari⁷⁰. Porém, o

⁶⁹ CUNHA, Antonio Afonso. *Nossos pais nos contaram* – História da Igreja em Uberlândia, 1818 – 1989. Universidade Federal de Uberlândia, 1989.

⁷⁰ Entre os vários planos de interligação transcontinental idealizados desde meado do século XIX, um estudo chegou a ser feito no período em que os trilhos chegavam ao Triângulo, na década de 1890, para ligação ferroviária entre Uberaba e Coxim (Mato Grosso), e a partir daí de modo integrado, com hidrovias e ferrovias, a partir da Mogiana.

estreitamento dos contatos com outras regiões e outros projetos parece ter deixado ainda novas pautas para os empreendimentos na região, indo além dessa interrupção dos trilhos.⁷¹ Graças a essas instalações desenvolveu-se na cidade uma intensa atividade atacadista tornando-se em 1930 uma porta de entrada e saída da ferrovia Brasil Central.⁷²

A abertura de estradas nas regiões e a instalação de um dos ramais da Companhia Mogiana reduziram as distâncias entre os centros consumidores e permitiu a maior circulação de produtos de campo, fator que gerou grandes lucros para os latifundiários locais e os empresários do setor de processamento de alimentos.

Deste modo, intelectuais, empresários e políticos locais empreenderam esforços no sentido de se construir uma imagem de Uberabinha que destoasse das localidades vizinhas. Na imprensa, a exaltação da cidade estava ligada a sua vocação para o progresso econômico.

Uberabinha pela sua atuação geográfica é hoje o ponto de convergência de grande movimento comercial. Parte do triângulo e todo o sudoeste goyano – rica e imensa zona do futuro Estado vizinho – encontra aqui o entreposto comercial, onde se abastece. Foi justamente essa invejável situação que nos deu grande surto progressista, surto esse que fez da nossa out’cidade uma das mais ricas de Minas Gerais e a mais formosa do Triângulo. Não é o espírito de bairrismo que nos leva a falar dessa maneira. Estão aqui, à vista de todos os nossos melhoramentos. Estão aqui para atestar que em pouco tempo construiremos uma cidade moderna.

⁷³

As transformações em Uberabinha – denominada Uberlândia a partir de 1929 – continuaram nas décadas seguintes, acentuando-se na década de 1940 quando algumas fábricas foram instaladas na cidade e intensificaram-se as atividades comerciais, tanto internamente quanto no contato com outras regiões. A Inauguração do edifício do Mercado Municipal (1944) liga-se também a esse contexto. Foi, todavia, na década seguinte que o intenso desenvolvimento econômico e social em Uberlândia encontrou um decisivo respaldo nas políticas desenvolvimentistas nacionais, com a retomada dos projetos de transferência da capital federal para o interior do país e os investimentos rodoviários e de infraestrutura a eles relacionados.

⁷¹ São também da mesma época os primeiros estudos para a abertura de caminhos rodoviários na região, além de diversos projetos de pontes e viadutos.

⁷² BRANDÃO, C.A. *Triângulo: capital comercial geopolítica e agroindústria*. Dissertação de Mestrado. UFMG. 1989. P 66.

⁷³ *A Tribuna*, 15/11/1926. Apud: CALVO, Célia Rocha. *Muitas Memórias e Histórias de uma Cidade: Experiências e Lembranças de Viveres Urbanos Uberlândia 1938-1990*. 2001. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001. p 87.

2.2. O progresso Uberlandense

Uberlândia tornou-se uma das cidades do interior do país que mais se desenvolveu no último século. Contando com uma elite industrial e agrária que sempre foi colocada pela imprensa local como empreendedora e obstinada no projeto de transformar o município num polo de desenvolvimento do Triângulo Mineiro, Uberlândia cresceu a níveis galopantes na primeira metade do século XX, chegando a dobrar sua população no intervalo de uma década para outra. Desde o início, nota-se um desenvolvimento linear moldado conforme os interesses da classe dominante local.

Durante a década de 30, ocorreram diversas transformações políticas, sociais e econômicas no município. A economia agroexportadora do país havia entrado em crise após a Grande Depressão de 1929. A solução encontrada para tirar o Brasil da crise foi estimular o desenvolvimento industrial, no entanto, sob o maciço controle estatal. Uberlândia se encontrava em posição estratégica nesse processo, tanto que o município apresentou notável crescimento urbano e industrial no período.

Em consonância com os interesses do governo federal, Uberlândia acompanhou o desenvolvimento do país abastecendo construções idealizadas em projetos nacionais. Nos anos 1940, por exemplo, durante a gestão do presidente Getúlio Vargas, o município foi utilizado como base para a “Marcha para o Oeste”. Posteriormente nos anos 1950, o município foi um ponto estratégico para o abastecimento das obras da construção de Brasília, principal projeto da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.

Tabela 2 - Crescimento demográfico uberlandense na década de 1940

POPULAÇÃO (PRESENTE) NO MUNICÍPIO	TOTAL	HOMENS	MULHERES
	42.179	21.077	21.102
Quadro urbano e suburbano	22.123	-	-
Quadro Rural	20.056	-	-
Pessoas (de 5 anos e mais instrução declarada) que sabem ler e escrever	18.293	9.887	8.406
Pessoas (de 5 anos e mais instrução declarada) que não sabem ler e escrever	17.594	8.042	9.552
PRINCIPAL ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTENS DE 10 ANOS E MAIS		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Agricultura, pecuária, silvicultura	7.345	7.205	140
Indústrias extrativas	139	139	-
Indústrias de transformação	1.955	1.900	55
Comércio de mercadorias	1.449	1.337	112
Comércio de imóveis e valores imobiliários, créditos, Seguros e capitalização	93	93	-
Transportes e comunicações	601	593	8
Administração pública, justiça, ensino público	192	126	66
Defesa nacional, segurança pública	27	27	-
Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada	270	174	96
Serviços, atividades sociais	1.150	590	560
Atividades Domésticas, atividades escolares	14.461	1.576	12.885
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas	2.412	1220	1.192

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apud SILVA (2000), p. 72.

Observa-se que na década de 1940 pouco menos que a metade da população uberlandense concentrava-se na área rural do município, daí o predomínio das atividades comerciais terem relação com a agricultura e a pecuária. Ainda assim, é possível perceber que havia uma multiplicidade de funções comerciais, de serviços e de produção no perímetro urbano.

Maria de Fátima Ramos de Almeida expõe a ideia de que a classe trabalhadora uberlandense formada na primeira metade do século possuía peculiaridades que dificultavam a organização dos operários em torno de uma representação coletiva. São elas:

- 1 – Desde os tempos de povoamento da região, as atividades produtivas voltadas para o comércio eram predominantemente, provenientes da mão-de-obra familiar, o que favorecia relações clientelistas na dinâmica comercial.
- 2 – A heterogeneidade da procedência dos trabalhadores da cidade. O fluxo de migrantes e a convergência de interesses diversos dificultou a organização dos operários.
- 3 – Os trabalhadores estavam dispersos em atividades econômicas predominantemente mercantis, ou no setor de serviços o que dificultava o auto

reconhecimento da classe favorecendo a consolidação de uma estrutura sindical corporativa.⁷⁴

Todavia, a economia local não podia mais ser alicerçada apenas pela agropecuária. A indústria teve um papel fundamental no crescimento da cidade e para isso foi veiculado nas décadas de 40 até 60, uma intensa propaganda no sentido de incentivar e fomentar empreendimentos industriais a serem instalados na cidade.

Nos anos 50 a política nacional favoreceu o desenvolvimento da região, principalmente de Uberlândia, uma vez que o município se encontra estrategicamente próximo a um dos projetos mais ambiciosos da gestão do Presidente da República Juscelino Kubitschek, a construção de Brasília. Situada na região central do território brasileiro, sudoeste do estado de Minas Gerais e nordeste da microrregião denominada Triângulo Mineiro, Uberlândia localiza-se numa região de entroncamento com as mais importantes vias comerciais do país.

Daí a força dos empreendimentos que atuam com logística e distribuição no município. Para acessar a nova capital, Uberlândia passou a ser um ponto importante para os caminhos provenientes do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, sublinhando-se mais uma vez o potencial comercial e logístico da região – ou, em outras palavras, reatualizando-se a condição de “entrepasto” ou interligação de caminhos.

De acordo com o jornal *O Repórter*, tudo conspirava para a industrialização da cidade, desde a sua posição geográfica, sua estrutura, até o potencial empreendedor e laborioso do povo uberlandense. Esse discurso deixa transparecer ao, mesmo tempo, a ideia de que a industrialização causaria uma transformação vital no município levando a erradicação de mazelas sociais como o desemprego e a vadiagem.

A indústria atrairá para esta cidade a afluência da matéria prima e a vida de Uberlândia permanecerá ativa, proporcionando aos pobres o trabalho garantidor de sua subsistência, e aos ricos as mais amplas possibilidades de transações comerciais.⁷⁵

Tais fatores favoreceram o cenário operário no município.

⁷⁴ ALMEIDA, Maria de Fátima Ramos de. “*Uberlândia Operária*”: Uma Abordagem sobre as relações sociais em Uberlândia – 1950 – 1964. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992, p 5-6.

⁷⁵ *O Repórter*. 28/11/1951, ano XVIII, nº 1421.

Tabela 3 - Crescimento demográfico uberlandense na década de 1950

POPULAÇÃO (PRESENTE) NO MUNICÍPIO	TOTAL	HOMENS	MULHERES
	54.984	26.618	28.366
Quadro urbano	25.161	11.602	13.559
Quadro suburbano	10.638	5.084	5.559
Quadro Rural	19.185	9.932	9.253
Pessoas presentes que sabem ler e escrever	27.243	13.899	13.344
Pessoas presentes que não sabem ler e escrever	19.436	8.609	10.827
PRINCIPAL ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES DE 10 ANOS E MAIS		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Agricultura, pecuária, silvicultura	6.269	6.187	82
Indústrias extrativas	176	176	-
Indústrias de transformação	3.110	2.838	272
Comércio de mercadorias	1.926	7.708	218
Comércio de imóveis e valores imobiliários, créditos, Seguros e capitalização	267	250	17
Prestação de serviços	3.774	1.703	2.071
Transportes e comunicações	1.380	1.351	38
Profissões Liberais	186	145	41
Atividades sociais	577	260	317
Administração pública, Legislativo, Justiça	250	233	27
Defesa nacional, segurança pública	51	51	--
Atividades Domésticas, atividades escolares	18.242	2.143	16.099
Atividades não compreendidas nos demais ramos, ativ. Mal definidas ou não declaradas	76	58	18
Condições inativas	3.250	1.803	1.447
TOTAL	39.543	18.896	20.647

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)apud. SILVA (2000), p. 76.

Este cenário promissor fez necessária a introdução de normas disciplinadoras no espaço urbano destinadas aos trabalhadores da cidade no sentido de evitar manifestações de delinquência e indisciplina. A preocupação com o comportamento dos trabalhadores advinha, dentre outros fatores, da presença desses operários no centro da cidade, haja vista que os bairros operários se localizavam inicialmente na região central, fruto, sobretudo, da especulação imobiliária estimulada pela empresa uberlandense *Imóveis Tubal Vilela da Silva*.

A imprensa local teve um papel fundamental na difusão dessa ideologia, trabalhando a ideia de havia no município um amplo projeto de crescimento gerado pela classe patronal, e que a indisciplina e a indolência seriam fatores que, se não fossem combatidos, causariam a desgraça nacional⁷⁶.

De acordo com Maria de Fátima Ramos de Almeida, a classe dominante de Uberlândia era formada pelo:

⁷⁶ CUNHA, Sandra Carla Siamoto da. *Dominação e Resistência Operária em Uberlândia – 1940 – 1945*. Monografia. Universidade Federal de Uberlândia. 1990, p 15.

(...) o conjunto do empresariado urbano e rural sediado no município, os políticos locais alocados nos parlamentos federal e estadual e na Prefeitura Municipal, as autoridades do poder jurídico, bem como funcionários públicos prepostos a portavozes do projeto burguês de construção da cidade.⁷⁷

Nota-se que as ações da elite local eram focadas no desenvolvimento local e acompanhadas pela difusão de valores conservadores e morais a serem incorporados pela população.

A imprensa desempenhou o papel de difundir a ideia do potencial progressista de Uberlândia ressaltando os supostos benefícios do mesmo, o jornal O Repórter publicou em um de seus artigos que *“a indústria atrairá para esta cidade a afluência da matéria-prima e a vida de Uberlândia permanecerá ativa, proporcionando aos pobres o trabalho garantidor de sua subsistência, e aos ricos, as mais amplas possibilidades de transações comerciais”*.⁷⁸

Os artigos do jornal O Repórter deixam clara a ideia de uma tendência para a industrialização de Uberlândia ressaltando fatores que vão desde a posição geográfica do município, sua infraestrutura e o potencial do povo uberlandense para o progresso. Esse discurso deixava transparecer ao mesmo tempo a ideia de que a industrialização causaria uma transformação vital na sociedade uberlandense, bem como combateria mazelas sociais como o desemprego e a vadiagem. De acordo com Jane E. S Rodrigues *“o projeto político da cidade expressou-se através de uma linguagem calcado, principalmente, na valorização das instituições sociais ressaltando valores morais e éticos, formados sobretudo, no trabalho e na ordem”*.⁷⁹

⁷⁷ ALMEIDA, Maria de Fátima Ramos de. *“Uberlândia Operária”: Uma Abordagem sobre as relações sociais em Uberlândia – 1950 – 1964*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992, p. 66.

⁷⁸ O Repórter. Uberlândia. 28/11/1951.

⁷⁹ RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. *Trabalho, Ordem e Progresso: Uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – o setor de serviços – 1924 – 1964*. 1989. 214f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989, p. 15.

2.3. Ideologias do mal: o comunismo em Uberlândia

De acordo com os escritos que tratam de questões atinentes ao município de Uberlândia, observam-se várias pesquisas que, dentre outras coisas, procuram construir a história local. Trata-se de pesquisas temáticas ou sobre personalidades locais que a partir de diversas fontes (orais, imprensa, processos criminais, etc.), constroem uma interpretação sobre o município. Uma notável tendência nos escritos sobre a cidade é a defesa de uma Uberlândia cujo ambiente favoreceria o desenvolvimento regional como um grande polo do Triângulo Mineiro; composta por um ambiente moral consolidado. Há assim o reforço da ideia de uma cidade onde movimentos “transgressores” ou “radicais” não teriam espaço para se desenvolverem.

Nas palavras de Idalice Ribeiro Silva, esse discurso dominante gera a seguinte ideia de Uberlândia:

Uma das cidades de médio porte que se destacou, triunfantemente, no processo de crescimento econômico brasileiro dos últimos tempos. A trajetória de construção da aspirada metrópole regional afigura-se, nesse discurso, marcada pelas ações das classes dirigentes que, historicamente, idealizaram-na segundo valores morais, políticos e culturais – o que a faz transparecer “ordeira”, “pacífica”, “civilizada”, “laboriosa” e “progressista”: um lugar “idílico” em meio às perplexidades do sistema político, econômico e social brasileiro⁸⁰.

De fato, essa interpretação prevalece em grande parcela da população. A ideia de que Uberlândia é uma cidade que mantém uma ordem de acordo com a lógica do sistema nacional é bastante predominante. Uma das consequências desse imaginário é o enxugamento das tensões entre as classes sociais ocorridas no século XX no município entre diferentes setores sociais e, principalmente, entre grupos com interesses políticos distintos.

Há ainda quem considere que a existência de um movimento comunista em Uberlândia tratar-se-ia apenas de um produto da imaginação de alguns, ou mesmo, um mito local. Isso se deu, provavelmente, pela grande propaganda anticomunista difundida na cidade contra os “vermelhos”⁸¹.

Diante deste embate ideológico, as elites locais lançaram mão, sobretudo da imprensa, para construir imagens no imaginário social como a de que Uberlândia se erigia como “*Moscou*

⁸⁰ SILVA, Idalice Ribeiro: *Flores do Mal na cidade Jardim: Comunismo e anticomunismo em Uberlândia – 1945 – 1954*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000, p. 17

⁸¹ O termo vermelho utilizado em uma conotação política tem várias significações. Aqui, nos referimos a uma expressão pejorativa utilizada por anticomunistas para se referir à socialistas/comunistas e suas dissidências.

Brasileira”, ou a “*sucursal de Havana*”. O discurso anticomunista foi difundido desde os anos 1920 de forma paliativa, tornando-se importante e objeto de preocupação da elite local a partir de 1945, com a fundação do partido comunista na cidade.⁸²

De acordo com Luise Bundy, o movimento comunista em Uberlândia teve notável fragilidade ideológica, uma vez que as determinações do Partido Comunista Brasileiro (PCB) não contemplavam as subjetividades dos cidadãos uberlandenses, sendo apresentados pela própria autora como “*participes moderados*”, ou, militantes juvenis demonstrando a rebeldia típica de jovens descontentes com a atmosfera conservadora local.⁸³

Sobre o descompasso entre as diretrizes do PCB e as ações dos militantes comunistas de Uberlândia, Idalice Ribeiro afirma:

Não se pode desconsiderar a existência dos comunistas em Uberlândia, em decorrência de suas dificuldades de entender a “doutrina marxista”, seja porque não tiveram acesso à literatura marxista, seja porque não estudaram e, por isso, muitos deles não souberam ou não puderam agir em conformidade com diretrizes do partido.⁸⁴

Sobre o acentuado sentimento anticomunista em Uberlândia, ela o classifica como:

Corporificado tanto nos discursos da imprensa, quanto nos “dizeres” e “fazer” das instituições sociais, a exemplo das polícias políticas e da Igreja Católica, que estiveram no encalço dos vermelhos, durante o percurso, legal, ilegal, clandestino, e semi-clandestino do partido comunista nessa cidade.⁸⁵

Mas quais fatores levaram as organizações sociais, meios de comunicação e demais agentes a se mobilizarem contra esse perigo vermelho? O estudo pontual das ações comunistas em Uberlândia demonstra que esses militantes desempenharam várias ações consideráveis durante a primeira metade do século XX.

Em 1935 fundou-se o núcleo da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em Uberlândia, presidido por Manoel Thomaz Texeira de Souza. Na década de 1940, com o retorno da legalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundou-se no dia 12 de agosto de 1945, o Comitê Municipal do PCB de Uberlândia e o Comitê Regional do Triângulo Mineiro. Em 1947, sob o

⁸² OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte: Uberlândia – 1950 – 1985*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992, p. 124.

⁸³ Idem, p. 35-36.

⁸⁴ SILVA, Idalice Ribeiro: *Flores do Mal na cidade Jardim: Comunismo e anticomunismo em Uberlândia – 1945 – 1954*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000, p. 37.

⁸⁵ Idem. p. 20.

slogan “*Vereadores de Prestes*”, os comunistas conseguiram eleger quatro vereadores: José Virgílio Mineiro (médico); Roberto Margonari (dentista prático); Heckmar Borges (professor e contador) e Enoque Caldeira de Paiva (Trabalhador da construção civil)⁸⁶.

O perfil social dos dirigentes comunistas era composto, majoritariamente, por profissionais liberais e pessoas com cargos ou empregos que lhe garantiam uma boa condição de vida e considerável inserção na sociedade. Essa condição é proporcional também ao nível de esclarecimento dos comunistas. Isso pode ser constatado nas obras sobre o comunismo brasileiro como no artigo *O PCB: os dirigentes e a organização*, de Leôncio Rodrigues Martins, que afirma que a composição social dos dirigentes dos comitês municipais do PCB era formada por profissionais de bom nível social como médicos, dentistas, advogados e engenheiros⁸⁷.

O caso de Uberlândia não é tão incomum no estado. O estudo de Eliana Regina de Freitas Dutra mostra que cidades como Belo Horizonte e Juiz de Fora também tiveram condições viáveis de combater o avanço comunista pela capacidade de arregimentação de pessoas da Igreja Católica, pela imprensa e pelo forte sindicalismo cristão nessas cidades⁸⁸.

Outros indícios sinalizam que os comunistas não encontraram apoio dos trabalhadores urbanos nessas cidades. Isso explica o fato de boa parte das atuações comunistas se darem no campo. Dentre essas ações, a região do Triângulo Mineiro tinha um valor estratégico⁸⁹.

Cabe ressaltar a importância da imprensa anticomunista na cidade. Durante a década de 30 os jornais *O Povo*, *O Estado de Goiaz* (com circulação no município de Uberlândia) e *O Repórter*, publicavam frequentemente textos conscientizando a população quanto ao perigo do comunismo.

Em crônica escrita no jornal *O Repórter* o jornalista Geraldo Ladeira alerta a população uberlandense sobre o suposto envolvimento do parlamentar Mário Palmério com o movimento comunista na cidade.

Ninguém se iluda. Na Câmara Federal, Uberlândia tem um inimigo. E esse inimigo chama-se Mário Palmério (...) O senhor Pena Boto, presidente da Campanha Anticomunista o aponta como o elemento de proa no vermelhinho triangulino. A afirmativa do senhor Palmério de que não existe comunismo no Triângulo Mineiro é simplesmente mentirosa. Porque, ou mente o senhor Mário Palmério ou mente o Departamento de Ordem Pública e Social do Estado ou então o Departamento de Segurança Nacional, que possuem as fichas de todos os elementos comunistas do Triângulo e que poderão, um e outro, fornecê-los ao

⁸⁶ Ibidem, p. 21.

⁸⁷ MARTINS, Leôncio Rodrigues. *O PCB: os dirigentes e a organização*. In FAUSTO, Boris (org). *O Brasil Republicano; sociedade e política – (1930 – 1964)*. 5º Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1991. v. 3. p.. 361-443. (História Geral da Civilização Brasileira).

⁸⁸ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*. São Paulo: Hucitec/ Editora UFMG, 1988.

⁸⁹ DUTRA, Eliana, *O ardil totalitário: imaginário político dos anos 30*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1997.

ilustre deputado, se a sua ignorância tamanha que chega a afirmar a inexistência do movimento bolchevista na região.⁹⁰

A propaganda anticomunista em Uberlândia se deu de forma mais enfática por meio da imprensa, que propagandeava o perigo que os cidadãos corriam caso o “povo comunista” estendesse seus tentáculos até o Brasil, ameaçando a família, a propriedade e gerando a corrupção da sociedade. Este alarde anticomunista parece ter tido efeitos positivos no primeiro quarto do século XX. Idalice Ribeiro ao se referir às palestras sociais, coluna do jornal *O Progresso* dedicada a alarmar a população local sobre os perigos dessa ideologia, afirma que Uberlândia tinha aspectos que colaboravam para que o comunismo não evoluísse no município como o provincianismo da cidade e a acentuada crença cristã dos cidadãos uberlandenses.

Ainda assim, foi dedicado muito esforço no combate a essa mazela, haja vista que o município já apontava traços de crescimento urbano e econômico e buscava evitar antagonismos entre patrões e empregados - levando a práticas perturbadoras como greves, passeatas e mesmo atentados.⁹¹

Observa-se ainda, nos dizeres da imprensa, recursos linguísticos que levam ao leitor a elaborar um juízo maniqueísta sobre o comunismo/socialismo, além do trabalho das ideias de perseguições, execuções, torturas e miséria dos países onde essa ideologia foi implantada, havia também representações como o bem e o mal, o civilizado e o bárbaro, a harmonia e o caos, a paz e a guerra, a prosperidade e a fome. Somam-se a diabólica e anárquica cor vermelha, imagens como monstros gigantes ou o próprio diabo destruindo nações.

A partir dos anos 30, com a publicação do Manifesto de Maio do revolucionário comunista Luiz Carlos Prestes e com a oscilação do Partido Comunista Brasileiro entre a legalização e a ação clandestina, os periódicos *A Tribuna* e *Jornal de Uberlândia* publicavam frequentemente artigos condenando e alertando o povo sobre os perigos dessa ideologia. Em artigo do jornal *A Tribuna* sobre o referido manifesto:

Tal manifesto, que aconselha o calote aos credores estrangeiros, que nos emprestaram dinheiro, que não soubemos aplicar convenientemente e o confisco ou roubo das terras aos proprietários legais para serem retalhadas e distribuídas gratuitamente aos trabalhadores, é um desses deslazes que somente um cérebro perturbado e obcecado pode engendrar.

⁹⁰ *O Repórter*. 09/11/1953.

⁹¹ SILVA, Idalice Ribeiro: *Flores do Mal na cidade Jardim: Comunismo e anticomunismo em Uberlândia – 1945 – 1954*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000, p. 88-89.

Entregar o governo do país a soldados, marinheiros e proletários ignorantes, doentes, sem personalidade e sem rumo na vida, é querer transformar o ventre em cérebro, os órgãos vegetativos em psíquicos.⁹²

De acordo com Idalice Ribeiro, remetendo-se ao depoimento do militante comunista Roberto Margonari, o movimento comunista em Uberlândia passou a atuar de forma efetiva e preocupar o governo e a população locais a partir de 1932⁹³. Fez-se necessária uma guerra ideológica para criar, no imaginário social, uma representação sobre o comunismo que aterrorizasse a população. Frequentemente foram publicados na imprensa artigos que retratavam a situação nos países onde a revolução vermelha se concretizou, onde a maioria da população vivia sob extrema miséria e guerra civil, privados dessa realidade apenas os líderes corruptos e sádicos do comunismo.

(...) os anticomunistas associaram o comunismo ao caos, à intolerância, à violência e ao terror; mostraram o quão imorais os comunistas ao ultrajar os liames mais sólidos da humanidade: a propriedade, a religião, a pátria e a família. Além de pretender provocar o medo coletivo dos vermelhos, os anticomunistas instrumentalizaram as imagens do modo de vida comunista, a fim de tocar profundamente nos sentimentos de religiosidade e de fraternidade, nos princípios de vida, nos fundamentos da cultura e da tradição do povo brasileiro que, sob diversos aspectos, foi caracterizado pela sua cordialidade e civilidade.⁹⁴

Jornais de circulação local como o *Estado de Goiaz*, *O Repórter*, *Jornal de Uberlândia* e *A Tribuna*, repreendiam a população e imprimia uma postura moral e cívica de modo a educar os uberlandenses a evitarem a todos os custos os princípios comunistas.

Nos anos 30 as atividades comunistas em Uberlândia eram desempenhadas por um grupo de professores do Ginásio Mineiro, entre eles o então reitor desta instituição Mário de Magalhães Porto, e outros como José Ignácio, Diógenes Magalhães, Emanuel Novais Sales, Nelson Cupertino, José Aparecido Teixeira de Souza e Henckmar Borges. Destacam-se também profissionais liberais como os médicos Miron Menezes e Mário Faria e o advogado Nelson de Magalhães Porto.

⁹² *A Tribuna*. Uberlândia, 15/06/1930, ano 12, nº 501, p.4, c. 1-2. Apud. Idalice. Op. Cit., p. 98.

⁹³ Embora seja sabido de registros de atividades comunistas em Uberlândia a partir de 1930, como constam nos relatos de Olívia Calábria (entrevista concedida em junho de 1991) e nos relatórios do DEOPS-SP sobre as movimentações da Juventude Comunista em Uberlândia. Ainda assim, se sabe sobre a atuação dos comunistas na cidade entre 1930 e 1935, anos em que ocorreu a Intentona Comunista no Brasil. SILVA, Idalice Ribeiro: *Flores do Mal na cidade Jardim: Comunismo e anticomunismo em Uberlândia – 1945 – 1954*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000, p. 105.

⁹⁴ Idem, p. 111.

(...) os comunistas liderados pelos referidos professores mantiveram atividades ora veladas ora ostensivas na cidade - nas instituições educacionais e nos espaços comerciais e/ou domésticos onde se realizavam as reuniões clandestinas. Isso foi constatado pelas notícias da exoneração de Mário de Magalhães Porto do cargo de reitor e professor de História das Civilizações do Ginásio Mineiro de Uberlândia, em 1935, sob acusação de instrumentalizar a cátedra como veículo de disseminação do “credo vermelho”.⁹⁵

É notável a atuação de intelectuais nas frentes comunistas de Uberlândia, sobretudo professores. Várias instituições de ensino foram rotuladas como locais de irradiação do comunismo ou locais onde se realizavam reuniões dos militantes. Além do Ginásio Mineiro, receberam esse rótulo também o Liceu de Humanidades de Uberlândia e o Ginásio Brasil Central. De acordo com Renato de Freitas, ex-prefeito de Uberlândia, estes educadores influenciaram parte da mocidade uberlandense e dos profissionais liberais do município, sendo que é dele a expressão que deixou a cidade conhecida como a “*Moscou Brasileira*”.

Por isso, Uberlândia foi identificada pelas polícias políticas como uma “cidade fundamental” para as atividades comunistas, ora em segundo, ora em terceiro lugar depois de Belo Horizonte, e o Triângulo Mineiro como a região estratégica da atuação comunista no Estado Mineiro, desde a década de 30.⁹⁶

Desta forma, os escritos sobre Uberlândia trazem elementos que denotam a tentativa de se construir a imagem de uma cidade progressista, ordeira e corporativa. Destacam-se os elementos morais cultivados, sobretudo pela imprensa, e o intenso combate a ideologias transgressoras ou contrárias aos ideais burgueses da elite local. No plano político, o combate ao comunismo e o estímulo às ideias progressistas foram bem sucedidos, mas a cidade escondia contrastes, sendo que o desenvolvimento e o aumento galopante da população fizeram surgir contradições sociais.

⁹⁵ Ibidem, p. 138.

⁹⁶ Ibidem, p. 145.

2.4. Um espaço de disputa

Denota-se que mesmo com as supracitadas dificuldades de organização e de luta por melhores condições de trabalho, os operários conseguiram se articular, em alguma escala, e ameaçar os interesses da elite uberlandense. Nesse sentido, foram postos em prática projetos de caráter político pedagógico voltado para os trabalhadores que visavam formatar o operário de acordo com as demandas econômicas e sociais do município. Podemos citar, por exemplo, a Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial Américo Renê Giannetti.

Tal prática estava em consonância com o projeto pedagógico implantado em indústrias de todo país, uma vez que a capacitação profissional e a doutrinação moral e ideológica dos trabalhadores alinhavam-se a um projeto nacional. Ou seja, tratava-se de uma prática que não se restringia apenas a necessidade imediata do ofício, mas um projeto social de construção de um tipo de cidadania.⁹⁷

Orientada pelas demandas preconizadas pela Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia - ACIAPU, principal entidade representativa da burguesia no município, o currículo da Escola Vocacional tinha como objetivo:

(...) incutir o valor do trabalho e de disciplina às pessoas que estavam marginalizadas na cidade, a Escola Vocacional atendia o projeto de cidade defendido pelos setores empresariais. O empresariado ligado à ACIAPU apostava que com a oferta dos cursos profissionalizantes era possível reduzir os problemas de marginalidade social e preservar a imagem de Cidade-Jardim, limpa e ordeira, importante para a vinda de empresas e investimentos econômicos no município. A imagem de cidade tranqüila e esteticamente atraente foi uma meta perseguida pelo empresariado e autoridades políticas locais. Esse discurso calcado nos parâmetros de ordem, progresso, estética e higiene tiveram o intuito de viabilizar o desenvolvimento da cidade e a sua expansão econômica, bem como tentar manter sob controle e dominação a formação da classe trabalhadora.⁹⁸

Criada na década de 1930, a ACIAPU surgiu com o intuito de viabilizar os interesses dos empresários dos setores do comércio, indústria e agricultura. Ao contrário do Círculo Operário, criado uma década mais tarde e com o intuito de mediar as relações entre trabalhadores e patrões e garantir o acesso aos direitos dos trabalhadores, esta instituição tinha como função fomentar e garantir o sucesso de seus projetos comerciais e a manutenção do *status quo* sem grandes preocupações com o cumprimento das questões trabalhistas legalizadas a partir dos anos 1930.

⁹⁷ FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p. 87.

⁹⁸ SOUZA, Luciene Maria de. *Entre o ideal e o real: a construção do pensamento empresarial uberlandense e seus projetos educacionais para a formação dos trabalhadores*. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2012, p. 177.

Todo este cuidado para manter o controle dos trabalhadores visava preservar a imagem ordeira e progressista da cidade. Isso por que o município estava alinhado à ideologia desenvolvimentista do período que teve a ACIAPU como condutora dos projetos locais. Durante as décadas de 1940 e 1950, a cidade se tornaria referência nacional devido sua campanha pró-industrialização, materializada com a construção do setor industrial da cidade, além da alocação de diversas empresas em Uberlândia.

A Associação tem uma tradição de lutas, com um saldo soberbo de vitórias em favor da causa comum do povo, em benefício do progresso da região e na defesa dos interesses de classes produtoras, lutas estas travadas sempre com o apoio de todos os associados, e mais ainda, com o apoio total da cidade.⁹⁹

O discurso ideológico que afirma a parceria entre capital e trabalho conseguiu cristalizar a visão progressista e ordeira do município graças a um conjunto de práticas e a interação de instituições como a imprensa local e entidades patronais. No entanto, os trabalhadores não se silenciaram, uma vez que entre as décadas de 1940 e 1960 ocorreram diversos conflitos de classe.

Os estudos recentes sobre o movimento operário uberlandense mostram que os trabalhadores locais não se mantiveram omissos e resistiram à dominação burguesa de diversas formas. As carências enfrentadas pelos operários extrapolavam o ambiente fabril permeando outras esferas da vida social.

As denúncias contra o alto custo de vida, a luta pelo cumprimento da legislação trabalhista, as campanhas salariais, as comissões de tabelamento e reivindicações para a plena assistência médica foram uma constante. Essas eram as reivindicações básicas da classe trabalhadora uberlandense, expressas nas suas inúmeras manifestações. Foram as condições elementares para fazê-la se expressar na luta por condições dignas de trabalho e sobrevivência.¹⁰⁰

O crescimento urbano e o desenvolvimento econômico do município proporcionaram grande crescimento demográfico para a cidade. A dependência econômica das cidades vizinhas favoreceu o fortalecimento do empresariado uberlandense e a migração de trabalhadores em busca de emprego.

Muitos trabalhadores foram marginalizados e submetidos às chamadas “*funções de preto*”, Luiz Carlos do Carmo discrimina tais funções em dois grupos:

⁹⁹ ACIAPU, 09/01/1962. Apud: SOUZA, op. cit., p. 68.

¹⁰⁰ RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. *Trabalho, Ordem e Progresso: Uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – o setor de serviços – 1924 – 1964*. 1989. 214f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989, p. 96.

Um grupo abriga curtumes, as charqueadas, as fábricas de banha, as máquinas de beneficiar arroz e os saqueiros, atividades diretamente relacionadas com a feição produtiva do momento, ou em uma relação direta com os importantes ciclos produtivos dessa economia. O outro grupo é formado por atividades relacionadas ao processo de crescimento urbano, infra-estrutura e embelezamento da cidade; são elas o calçamento das ruas, o trabalho nas pedreiras e olarias.¹⁰¹

Tais funções eram majoritariamente desempenhadas por trabalhadores negros, embora o primeiro grupo contasse com a presença numerosa de trabalhadores brancos e pardos. Este grupo era também o mais importante para a econômica do município, uma vez que as fábricas de charque¹⁰² e de beneficiamento de grãos representavam mais da metade da produção industrial uberlandense.¹⁰³

Embora a oferta de empregos fosse grande, as condições de trabalho e a remuneração comprometiam a qualidade de vida dos trabalhadores. A maioria tinha rendimentos que arcavam apenas com as necessidades materiais básicas, tratava-se apenas de uma forma de viabilizar a manutenção da vida dos operários.

Sobre a falta de amparo e os rendimentos dos trabalhadores assalariados de Uberlândia, o jornal *O Repórter* noticiou:

O custo de vida em Uberlândia é bastante elevado. O pobre faz malabarismos de economia para que seus esforços não proporcionassem nem satisfação de ter a barriga cheia, a família vestida, um teto para se abrigar. Os salários não estão em proporção ao prelo dos gêneros de primeira necessidade (...) Tudo aqui custa caro. O arroz, a principal produção da lavoura triangulina é alimento p'ra gente rica (...) O pobre não come couves, alfaces, tomates, cebolas etc. São artigos de luxo. A carne vai desaparecendo da panela do operário. O que lhes resta, pois? Banha, batata, rapadura, farinha (...) A vida do pobre é pois um caso que deve merecer atenção dos poderes públicos (...) O operariado, funcionário público e o remediado que se agüentem. Façam “força” para vencer os percalços que se lhe depararem a frente (...).¹⁰⁴

No entanto, os registros apontam que os trabalhadores uberlandenses estavam longe de serem omissos. As más condições de trabalho e as arbitrariedades dos patrões alimentaram diversas greves, e os trabalhadores obtiveram muitos direitos. Algumas categorias conseguiram se articular em grandes reivindicações, como a greve dos motoristas de 1948, em que os grevistas

¹⁰¹ CARMO, Luiz Carlos do. “*Função de Preto*”: *Trabalho e Cultura de Trabalhadores Negros em Uberlândia/MG 1945/1960*. 2000. 177f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 32.

¹⁰² Durante a década de 50 o município de Uberlândia se consolidou como o principal distribuidor e beneficiador de carnes e derivados do Brasil. *Correio de Uberlândia*. 19/05/1956.

¹⁰³ *Correio de Uberlândia*. 19/05/1951.

¹⁰⁴ *O Repórter*. 06/03/1938. Apud: CALVO. op. cit., p. 116.

conseguiram paralisar as estradas que interligavam Uberlândia às cidades da região dificultando a distribuição de mercadorias.

Outros setores rotineiramente paralisavam suas atividades em protesto devido à insuficiência dos rendimentos dos trabalhadores e as condições precárias de trabalho.¹⁰⁵ Por exemplo, as fábricas de fósforo, tecidos e laticínios. Ou seja, apesar da existência de uma ideologia progressista e ordeira, e de instituições que atuavam no sentido de coagir ações contrárias a esses ideais, os trabalhadores uberlandenses reagiram às condições que eram submetidos e passaram a lutar pelo exercício de direitos.

Provavelmente o mecanismo de manifestação mais eficiente dos trabalhadores uberlandenses tenha sido a greve. Tradicionalmente, este é o lócus que evidencia as contradições entre a burguesia e o operariado. No caso de Uberlândia, algumas greves ocorridas nos setores de transporte e bancário, foram consideradas vitoriosas por parte da imprensa local, devido à quantidade de benefícios econômicos oriundos destas ações. No entanto, faz-se necessário ressaltar que a imprensa local tratou de despolitizar estes atos limitando-os a uma questão econômica. Ressalta-se que embora os motivos sejam justos, as greves constituem um empecilho para a sociedade, sendo “por vezes prejudiciais ao progresso de um povo.”¹⁰⁶

Ainda assim, entre o fim dos anos 30 e início dos anos 60, foram deflagradas diversas greves em Uberlândia. Diversas entidades instituíram greves com intuito de combater as dificuldades que permeavam a vida dos trabalhadores uberlandenses.

¹⁰⁵ *O Repórter*. 14/06/1944.

¹⁰⁶ *O Repórter*. 30/10/1951.

Quadro 1 - Movimentos grevistas ocorridos em Uberlândia 1930/60

Ano	Categoria	Reivindicações	Liderança	Efeito
Julho/1936	Serventes de Pedreiro	-Aumento salarial - cumprimento da jornada de 8 horas de trabalho		
Outubro/ 1936	Chauffeurs	- Cumprimento do acordo estabelecido entre as Associações dos Chauffeurs e o Comércio de gasolina, a bonificação de \$ 200 em cada caixa de gasolina vendida	Associação dos chauffeurs, Mechanicos e Classes Conexas.	Cumprimento do acordo
Agosto/1937	Chauffeurs	- Baixa do pedágio cobrado pela Cia. De Autoviação. -Extinção do imposto cobrado na Ponte do Delta (SP) -Ajustamento do frete - Melhoria na conservação das estradas	Associação dos chauffeurs, Mechanicos e Classes Conexas.	Atendimento às reivindicações
Janeiro/1946	Bancários	- Aumento salarial - Regulamentação da carreira	Centro Recreativo Bancário	Aumento salarial
Março/1948	Açougueiros	- A greve foi motivada pela licença concedida pela Câmara Municipal às charqueadas para venderem carne em açougues de emergência		
Maio/1948	Transportadores de gasolina	- Restabelecimento da venda de gasolina, uma vez que seu comércio só estava sendo realizado no “mercado negro” - Livre condução de passageiros nos	Associação dos condutores de Veículos Rodoviários	Atendimento às reivindicações

		caminhões		
Junho/1948	Ferrovíários	- Aumento salarial - Promoção nos quadros		
Setembro/1951	Bancários	- Aumento salarial	Sindicato dos Bancários	Reajustamento de 20%
Abril/1952	Motoristas	- Eliminação do Posto Vau - Suspensão de impostos	Associação dos Condutores de Veículos Rodoviários	Assinatura de um Termo de pacificação.
Maio/ 1955	Transportadores de gasolina	- Aumento de 25 % no frete	Associação dos Condutores de Veículos Rodoviários	Aumento do frete
Maio/ 1956	Motoristas (interestadual)	- Revogação da Lei 679 - Devolução das importâncias já arrecadadas	Associação dos Condutores de Veículos Rodoviários	Suspensão do pagamento da cobrança da taxa. Devolução das importâncias arrecadadas, excetuada aos motoristas mineiros.
Abril/ 1957	Motoristas (interestadual)	- Melhoria das condições das estradas - Contra a elevação de taxas e impostos - greve contra o governo de Goiás	Associação dos Condutores de Veículos Rodoviários	As reivindicações foram atendidas
Setembro/ 1958	Motoristas (interestadual)	- Crescente alta do preço de peças e assistência aos veículos - aumento do preço dos fretes	Sindicato dos Motoristas de São Paulo Associação dos condutores de Veículos Rodoviários Empresas de Transporte de cargas	
Novembro/1959	Professores	- Aumento salarial	Ass. Dos Professores Primários do Estado de M.G	Aumento salarial
Outubro/1961	Bancários	- Aumento salarial	Sindicatos dos Bancários	

Fevereiro/1962	Transportadores de gasolina	- Aumento do preço do frete	Ass. Dos Condutores de Veículos Rodoviários Associação dos Proprietários de Gasolina	
Fevereiro/1963	Transportadores de gasolina	Cumprimento do aumento autorizado pelo CNP em 34% contra os 19% propostos pelas Companhias Shell e Esso	Ass. Dos Condutores de Veículos Rodoviários Sind. Das Empresas Transportadoras Interestaduais de Carga de São Paulo	Cumprimento dos 34%
Agosto/ 1963	Professores (estadual)	- Aumento salarial - 9 aulas semanais para professores regentes - incorporação ao vencimento dos professores para efeito de férias-premio, licenças remuneradas ou aposentadoria, dos proventos correspondentes ao número mensal médio de aulas extranumerárias lecionadas nos últimos três anos. - Lista tríplice para a escolha do Diretor da Escola. - Garantia plena de nenhum prejuízo para os grevistas.	Comissão de Professores	
Setembro/ 1963	Bancários	- Aumento salarial	Sindicato dos Bancários	

Fonte: RODRIGUES (1989).

Das greves ocorridas em Uberlândia no referido período, chama-nos atenção dois fatores: o primeiro diz respeito à natureza das categorias grevistas, sendo a maioria delas alocada no setor de serviços. Outro desdobramento do “progresso” uberlandense está ligado ao setor de distribuição. Como foi dito, o município de Uberlândia se beneficiou com a ampliação da malha ferroviária na região, a construção de estradas intermunicipais e a instalação de empresas transportadoras no município. No entanto, a quantidade de greves encabeçadas por sindicatos e associações de transporte deixa claras as dificuldades enfrentadas por esses trabalhadores. Nota-se que as reivindicações visam garantir melhores condições de trabalho como a melhoria nas estradas, a eliminação de despesas como o fim de pedágios e outros tributos, e aumento no valor do frete.

Outro aspecto, que também contempla o setor de transporte, diz respeito às reivindicações de aumento salarial e de valorização da categoria, apontando o custo de vida na cidade e a articulação de algumas categorias. Ou seja, embora houvesse todo um esforço da burguesia uberlandense e da imprensa local de constituir um ambiente de concórdia e harmonia na cidade, o que houve neste espaço foi na verdade uma intensa disputa entre o patronato e os trabalhadores.

No entanto, acreditamos que a atuação de uma instituição como Círculo Operário tenha contribuído para atenuar o conflito entre as duas classes sociais. Com a proposta da coexistência pacífica entre patrões e empregados, o combate ao comunismo e a luta pela justiça social, o Círculo desempenhou um importante papel no município amparando os trabalhadores, organizando-os de acordo com um viés ideológico tolerável aos olhos da elite local, mas garantindo-lhes o exercício de direitos já consolidados, porém inacessível até então.

3. CAPÍTULO III - O Círculo Operário de Uberlândia e a concórdia entre classes

3.1. Uma entidade para o trabalhador uberlandense

Em consonância com as exposições presentes nos capítulos anteriores, cabe salientar que o movimento dos Círculos Operários teve seu início no ano de 1932, no estado do Rio Grande do Sul. Após uma década, em 1942, o padre Leopoldo Bretano, idealizador do movimento, esteve em Uberlândia para auxiliar na criação do núcleo municipal da entidade. Na ocasião, outros núcleos foram fundados como os de Araguari, Uberaba e Ribeirão Preto¹⁰⁷.

Os registros documentais demonstram que durante o período que antecedeu a instalação dos núcleos na região foi realizada uma intensa articulação entre os dirigentes do movimento circulista e as elites locais, buscando estabelecer um ambiente de cooperação entre as entidades. Essa era uma atividade de praxe do movimento, pois antes de se instalar um núcleo, era necessário avaliar a realidade local e estabelecer uma imagem confiante para atuar entre trabalhadores e patrões.

As orientações político-ideológicas do núcleo municipal foram implementadas de acordo com a doutrina da Igreja Católica, preconizando a manutenção de uma sociedade hierárquica, ordeira e corporativista, mas também se pregava a justiça social, ou seja, preconizavam-se relações saudáveis e justas entre empregadores e empregados. Trata-se de uma representação dos trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho e sobrevivência.

Cabia aos círculos amparar o operário, educá-lo e protegê-lo de “ideologias do mal” e de excessos promovidos pelos patrões. Não apenas preocupado com atividades laborais, os círculos preenchiam o cotidiano dos trabalhadores com cursos, festividades e atos públicos, além de garantirem um efetivo programa assistencialista para amparar os filiados.

Eles agem assim, conciliadores, mas ao mesmo tempo, eles passa a doutrina dos papa para os operário, para os católico, o povo né... evangeliza vamo dizer assim. Evangeliza o setor da economia, o setor social, o setor da política, que às vezes ele é visto como coisa abjeta né, como coisa mundana por muitos católico, muitos cristão, achavam impróprio um católico fervoroso se ocupar com essas coisas, sindicato, coisa de operário, coisa de política, coisa de partido,

¹⁰⁷ O núcleo de Araguari foi instalado em 3 de março de 1943, com a presença de trinta representantes do núcleo uberlandense, conforme correspondência de 3 e 15 de março de 1943. O núcleo de Ribeirão Preto foi fundado em 6 de dezembro de 1942, e o de Uberaba em 1940. Acervo do Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Uberlândia – CTCU.

achavam isso uma extravagância né... porque... muitos tinham uma mente assim muito acanhada, eu mesmo achava estranho né, não entendia nada disso até conhecer o Círculo e começar a participar... mas depois a gente vê que o mundo... tudo que Deus criou de bom né... tudo tem que ser bem cuidado, bem administrado... e tudo tem o seu motivo de ser, tem o seu valor.

(...)

Tínhamos propostas. A proposta que é apresentada pela doutrina social da Igreja, por exemplo: reduzir as hora de trabalho pa oito horas diárias, o primeiro Círculo Operário, já tinha essa proposta, descanso semanal, seguro, férias, salário justo, essa foi a proposta, lutou por isso, quer dizer... ensinou isso, militou em cima disso, fazia passeatas, pregava cartazes, usava imagem, jornal, livro, tudo o Círculo usou pra propagar as suas idéias. Aí depois nós começou a nós mesmo nos ajudarmos né, montava cooperativa, caixa de socorro, essas coisa.¹⁰⁸

Chama-nos atenção nesse relato a forma como os Círculos lançaram mão de diversos mecanismos para atrair os trabalhadores e lutar por seus direitos. Tais pautas de luta como descanso semanal, férias e redução da jornada de trabalho, são conquistas consolidadas nas Leis Trabalhistas, promulgadas durante o governo de Getúlio Vargas, ou seja, não consistiam em ações revolucionárias, mas um esforço para que se cumprisse, em Uberlândia, os direitos já determinados por lei.

De acordo com o *mondus operandi* do movimento, foi reproduzida uma nova visão sobre o papel do trabalhador na sociedade, re-significando as noções de pobreza, dando mais ênfase à dignidade do trabalhador cristão. Ou seja, a visão de um trabalhador:

(...) que tem o conceito justo e cristão de trabalho, como necessário, útil, meritório, honroso e digno, mesmo no mais humilde mister; por ser de uma pessoa humana, de uma alma que age, realiza, dirige com energia, paciência, exatidão, sangue frio, tenacidade, por ser o exercício de muitas virtudes e preservação de muitas tentações e dignificado pelo próprio filho de Deus Cristo Operário.¹⁰⁹

Na prática, a entidade atuou na organização de vários sindicatos e associações dos trabalhadores locais como a Associação dos Condutores de Veículos Rodoviários, o Sindicato dos Bancários e o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. Tal fato se deu por meio de palestras e cursos, empréstimos da sede da entidade para reuniões de sindicatos, inclusão das lideranças sindicais nos quadros do Círculo e na promoção de eventos festivos, formativos e esportivos para os trabalhadores.

¹⁰⁸ Sr. Alírio José Borges, 79 anos, ex-presidente do Círculo Operário de Uberlândia. Entrevista concedida em dezembro de 2009.

¹⁰⁹ *Manual dos Círculos Operários Católicos*, Apud. Almeida, p 33.

O baluarte maior desta política da Igreja era a ideologia da conciliação de classe entre patrão e empregado, e a cidade de Uberaba, através de sua arquidiocese, foi o caminho condutor desta política doutrinária. Tanto era que, por algumas vezes, o Bispo daquela localidade visitava esta cidade em atividades ou datas ligadas aos trabalhadores.¹¹⁰

Destarte, como a Liga Eleitoral Católica (LEC)¹¹¹, que não tinha a natureza de um partido político, mas atuava no sentido de defender os interesses católicos no meio, os Círculos Operários também não se caracterizavam como um sindicato uma vez que as entidades dessa natureza eram proibidas de seguir orientações religiosas. No entanto, o alcance ideológico dos Círculos era muito mais amplo, tendo em vista que a entidade atuava com o maior número possível de sindicatos, principalmente na formação de seus dirigentes. Ou seja, ao invés de a Igreja Católica ter um sindicato de trabalhadores cristãos, criou-se um organismo de formação ideológica no interior de vários outros sindicatos.

Referência em formação profissional e política, o Círculo Operário exerceu acentuada influência sobre os sindicatos do município, por meio da formação e capacitação de seus quadros, e, também, por permitir que a sede da entidade fosse utilizada por outras organizações. Diversos cursos eram oferecidos como a formação de delegados sindicais, tesouraria, oratória, etc. Dentre as agremiações, as que possuíam relações estreitas com o círculo eram: os sindicatos dos trabalhadores da construção civil, da indústria alimentícia e das indústrias mecânicas e metalúrgicas.

Os livros de ata do Círculo fazem inúmeras referências a cursos profissionalizantes que qualificavam os trabalhadores para diversas funções administrativas como os de datilografia e secretariado. Muitos trabalhadores das indústrias de beneficiamento de alimentos participavam dos cursos. Havia, também, cursos de liderança sindical, estes eram dedicados à formação dos quadros dos sindicatos parceiros.

Havia, ainda, cursos de liderança, específicos para os circulistas, como os de delegado e sub-delegado, categorias de liderança na entidade. Para essas atividades, era

¹¹⁰ DAMASCENO, Fernando Sérgio. *Condições de vida e participação política de trabalhadores em Uberlândia nos anos de 1950/60*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2003, p. 102.

¹¹¹ Criada em 1932 pelo Plínio Correa de Oliveira, esta entidade não constituía um partido político, mas tratava-se de um instrumento de orientação para o eleitorado católico. Sua criação tem ligação com o momento político que o país atravessava diante do avanço das propostas comunistas encabeçadas pelo Partido Comunista Brasileiro.

utilizado o próprio material do movimento. Tais ações consistiam em formar lideranças operárias que seguissem os princípios da Doutrina Social da Igreja.

Outros cursos foram oferecidos no período: de oratória, tapeçaria e corte e costura. Além disso, havia uma série de palestras abertas para o público geral sobre os mais variados temas, como a Doutrina Social da Igreja, os malefícios do comunismo, questões sindicais, informações atinentes aos direitos e obrigações de trabalhadores e patrões, etc., e a divulgação destes eventos era realizada na imprensa local, por meio do jornal Correio de Uberlândia e da Rádio Difusora. O espaço do Círculo Operário era cedido para entidades parceiras para a realização de reuniões, cursos e festividades.

O registro formal da entidade foi realizado no dia 31 maio do ano de 1943 com o registro do estatuto do Círculo no cartório da cidade. Com amplo apoio das autoridades locais e um notável crescimento de sócios ao longo dos primeiros meses de atividades, passando de 30 membros para cerca de 350 no ano seguinte, os circunistas passaram a realizar suas assembléias e festividades no salão do colégio Nossa Senhora.

Consta no acervo do Círculo Operário de Uberlândia uma correspondência do então Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, em resposta a uma solicitação de aval da própria entidade, parabenizando a entidade pela função de mais um núcleo e garantindo apoio moral para a realização de suas atividades.¹¹² Apesar das mobilizações realizadas pela entidade após a sua fundação, observa-se uma intensa articulação para conseguir apoio moral das elites locais, divulgarem a instalação e as atividades do Círculo e adquirir material doutrinário e de filiação com as federações e a Confederação Nacional dos Círculos Operários.

Dentre as autoridades locais que manifestaram apoio moral ao núcleo circulista uberlandense encontram-se Nereu Ramos, então presidente da Câmara dos Deputados, os políticos Fernando Melo Viana e Octávio Mangabeira, além do prefeito da cidade José Fonseca e Silva¹¹³.

O perfil dos dirigentes do Círculo Operário de Uberlândia denota o diálogo e a participação de representantes de segmentos mais abastados da sociedade uberlandense, por exemplo, o primeiro presidente, José Custódio Sobrinho, Vice-Presidente do Círculo Operário em 1947 e em 1951, e Presidente em 1956. Era também Secretário da Associação dos Trabalhadores na Indústria da Construção desde 1946, e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário e uma influente figura

¹¹² Correspondência recebida em 05/05/1943. Acervo do Círculo Operário.

¹¹³ Correspondências enviadas em maio de 1943. Acervo do Círculo Operário.

pública local. Nos quadros da diretoria da entidade também havia a presença de José Vicente do Nascimento, sogro de José Custódio e também dirigente de representações patronais.

Outra liderança de destaque do círculo foi o bancário Caio Lima Santa Cecília que presidiu a entidade durante a década de 50, ocupando posteriormente outros cargos da diretoria. Outra figura importante na sociedade uberlandense, mas de outro seguimento, foi o padre Monsenhor Eduardo, que além de ser assistente eclesiástico do círculo, desempenhava alguns projetos em parceria com a entidade.

Um dos principais palestrantes do círculo no entre os anos 50 e 60 foi o senhor Lélis Chaves, professor, advogado, fazendeiro e antigo militante do movimento integralista. O professor Lélis, que futuramente lecionaria no curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, difundia os ideais corporativos da doutrina integralista nos sindicatos da região e, posteriormente, sintetizou o conteúdo de suas explicações sobre as vantagens de uma sociedade corporativa por meio da organização de representações por categorias, a preconização pela relação harmônica e cooperativa entre as classes e a defesa de uma reforma estrutural e ética da sociedade de modo a estimular a solidariedade entre os indivíduos.¹¹⁴

Durante uma de suas palestras na sede do Círculo Operário o professor Lélis explanou sobre os problemas do comunismo e as ações de seus militantes em Uberlândia.

“Não podemos ser bastante ingênuos em não acreditar no perigo comunista. Pois aqui em Uberlândia eles estão solapando, inclusive se candidatando aos cargos públicos. Se o comunismo fosse como eles dizem, valeria a pena ser comunista, Mas na realidade o comunismo é tão mau, tão perverso, tão sugador do operário, quando o próprio capitalismo. Aliás, o comunismo é o capitalismo do Estado”.¹¹⁵

De acordo com o professor, a solução para os problemas dos trabalhadores se encontrava na Doutrina Social da Igreja Católica. Frequentemente ele realizava palestras sobre encíclicas papais que fundamentam essa doutrina.

As atas e o registro de correspondências enviadas do Círculo Operário de Uberlândia às federações e à confederação nacional nos primeiros anos de atuação do

¹¹⁴ OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte: Uberlândia – 1950 – 1985*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

¹¹⁵ *O Repórter*. 27/09/1962.

movimento no município indicam uma grande preocupação com a formação doutrinária dos circulistas por meio das solicitações de envio de material de filiação, panfletos, cartilhas e livros que tratam da Doutrina Social da Igreja Católica e sobre anticomunismo. Isso fez com o núcleo uberlandense contasse hoje com um amplo acervo de obras dessa natureza, ainda que em péssimo estado de conservação.

No entanto, parte considerável desse acervo foi perdida pelo fato de a própria entidade ter descartado os documentos, ou pelo mau estado de conservação. No caso dos livros, a maior parte foi doada, sobretudo os títulos relacionados à doutrina da Igreja, anticomunismo, peças teatrais e literatura.

Do registro de correspondências enviadas da primeira década do núcleo, observa-se que as atividades do círculo uberlandense se orientavam em três eixos principais: solicitação de material doutrinário e anticomunista, solicitação de apoio moral e econômico das elites e autoridades locais, e materiais de filiação como distintivos e cadernetas e bandeiras.

Tabela 4 - Balanço de Correspondências do Círculo Operário de Uberlândia

Ano	Solicitação de material	Solicitação de apoio	Eventos do círculo	Total
1943	23%	14%	63%	100%
1944	0%	23%	67%	100%
1945	—	—	—	—
1946	16%	10%	74%	100%
1947	24%	14%	62%	100%
1948	14%	33%	53%	100%
1949	0%	5%	95%	100%
1950	0%	14%	86%	100%
1951	0%	33%	67%	100%
1952	20%	30%	50%	100%
1953	0%	34%	66%	100%

Fonte: Acervo do Círculo Operário de Uberlândia.

No que diz respeito à solicitação de material, observou-se nos primeiros anos a necessidade de material doutrinário, informativos e materiais de filiação como cadernetas, distintivos, fichas, etc. As publicações ideológicas eram destinadas aos oradores do círculo responsáveis pelas palestras da entidade. De modo geral, os operários não tinham acesso à biblioteca do núcleo e à leitura das obras. A formação dos trabalhadores costumava ficar a cargo dos dirigentes.

No acervo do círculo constavam obras como *A Internacional Comunista* e o *Veneno do Bolchevismo*, obras que, assim como foi elucidado no primeiro capítulo, traziam informações sobre o terror social existente nos países comunistas e o tratamento

dado à Igreja e aos cristãos nesses regimes, e explorava imagens sobre essa ideologia e alertavam para o perigo da disseminação dessas ideias no Brasil como: *A organização comunista é um centro de vontade despótica que admite concessões, reconciliações ou colaboração. Para ele, só existem inimigos e escravos*”¹¹⁶.

O projeto comunista é colocado como uma grande conspiração anticristã que visa instaurar a tirania e desumanizar a sociedade.

O bolchevismo não é uma loucura, porém é, certamente, uma doença psíquica e espiritual; isso explica o fato de encontrarmos as vezes, na chefia dos motins e revoluções bolchevistas, pessoas desequilibradas psiquicamente, ou moralmente defeituosas, ou simplesmente em estado de loucura incipiente... essa doença leva a desintegração e enfraquecimento espiritual do homem e na prevalência de seu instinto animal.¹¹⁷

Estes temas eram debatidos nas formações e assembléias do círculo com o intuito de elucidar aos trabalhadores o projeto comunista de destruição da moral cristã. Para seu combate, eram preconizados cinco pontos fundamentais:

- 1 – formação religiosa;
- 2 – a naturalização das desigualdades sociais, uma vez que para haver emprego para os trabalhadores é necessária à existência de patrões, ao contrário da ideia de sociedade sem classes, como os comunistas defendem;
- 3 – valorização da família como parte de uma tradição sagrada, e fonte de amor, sacrifício e da propriedade hereditária;
- 4 – educação moral e cívica com o intuito de estimular o patriotismo;
- 5 – opinião pública de intelectuais.

Além do material anticomunista, a entidade solicitou também manuais de formação de lideranças do movimento, como delegados e subdelegados. Esses manuais tratam da organização dos círculos, como devem funcionar os departamentos, quais as funções de cada membro e até como deve ser a conduta de um militante circulista. Tal material fez com que o Círculo Operário de Uberlândia se tornasse um importante centro de formação para os sindicatos da cidade.

Em entrevista realizada em dezembro de 2009, na sede do Círculo Operário, o senhor Alírio José Borges, 79 anos, circulista desde os anos 50, ex-tesoureiro e ex-

¹¹⁶ ADC. *O Veneno do Bolchevismo*. São Paulo. 1950, p. 5.

¹¹⁷ Idem, p. 8-9.

presidente da entidade durante a década de 70 compartilhou algumas experiências atinentes ao período de sua militância.

Testemunha de um dos períodos de maior mobilização e prestígio da entidade no município de Uberlândia, o senhor Alírio inicia sua fala esclarecendo como conheceu o Círculo e os motivos que o atraíram a se tornar um circulista.

Bom a gente sempre, a gente sempre vinha aqui né? Quando eles faziam uma assembléia, uma reunião mensal. Aqui na região se falava muito disso, o povo noticiava e tal. Aí... eu fazia parte da paróquia Nossa Senhora Aparecida, numa associação religiosa né? Que se chama Congregação Mariana, e nós era convidado pá vim, e a gente vinha, vinha os congregado e mais um punhado de gente e assistia as assembléia, vinha um padre assistente religioso da federação do Círculo de Belo Horizonte né? O padre Ari de Freitas e outro diretor. A gente vinha pá achava bom as reuniões né? Sentia bem, tinha umas palestras boa que esclarecia a gente.¹¹⁸

O testemunho do senhor Alírio sugere que o Círculo Operário gozava de certa credibilidade entre a população. Ele ressalta ainda que, embora seu contato com o Círculo tenha ocorrido por intermédio de sua participação em uma instituição religiosa, diversas pessoas alheias ao catolicismo também eram atraídas. Muitos temas atraíam a atenção de curiosos como as palestras sobre a Doutrina Social da Igreja, os problemas da militância comunista e temas atinentes à causa operária, como os direitos previstos em lei para os trabalhadores.

Além de instruir o operário e informá-lo sobre a Doutrina Social da Igreja, o Círculo promovia também atividades artísticas e de lazer para seus associados. Foi construído um palco na Casa do Operário onde eram realizadas peças teatrais, muitas vezes protagonizadas pelos próprios filhos dos circulistas que tinham oportunidade de estudar teatro no Círculo. Havia, também, desfiles, provavelmente para exibir as peças construídas no curso de corte e costura e apresentações musicais. Algumas festividades eram realizadas com o intuito de levantar fundos para financiar ações do Círculo.

¹¹⁸ Sr. Alírio José Borges, citado anteriormente.

Fotografia 2 - Curso de formação de lideranças operárias na sede do Circulo em 19 de dezembro de 1976



Fonte:Arquivo do Circulo Operário Cristão de Uberlândia, CDHIS-UFU.

O registro de solicitação de material também nos dá a dimensão do número de associados nos primeiros anos do círculo. Em correspondência enviada à Confederação Nacional dos Círculos Operários, a entidade informava que no ano de 1946 o círculo uberlandense havia filiado 350 circulistas e solicitava o envio de mais distintivos e carteirinhas, pois a estimativa para o ano era de chegar à marca de 600 filiados.¹¹⁹

Outro eixo bastante importante trabalhado pelo círculo foram as solicitações de apoio moral, material e financeiro das autoridades locais. Podemos citar, como exemplo, os ofícios enviados ao prefeito Vasconcelos Costa solicitando serviço de apoio material da Companhia de Força de Luz¹²⁰, e posteriormente, serviço de água ao prefeito Tubal Vilela¹²¹. Além do apoio moral, a prefeitura da cidade ainda auxiliaria na construção da Casa do Operário, sede do círculo uberlandense¹²².

O terceiro eixo, de maior volume, compete a atividades cotidianas do círculo como cursos de formação, congressos e assembléias, destinadas a informar a população, entidades parceiras e autoridades locais.

Em 1º de maio de 1943 houve a instalação oficial do Círculo Operário de Uberlândia, contando com congratulações e regozijos do então Ministro do Trabalho Dr. Marcondes Filho. A primeira diretoria do núcleo contou com Rui Barbosa Horta como presidente além do Reverendo Cônego Eduardo Antonio dos Santos como

¹¹⁹ Correspondência de 08/11/1946 à Confederação Nacional dos Círculos Operários. Acervo do Círculo Operário de Uberlândia. Acervo do Círculo Operário de Uberlândia.

¹²⁰ Correspondência de 19/03/1943 à Prefeitura Municipal de Uberlândia. Acervo do Círculo Operário de Uberlândia.

¹²¹ Correspondência de 21/03/1951 à Prefeitura Municipal de Uberlândia. Acervo do Círculo Operário de Uberlândia.

¹²² Correspondência de 28/05/1951. Acervo do Círculo Operário de Uberlândia.

assistente Eclesiástico e do bancário Caio Lima Santa Cecília como Delegado Geral. Uma peculiaridade dos Círculos Operários é que era de praxe a participação de um sacerdote na diretoria dos núcleos circulistas para orientar os membros e auxiliar nos estudos dos circulistas. Em 1944, o Círculo Operário de Uberlândia filiou-se à Confederação Nacional dos Operários Católicos.

O procedimento das reuniões seguia um padrão com o canto dos hinos dos trabalhadores cristãos, o Hino Nacional e a Canção Circulista. A formação teórica dos trabalhadores era baseada nos seguintes materiais: Manual do Círculo Operário, publicação que trazia os fundamentos do movimento circulista e os princípios que os militantes do movimento deveriam cultivar; O Evangelho de NS. Jesus Cristo, obra de estrito caráter teológico, destinada a uma espécie de discussão evangelizadora; o livro de Iniciação Social; o jornal “O Clamor” da Confederação Nacional de Operários – CNOC. Essas publicações traziam notícias do movimento em escala nacional, congressos, novos núcleos, notas de falecimento e análises de conjuntura; além do debate sobre a questão social, na época entendida como a “questão operária”, nesse caso uma análise de conjuntura sobre a realidade local.

É salutar dedicar maior observância ao fato de que o coro do Círculo deixa claros os princípios que seriam pregados no município de Uberlândia. Com a exaltação da dignidade do trabalho, a defesa da cooperação entre patrões e empregados, a conformidade entre a separação daqueles que pensam e daqueles que executam ditaram os rumos do movimento operário cristão da cidade.

Trabalho Participado por Deus!

Os doutores planejam e tem idéias, nós operários, executamos e fazemos.

O sol tosta-nos a pele, a chuva fustiga-nos o rosto, a neve enregela-nos o sangue nas veias, o calor das caldeiras e das fornalhas como que assa-nos por dentro.

O carvão, o óleo e a tinta, mancha-nos a roupa e as mãos; são as manchas do trabalho as manchas que limpam!

Sim, há entre nós uma colaboração mútua, dependemos dos nossos patrões, nas suas obras, dependem dos nossos braços.

Sem operários não existiriam as cidades, nem as estradas de ferro, nem as linhas de navegação, nem a agricultura, nem a indústria nem o comércio!

Glória, glória ao trabalho! O trabalho Honrado e dignificado com o suor do Homem-Deus.”¹²³.

¹²³ Coro sobre o “Trabalho”. Acervo do Círculo Operário de Uberlândia.

Embora se tratasse de uma organização apartidária, a entidade uberlandense participava de congressos de trabalhadores e da “Semana de Ação Social” e organizava, na cidade, atos cívicos de exaltação aos trabalhadores, à ordem social e de combate ao comunismo.

Mas, quem eram os membros do Círculo Operário? Do número de trabalhadores filiados observa-se uma série de ofícios como: apontador, carpinteiro, servente de obras, pedreiro, pintor, trabalhador do setor de alimentação, trabalhador ferroviário (maquinista, foguista, mecânico e telegrafista), e auxiliar de serviços gerais - ligados ao setor de beneficiamento de cereais -, além de alguns profissionais liberais, como advogados e bancários.

Em geral, os membros do Círculo eram trabalhadores urbanos, geralmente migrantes de cidades vizinhas ou outros estados. Buscava-se o emprego dos sonhos ou uma ocupação que garantisse o sustento da família. Somava-se a isso, a propaganda que era vinculada sobre o município de Uberlândia “A imagem propalada, de que nesta cidade tinha um forte crescimento e uma economia promissora que a fazia ser conhecida como “cidade jardim” uma das melhores a ser habitado neste Brasil central”.¹²⁴

Além da pluralidade de origens e da baixa condição material, esses trabalhadores apresentavam diminutos índices de alfabetização. Muitos conseguiam, apenas, desenhar o próprio nome – sem ao menos compreender o significado das palavras. Tais aspectos dificultavam a organização desses trabalhadores em entidades que representassem seus interesses.

Boa parte dos trabalhadores filiados ao Círculo Operário da cidade era oriunda do setor de produção de cereais. Embora a maioria dos associados trabalhasse nas indústrias de beneficiamento de alimentos, é importante ressaltar que no campo a produção destes gêneros era realizada em regime de semiescravidão, fato que reduzia os custos de produção, além da grande oferta de mão-de-obra, o que proporcionava aos empreendedores locais a extração de mais-valia absoluta e relativa dos trabalhadores.¹²⁵

Na cidade, o nível de exploração também era bastante agressivo uma vez que as circunstâncias oferecidas contrastavam com as perspectivas criadas pelos trabalhadores,

¹²⁴ DAMASCENO, Fernando Sérgio. op. cit., p. 22.

¹²⁵ De modo genérico, a *mais-valia absoluta* é o resultado do aumento da jornada de trabalho do operário sem a devida remuneração por esse acréscimo. Já a *mais valia relativa* ocorre quando o trabalhador é forçado a aumentar a produção durante seu tempo de trabalho. Ver capítulos IX e X. MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Tomo I. Ed. Nova Cultura Ltda. 1996.

sobretudo os migrantes. Raramente obtinha-se uma ocupação estável, bem remunerada e com condições dignas de trabalho.

Além da opressão no trabalho e da baixa remuneração, os trabalhadores enfrentavam dificuldades em outros âmbitos da vida social. Por exemplo, no que diz respeito à habitação, os trabalhadores se concentravam nas vilas operárias localizadas na periferia da cidade, em setores como a Vila Saraiva, Vila Martins, Roosevelt e Patrimônio. É importante ressaltar ainda que neste período apenas a região central da cidade era nutrida de serviços de água e esgoto. Ou seja, as moradias dos operários dispunham de estruturas insalubres como fossas para desprezarem os detritos.

No que se refere à educação, o acesso a esse direito era geralmente almejado para os filhos dos operários. Ao menos esta era a prioridade. A respeito da formação escolar das crianças, a educação pública municipal demonstrava incapacidade de absorver todos os alunos no período, ainda assim, as escolas não dispunham de material escolar suficiente para fornecer aos alunos. A política educacional não era nada satisfatória – tanto para discentes quanto para professores.

Em relação à saúde do trabalhador, a situação era mais precária ainda. A incidência de trabalhadores que sofriam de enfermidades decorrentes de exaustão, falta de material de proteção, ruídos ou mesmo da insalubridade do ofício, era bastante elevada. Outro fator agravante era a falta de amparo médico por parte do poder público e dos empregadores que pouco se preocupavam com a saúde de seus funcionários. De modo geral, havia duas formas de assistência médica oferecida a essa parcela da população, sendo: assistência religiosa¹²⁶ ou como benefício aos associados do Círculo Operário de Uberlândia. Há também indícios de médicos comunistas que prestavam assistência médica para a população carente.

Outra nuance que preenchia a vida social do trabalhador e de sua família dizia respeito ao lazer. Para a camada mais pobre do município, as principais atividades de lazer estavam ligadas a passeios no centro da cidade, banhos no Rio Uberabinha e jogos de futebol amador.

As diversões eram consideradas um luxo, mais que uma necessidade humana, luxo não em sentido de preconceito, mas em sentido de poder econômico de realizar tal atividade (...) Acontecia às vezes, datas mais representativas, como festejos do 1º de maio, de este trabalhador

¹²⁶ Durante os anos 1960 o Ambulatório Eurípedes Barsanulfo atendia a população carente nas vilas operárias durante os sábados através de consultas e distribuição de remédios. Assistiam a população os médicos Manoel Tomaz Teixeira de Souza, Hélio e Joaquim Martins.

receber uma “doação” da burguesia, como por exemplo, uma entrada para o cinema para seus filhos.¹²⁷

Mas quais eram os atrativos para esse tipo de trabalhador se associar ao Círculo? Para se tornar um circulista era necessária a realização de uma sindicância sobre a vida particular dos candidatos a sócio, sobretudo para evitar que um espião comunista se infiltrasse no movimento. Os sócios admitidos recebiam uma caderneta e um distintivo que os credenciava a gozar dos benefícios concedidos aos circulistas e a participar de atividades como as reuniões mensais de formação ou os demais cursos oferecidos na sede.

Fotografia 3 - Distintivo do bancário Caio Lima Santa Cicília, ex-presidente do Círculo Operário de Uberlândia



Fonte: Arquivo do Círculo Operário Cristão de Uberlândia, CDHIS-UFU.

Em correspondência enviada ao prefeito de Uberlândia, o Sr. Tubal Vilela, sobre a construção da sede definitiva do Círculo Operário de Uberlândia a ser erguido na Rua Bernardo Guimarães, nº 344, denominada “Casa do Operário”, o então presidente do Círculo informa as várias contribuições que a entidade vem oferecendo para seus militantes como: Cooperativa de consumo (inaugurada desde 1947); Caixa de socorro mútuo; Caixa de empréstimos pró-cooperativa; Seção de corte e costura; Convênio para abatimentos em consultas médicas e na compra de medicamentos e sorteios mensais de prêmios para os associados.¹²⁸

¹²⁷ DAMASCENO. op. cit., p. 55.

¹²⁸ Correspondência de 28/5/1951. *Acervo do CTCU.*

Na sede do núcleo uberlandense, o circulista tinha acesso a cursos de alfabetização e poderia concluir o primário e realizar um curso sobre corte e costura. Havia na Vila Operária, atual Bairro Aparecida, uma escola coordenada pelo padre João Batista destinada à alfabetização dos trabalhadores e seus filhos. Em 1954 foi finalizada a construção da sede do Círculo Operário de Uberlândia, a Casa do Operário situada no centro da cidade na Rua Bernardo Guimarães, 344 no tradicional Bairro Fundinho. Foi construída outra escola de alfabetização operária neste espaço e, em 2008, foi construído o dossiê de tombamento histórico da sede do Círculo.

Fotografia 4 – Casa do Operário



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ademais, havia ainda: salão de barbearia, consultório odontológico, uma caixa de socorro mútuo e uma cooperativa de consumo para atender aos membros. Os sócios ainda tinham desconto nas farmácias que chegava a 40% do preço dos produtos. Para a recreação dos membros havia na sede diversos tipos de jogos, exibição de peças de teatro, bandas de música e sessões de cinema - com um projetor próprio do Círculo. Esses atrativos eram de grande importância para os filiados e contribuiu bastante para o aumento da quantidade de membros.

Nesse período, o acesso a atividades lúdicas era considerado uma regalia para poucos, no que diz respeito a entretenimento como teatro e cinema, o acesso era para um público muito restrito, mas o Círculo Operário da cidade conseguia proporcionar isso aos seus filiados. No caso dos diversos cursos oferecidos pela instituição, tratava-se de uma oportunidade, muitas vezes ímpar, de aprender um ofício e ampliar suas habilidades profissionais.

Isto nos leva a crer que o conjunto de benefícios oferecidos aos filiados se constituía como o principal atrativo aos trabalhadores do que a causa militante, no caso,

a luta contra o comunismo, ou a defesa das causas cristãs. O Círculo Operário desempenhava o papel de proteger os trabalhadores e oferecer um caminho para terem uma considerável melhoria de vida. É importante notar que o Círculo desempenha uma função que deveria ser executada pelo Estado, uma vez que o conjunto de benefícios garantidos aos circulistas compunha direitos estabelecidos pelas leis trabalhistas elaboradas durante o governo de Getúlio Vargas.

O que nos chama atenção é que a eficiência do Círculo decorre de diversos fatores, e não apenas dos esforços empreendidos pela entidade. Embora as conquistas dos trabalhadores não se tratassem de concessões, havia sempre a articulação com o poder público e a elite local. Fosse por meio da permissão e atuação das autoridades locais nos eventos do Círculo, a doação de dinheiro, material ou mesmo ingressos de cinema que os empresários distribuíam para os filhos dos operários, até a demanda direta de cursos ou atividades específicas demandadas por esse setor.

A respeito das festividades oferecidas aos sócios também eram realizados atos públicos de comemoração ao 1º de Maio, dia do trabalho, com a confecção de cartazes para serem espalhados nos muros da cidade, passeatas e missas solenes. Havia um programa chamado *Atualidade Circulista* transmitido nas rádios *Educadora* e *Bela Vista*.

As comemorações do Dia do Trabalhador merecem atenção especial em nossa análise por se tratar de um evento utilizado para consolidar o clima de conciliação entre a burguesia local, a Igreja e os trabalhadores. Neste evento sempre estavam presentes as lideranças política e religiosa, uma vez que cabia a elas a promoção do evento.

As celebrações do 1º de Maio eram compostas por três etapas: a primeira delas consistia em uma exposição musical desempenhada pela banda municipal, durante a manhã; no período da tarde eram oferecidas, aos filhos dos operários, sessões de cinema no *Cine Éden*, para demonstrar a caridade da burguesia local por ceder aos pobres jovens a possibilidade de desfrutar daquela forma de lazer; a terceira, já no período noturno, consistia em uma missa em louvor a São José Operário, o patrono do trabalhador e símbolo da aliança entre Igreja e Estado. Por fim, eram realizados discursos de exaltação a ordem e de sindicalização “limpa”, ou, anticomunista por políticos locais e dirigentes do Círculo Operário.

Nesse sentido, ao oferecer esse tipo de entretenimento, os festejos realizados para os trabalhadores uberlandenses funcionavam como um instrumento de “domesticação” da luta operária local.

(...) é possível entender que, por mais que se estivesse ludibriando o trabalhador em seu próprio dia, possivelmente a maioria deles nem percebiam isto, e participavam daquela data como um outro evento nacional qualquer, e não propriamente um evento de classe. Com isto, trazer seus filhos para a sessão de cinema, ouvir uma banda municipal, alvorada de foguetes e fechar com um culto religioso, talvez tivesse muito sentido para sua vida. Além de ouvir propostas que lhe caíam como um afago. (...) E se toda aquela política de conciliação de classe implementada pela Igreja, Círculo Operário e as elites uberlandenses, deu resultado positivo, a omissão ou mesmo adesão das direções sindicais tem a responsabilidade sobre este processo, que contribuía para estender ainda mais a exploração sobre a força de trabalho.¹²⁹

Fotografia 5 - Passeata de comemoração do Dia do Trabalho em 1º de maio de 1946



Fonte: Arquivo do Círculo Operário Cristão de Uberlândia, CDHIS-UFU.

Nota-se uma intensa articulação do Círculo com as autoridades locais durante os festejos e atos públicos da entidade. Como exemplo, podemos citar a correspondência enviada ao delegado regional de polícia, Dr. Carlos Lourenço Jorge, em que o presidente do núcleo uberlandense solicita autorização por parte do corpo policial para realizar uma passeata no centro da cidade, em comemoração ao Dia de trabalho.¹³⁰

Em correspondências enviadas ao prefeito de Uberlândia, Vasconcelos Costa, e ao deputado estadual Tubal Vilela, o presidente do Círculo agradece às doações feitas pelos políticos e os convida para a confraternização que seria realizada no santuário do Colégio Nossa Senhora.¹³¹

¹²⁹ DAMASCENO. op. cit., p. 118.

¹³⁰ Correspondência de 20/4/1943, ao Delegado Regional de Polícia. *Acervo do CTCU.*

¹³¹ Correspondência de 5/5/1943, aos senhores Tubal Vilela e Vasconcelos Costa. *Acervo do CTCU.*

Para comemorar o segundo aniversário do Círculo Operário de Uberlândia, foram convidados para a solenidade: a Rádio Difusora, a imprensa local, as associações e sindicatos parceiros, o prefeito e o juiz de direito.¹³²

Nesse sentido, o círculo operário de Uberlândia divulgou vários eventos recreativos e comemorativos que visavam além de garantir o entretenimento dos circulistas, atrair novos trabalhadores para suas fileiras católicas. A divulgação nos jornais, o subsídio da alta sociedade uberlandense com apoio moral, político e financeiro, o aval da Igreja, e o apoio das forças policiais, contribuíram substancialmente para o progresso da unidade circulista de Uberlândia em seus primeiros anos de existência.

Novamente retomamos à tese de que para a elite uberlandense o apoio às atividades do Círculo em relação aos trabalhadores era estratégico, no sentido de domesticar a classe trabalhadora por meio de uma série de mecanismos assistenciais que atenuavam a desigualdade social garantido maior controle dos operários.

Nesse contexto, a oferta de trabalho digno, educação, saúde e lazer, direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado eram concretizados por intermédio dos Círculos Operários. No entanto, o preenchimento dessas lacunas da vida do trabalhador seguia os tramites da política nacional, estabelecida durante o governo de Getúlio Vargas, e dos interesses da burguesia uberlandense.

O jornal “O Repórter” retratou um dos primeiros eventos públicos realizados pelo Círculo Operário de Uberlândia, em sua comemoração do Dia do trabalho em 1943:

Uberlândia teve um dia cheio de festa, para solenizar o “Dia do Trabalho”, consagrado a exaltação do operário em sua tarefa construtiva (...) Os edifícios públicos, as casas de comércio e os estabelecimentos de ensino amanheceram embandeirados (...) às 14 horas realizou-se no salão de festas do Colégio Nossa Senhora a posse da diretoria eleita para dirigir os destinos do Círculo Operário de Uberlândia, fundado a 17 de dezembro do ano findo.

Essa reunião esteve brilhantíssima, com a presença do dr. A. Moreira Pena representante do Prefeito Municipal, do dr. Helvécio Rosemburg, juiz de direito, representantes de outras associações classistas e da Imprensa .

Estavam presentes representantes do Círculo Operário de Uberaba, e numerosos membros do Círculo de Araguari, que ostentavam a tiracolo largos fitões verde-amarelos...¹³³

¹³² Correspondência de 5/5/1944, convocando a comunidade para participar de evento comemorativo pelo aniversário do Círculo de Uberlândia. *Acervo do CTCU*..

¹³³ *O Repórter*. Uberlândia, 5/5/1943.

Entre as figuras da alta sociedade uberlandense que tinham estreitas relações com o núcleo da cidade podemos destacar: Dr. Carlos Lourenço Jorge, Dr. Cairo do Egyto, Dr. Washington Gomes Faria, Dr. Moacir de Andrade¹³⁴, Vasconcelos Costa¹³⁵, Tubal Vilela¹³⁶, José Fonseca e Silva¹³⁷, Jacy de Assis¹³⁸, Rondon Pacheco¹³⁹, Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, Bispo da Diocese de Uberaba, etc. Dentre autoridades, políticos e religiosos havia também os diretores de rádios e jornais, além de empregadores e industriais que contribuíam, com recursos ou materiais, para as atividades do Círculo.

O Círculo Operário de Uberlândia também tinha uma boa articulação a nível nacional. O contato com as federações e a confederação do movimento intermediou o diálogo da unidade de Uberlândia com importantes políticos, como: Raul Fernandes¹⁴⁰, Alexandre Marcondes Machado Filho¹⁴¹, Nereu Ramos de Oliveira¹⁴², etc. O registro dos relatórios de atividades enviados a esses políticos e a solicitação de apoio moral para a entidade podem comprovar essa aproximação.¹⁴³

Isso comprova a importância do Círculo para o município de Uberlândia. Tendo em vista a importância econômica do município na região do Triângulo, o crescimento substancial do operariado uberlandense e as condições que o mesmo enfrentava, nos leva novamente a concluir que o Círculo Operário foi o mecanismo encontrado pelo poder público e elites locais para disciplinar os trabalhadores. No entanto, este controle

¹³⁴ Delegados de polícia nos anos 1940, forneciam apoio fundamental para a realização de eventos do Círculo como passeatas e comemorações do Dia do Trabalho.

¹³⁵ José Antonio Vasconcelos Costa, importante político mineiro da época, foi interventor da ditadura varguista em Uberlândia entre os anos 1943 a 1945, e foi prefeito de outras 4 cidades mineiras: Pouso Alto, Pouso Alegre, São Sebastião do Rio Verde e Sete Lagoas. Foi deputado federal por três mandatos, secretário de Estado de Administração no governo de Levindo Ozanam Coelho e de Turismo no governo de Francelino Pereira. Além desses cargos, Vasconcelos Costa foi professor titular de Direito Internacional Público da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), presidente da Hidrominas e diretor da Associação Comercial de Minas Gerais. Foi filiado aos antigos PSD, PSP, PDS e Arena. Disponível em <http://www.uberlandia.mg.gov.br/noticia.php?id=2315>. Acessado em fevereiro de 2011.

¹³⁶ Tubal Vilela da Silva, foi um importante político mineiro, sendo prefeito de Uberlândia entre os anos 1951 a 1954 e deputado estadual entre 1955 e 1959.

¹³⁷ Prefeito de Uberlândia entre os anos 1948 e 1950.

¹³⁸ Jurista brasileiro responsável pela fundação da Faculdade de Direito que posteriormente possibilitou a criação da Universidade Federal de Uberlândia.

¹³⁹ Interventor da ditadura militar em Minas gerais durante o período de 1971 a 1975.

¹⁴⁰ Político carioca natural de natural de Valença (1877). Foi diplomata, e Ministro das Relações Exteriores nos governos dos presidentes Olívio Dutra e Café Filho.

¹⁴¹ Ministro do Trabalho de 1941 a 1945, foi um dos grandes responsáveis pela consolidação das Leis do Trabalho.

¹⁴² O político catarinense assumiu provisoriamente a Presidência da República durante o afastamento de Olívio Dutra em 1949 e logo após o seu retorno, foi eleito Presidente do Congresso Nacional.

¹⁴³ Acervo do Círculo Operário de Uberlândia.

não foi exercido de modo maniqueísta, mas de forma indireta, onde ambos os lados se beneficiaram na relação.

Na ata de instalação do Círculo, de 1º de maio de 1943, registra-se a presença de representantes enviados por grande parte dos convidados. Uma missa na Igreja Matriz de Santa Therezinha, às 8h, e uma sessão solene de instalação, no salão de festas do Colégio Nossa Senhora marcaram oficialmente a posse da diretoria e o início das ações do Círculo Operário de Uberlândia. Além de informar imediatamente a instalação à hierarquia superior do movimento – confederação nacional e federação estadual –, a diretoria recém-instalada respondeu prontamente a solicitação do Ministério do Trabalho sobre a composição da entidade. Em correspondência de agosto de 1943, informa oficialmente o nome (Círculo Operário de Uberlândia), a sede (Salão de Festas do Colégio Nossa Senhora), diretores (Ruy Barbosa Horta, presidente; Ruy Miranda, vice-presidente; Mário de Andrade; Geraldo Gomes; João Rodrigues Rocha; Ângelo Cunha; Cônego Eduardo A. dos Santos, assistente eclesiástico; Caio Lima Santa Cecília, delegado geral), número de sócios (cento e oitenta), além de um extrato dos estatutos¹⁴⁴.

A documentação referente aos primeiros dez anos de atividade do Círculo denotam sua expressiva atuação na sociedade uberlandense, nas mais diversas atividades. Nota-se, em 1943, a criação de uma escola para favorecer os filhos dos operários, a mobilização constante na campanha anticomunista e anti-integralista¹⁴⁵ (solicitam da confederação, “por caridade”, o envio urgente do material anticomunista ao núcleo, além de denunciarem à Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais a ocorrência de reuniões de comunistas nas escolas da região), a realização de assembléias gerais de trabalhadores (em grande parte no Eden Cinema), a criação em 1947 da Cooperativa Circulista de Consumo Ltda. (presidida pelo guarda-livros Antonio Maria Zukanovich), a orientação sistemática para a formação de sindicatos específicos para as categorias profissionais, além da assistência constante aos sócios.¹⁴⁶

Este é o ponto chave para o sucesso do Círculo Operário em Uberlândia, o **assistencialismo**. É notório que a elite local incentivava e participava das atividades do núcleo e que o Círculo desempenhava uma série de práticas no sentido de politizar e

¹⁴⁴ Correspondência de 31/8/1943, ao Ministro do Trabalho. Acervo do Círculo Operário de Uberlândia.

¹⁴⁵ Muitas Atas de 1946 e 1947 trazem que as reuniões eram iniciadas com esclarecimentos do presidente sobre calúnias proferidas contra o CO principalmente por membros do PCB de Uberlândia. Há também uma denúncia de reuniões de integralistas (na época o Integralismo já era considerado ilegal) no colégio Bueno Brandão.

¹⁴⁶ Informações colhidas no conjunto das correspondências entre 1943 e 1952. *Acervo do CTU*..

doutrinar os trabalhadores. No entanto, o fator que certamente atraiu o maior número de trabalhadores foram os benefícios conquistados por ser um circulista.

No dia 28 de maio de 1949, a Câmara Municipal de Uberlândia declarou o Círculo Operário de Uberlândia como uma entidade de utilidade pública. Essa lei municipal resguardava o Círculo de certos tributos e favoreceu, também, a instalação de equipamentos urbanos como serviços de água e energia para a construção da sede.

Outra questão importante são os problemas enfrentados com os comunistas e os integralistas. Estes perduraram por anos. Ao longo da década de 1940, o Círculo Operário de Uberlândia sofreu uma série de acusações, boicotes e sabotagens por grupos comunistas da cidade. Em correspondência enviada ao presidente da Federação dos Círculos Operários de Minas Gerais, o presidente do Círculo de Uberlândia denuncia um boicote realizado por organizações comunistas e ofensas dirigidas a membros do Círculo:

(...) enviamos uma reprodução da publicação do “O Estado de Goiaz” que mostrará ao supracitado se assim julgar necessário ou útil. Como verá pelas datas, os comunistas alteraram-se para semear maior confusão e para complicar a Diretora do grupo, (que é boa católica e senhora mui distinta e honrada que merece apreço e respeito) fazendo crer que ela cede o estabelecimento para reuniões políticas e, por outra parte, para evitar que abrissemos luta se atacados diretamente... Poderíamos conseguir material anticomunista junto ao Sr Dr Secretário da Educação?¹⁴⁷

Por muitas vezes, o Círculo Operário de Uberlândia esteve envolvido em acusações de apoiar o movimento integralista em Uberlândia. Pelo que se observa nos documentos do Círculo e jornais da época, a cidade teve um núcleo integralista bastante atuante.

Nota-se que, paulatinamente, o Círculo Operário criou uma estrutura que garantia aos trabalhadores diversos benefícios que preenchiam carências em diversas esferas da vida do trabalhador como a financeira, a saúde, o lazer e a educação.

A orientação para os sindicatos seguia rigorosamente os subsídios constantemente solicitados à Comissão de Orientação Sindical do movimento circulista, e buscava diferenciar a natureza dos dois modelos de organização de trabalhadores, conforme definia a doutrina do circulismo. A orientação interprofissional deveria caracterizar as ações circulistas, entendida como “obra das obras”, enquanto a ação

¹⁴⁷ Correspondência de 8/11/1946, ao Presidente da Federação dos Círculos Operários de Minas Gerais. *Acervo do CTCU.*

sindical deveria ser própria de cada categoria profissional, como “obra dos homens”. Percebe-se, inclusive, uma preocupação marcante dos dirigentes do Círculo Operário de Uberlândia com a formação dos filhos dos operários – algo que responde de forma direta à orientação da doutrina circulista que priorizava a família como núcleo formativo de valores. Há registros de várias guias de encaminhamento de filhos de associados para matrícula em escolas da cidade, sobretudo nos chamados “cursos de madureza” ao longo da primeira década do Círculo.

As correspondências do Círculo mostram também um movimento muito bem articulado, com participação em vários eventos de caráter regional e nacional e um contato próximo com a organização nacional do movimento circulista, bem como com a classe política dirigente no momento. Porém, o golpe militar de 1964 reprimiu severamente as instituições que tinham práticas de auxílio mútuo ou que poderiam ser identificadas com opositores ao regime, sobretudo aquelas formadas por trabalhadores e estudantes. Os Círculos não escaparam à regra. Durante o período da ditadura militar, os Círculos Operários se alteraram, núcleos foram fechados, o número de sócios diminuiu gradativamente e a forma de atuação dos circulistas foi se adaptando a novas demandas. Paradoxalmente, o fortalecimento de sindicatos de várias categorias profissionais ao longo da década de 1970 – alguns deles formados com o apoio dos Círculos, inclusive em Uberlândia – tornou-se aos poucos um fator de desagregação do circulismo em muitas localidades.

A partir dos anos 1970, o Círculo Operário acentuou seu perfil assistencialista, promovendo uma série de ações para capacitar as pessoas para o mercado de trabalho, além de associar-se a outras organizações sociais de caráter comunitário ou mesmo filantrópicas, oferecendo seu espaço para cursos ligados às artes, à dança, bem como atividades direcionadas a chamada terceira idade.

O movimento circulista nacional continua ativo, articulado, com encontros regionais e nacionais periódicos, além de exercer ações voltadas à divulgação de seus princípios e ideário, em grande parte pautada na doutrina católica dos primeiros momentos da Ação Católica Operária. Embora a preocupação central com as tensões entre capital e trabalho tenha assumido cada vez mais um papel secundário entre as novas bandeiras de luta e identificação do movimento. O núcleo de Uberlândia seguramente acompanha esse percurso. Se a sede do Círculo, a *Casa do Operário*, não se organiza mais para as grandes assembléias de trabalhadores, comuns na década de

1950, hoje ela permanece uma referência importante do ponto de vista da assistência e do apoio àqueles que a procuram.

Desde 1949, a *Casa* conta com o reconhecimento de seu *status* como entidade de utilidade pública (reconhecida em nível municipal pela lei n. 68 de 28 de maio de 1949), e desfruta anualmente de subsídios ou incentivos fiscais municipais¹⁴⁸ que auxiliam a manutenção de suas atividades. Merece destaque, nesse sentido, o apoio da prefeitura municipal para a construção, assinada pelo construtor Luciano do Amaral, da “sede definitiva do Círculo Operário” – a *Casa do Operário* –, conforme pedido feito em 1951¹⁴⁹. O edifício que atualmente abriga o Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Uberlândia foi inaugurado em 1º de maio de 1952, que contou com uma série de festividades em comemoração ao dia do trabalho.

¹⁴⁸ Lei Municipal nº XII, de 27 de fevereiro de 1948, sancionada pelo prefeito José Fonseca e Silva. Art: 1º Concede isenção de impostos para imóveis de propriedade das associações de classe, que sejam ou venham a ser consideradas de utilidade pública por lei federal, estadual ou municipal. Art: 2º A isenção somente concedida se os prédios forem usados exclusivamente dentro das finalidades da associação.

¹⁴⁹ Solicita isenção de imposto predial com base na lei de 27 de fevereiro de 1948, que isenta as associações de classe consideradas de utilidade pública. A julgar-se pela correspondência do núcleo, o pedido é atendido, pois há várias cobranças de impostos arquivadas com indicação de isenção anotadas e reconhecidas. *Acervo do CTCU*..

3.2. A imprensa conservadora uberlandense e o Círculo Operário

De modo geral, há elementos na construção ideológica disseminada pela imprensa uberlandense que criam a ideia da naturalização da desigualdade entre os homens, sendo esse aspecto também inerente à organização social. Para cristalizar esse modelo hegemônico de sociedade, a imprensa utilizou-se de várias matérias para “alertar” a população contra os perigos do comunismo e seu projeto de construção de uma sociedade igualitária. Essa ideia aparece como verdade única do conceito, sendo o capitalismo e a desigualdade natural, sinônimos de democracia.

Como sempre, o argumento comunista contém os elementos de verdade suficientes para seduzir os incautos. É muito certa que a propriedade privada dos meios de produção tem oferecido, freqüentemente, a homens desapiedados uma arma que tem utilizado para a exploração do próximo. Essa amarga verdade pôs-se em evidência, de modo geral, com a Revolução Industrial. Efetivamente, tanto o nascimento como o progresso do comunismo explicam-se, em grande parte, por tão infeliz acontecimento. Porém é ilusória a conclusão que daí tira o comunismo. Suprimir a propriedade privada para suprimir a exploração é uma vez mais, curar as dores de cabeça cortando a cabeça do doente. A propriedade privada é tão natural ao homem e tão necessária à sociedade como a cabeça o é ao doente em questão (...) Nos tempos primitivos dominava o comunismo, mas a organização da sociedade, o crescimento do seu grau de civilização determinou a discriminação da propriedade e a criação do governo ou Estado (...)”¹⁵⁰

A classe dirigente, não apenas demonizava o comunismo por meio do jornal, como também auxiliava na formação de associações e entidades representativas dos trabalhadores que tivessem uma conduta alheia a esses princípios:

(...) a fim de disputar a consciência de base destes e controlar suas reivindicações por meio de justificativas nacionalistas e religiosas, na tentativa de inibir a independência da classe trabalhadora sem que esta fosse contra os ideais das classes dirigentes, uma vez que as associações e organizações não estavam sendo inibidas. Essas medidas eram facilitadas pela campanha anticomunista difundida pelo jornal *Correio de Uberlândia* e outras organizações, como o Círculo Operário, que trabalhava no sentido de escamotear a luta entre o capital e o trabalho por meio da conciliação entre as classes.¹⁵¹

¹⁵⁰ Filosofia do Comunismo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 9 e 29 mar. 1964, p.3. APUD. FERNANDES, Orlanda Rodrigues. *Uberlândia impressa: a década de 1960 nas páginas do jornal*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, 2008, p. 109.

¹⁵¹ Idem, p. 114.

Outra forma da elite aproximar-se das entidades operárias foi ceder espaço para as entidades, fornecer orientação técnica e formação política, no intento de influenciar os trabalhadores. No caso do Círculo Operário, muitos professores realizavam palestras na entidade, que, como eram abertas ao público e havia a liberdade de se falar sobre qualquer tema, tinham um tom de neutralidade. Os temas mais frequentes eram referentes à “situação do trabalhador”, com ênfase na inviabilidade das propostas comunistas na resolução dos problemas enfrentados pelos trabalhadores. Esse é um indício da presença comunista na região, todo esse esforço não parece ser feito apenas para combater um inimigo externo, mas também militantes internos. Isso também explica o fato de o capitalismo ser colocado como um processo de desenvolvimento ordenado e progressivo, enquanto o comunismo se apresenta como a negação desta evolução.

Defendemos sempre o interesse de ambos, porque a harmonia social está na dependência do entrosamento das duas classes, da cooperação mútua com que elas se tratarem na convivência de suas atividades, da compreensão que revelarem do papel que a cada uma cabe na propulsão do progresso coletivo. Se o patrão não compensar na medida do razoável o esforço dos seus proletários, está necessariamente sujeito a que estes procurem melhor colocação ou que, pelo seu desgosto, pelo desânimo ou pela sua inanição, se tornarem menos produtivos, encarecendo, conseqüentemente, as mercadorias que derivarem do seu labor; se o trabalhador não desempenhar com eficiência a tarefa que estiver a seu cargo ou se receber por ela mais do que constar do seu valor venal, é lógico que o empregador não resistirá aos prejuízos e terá que fechar as portas. Toda prudência, portanto, é requerido nas relações entre dois lados a fim de que haja distribuição equitativa de lucros para um e recompensa pela mão de obra para outro.¹⁵²

O Círculo Operário foi uma entidade que permitiu, por meio de suas práticas, representações e atividades formadoras de opinião, cooptar dirigentes de organizações operárias, ao mesmo tempo em que a instituição mantinha estreita relação com a classe patronal. Deste modo, foi possível camuflar boa parte das tensões diretas entre as classes, e criou-se um clima de conciliação por meio do controle das práticas dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que os trabalhadores conseguiam espaço na imprensa, eram cooptados pelas organizações dirigentes.

Com estreita relação com a elite local e a imprensa uberlandense, o Círculo Operário teve grande difusão de suas atividades. Além de um programa semanal na

¹⁵² *O Repórter*. 04/05/1959. Apud. DAMASCENO. op. cit., p. 113.

Rádio Difusor intitulado “*Atualidade Circulista*”, a entidade possuía uma coluna no jornal *Correio de Uberlândia* e sempre anunciava suas atividades nos jornais locais.

Nas festividades que marcaram o sexto ano de fundação do Círculo Operário de Uberlândia e do dia do trabalho, em 1949, o jornal *Correio de Uberlândia* trouxe como manchete o evento comemorativo desempenhado pela “*concorridíssima e grande associação de classe uberlandense*”. O evento durou três dias, contou com a presença de autoridades políticas da cidade como o prefeito José Fonseca e Silva, que teve como programação palestras, missas, apresentações teatrais, musicais e sorteio de brindes para os sócios. Além disso, houve um discurso do então presidente da entidade, o bancário Caio Lima Cecília.¹⁵³

A imprensa local tratou com destaque a inauguração da sede do Círculo Operário de Uberlândia. O jornal *A Voz do Triângulo* destacou a presença de figuras representativas da sociedade uberlandense no evento como o vigário Monsenhor Eduardo Alves dos Santos, Dr. Abelardo Pena representando o Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara dos vereadores de Uberlândia, Dr. Misael Rodrigues de Castro, e o vereador Dr. Veloso Viana.¹⁵⁴

Outras publicações locais que fizeram alusões sobre a instalação definitiva da Casa do Operário foram *O Repórter* e *O Correio de Uberlândia*, salientando a importância dessa entidade e os benefícios que os trabalhadores terão ao se filiarem, além de informarem sobre a festividade e a celebração religiosa ocorrida.¹⁵⁵

O jornal *Correio de Uberlândia* trouxe como matéria de capa do dia 1º de Maio de 1951, as festividades que marcariam o Dia do Trabalho e os benefícios da instalação da Casa do Operário em Uberlândia. Além de exaltar a atuação do movimento circulista no Brasil em sua promoção da justiça social orientada pelas encíclicas *Rerum Novarum* de Leão XIII e *Quadragesimo Anno* de Pio XI, o jornal elucida que o movimento, ciente de que ao contrário do que outras correntes do movimento operário pregam, é inútil empreender esforços para realizar uma transformação violenta e rápida na sociedade, ficando a cargo da entidade organizar o movimento e pleitear reivindicações por meio de meios pacíficos. Sobre os ganhos do município foram tecidas as seguintes palavras:

Trata-se de uma instituição de alto sentido social. O operário uberlandense passa a ter na casa, que é sua, mais um fator de

¹⁵³ *Correio de Uberlândia*. 05/05/1949.

¹⁵⁴ *A Voz do Triângulo*. 06/05/1951.

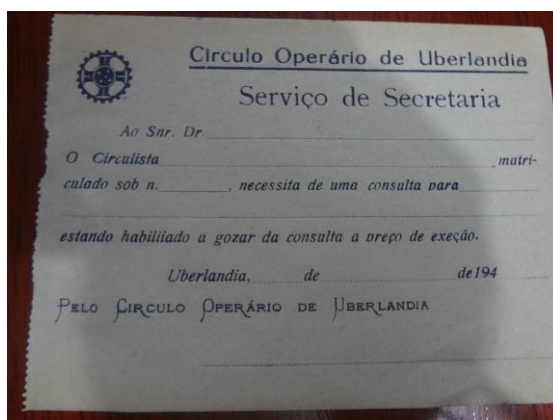
¹⁵⁵ *O Repórter*. Uberlândia. 01/05/1951.

organização da sua classe, o que, em última análise, representa o fortalecimento desta.

O fato assinala um grande progresso do proletariado uberlandense, evidenciando a sua compreensão de que, unido poderá solucionar muitos, senão todos, os problemas com que cada membro que a compõe se defronta. (...) A instituição já criou a cooperativa dos seus associados, permitindo a estes a aquisição dos produtos por um preço mais razoável, devido a eliminação dos lucros do intermediário varejista. Faz funcionar uma escola para a prole dos seus finados. Mantém uma caixa de socorros mútuos para assistência funerária. Em sua, vai propiciando, ao proletariado, uma boa parte das assistências que o Estado lhe recusa.¹⁵⁶

O jornal de circulação nacional *O Clamor* registrou a inauguração da sede do Círculo Operário de Uberlândia ressaltando com entusiasmo as realizações do núcleo ao difundir com êxito a doutrina iniciada pelo padre Bretano. Dentre outros aspectos, destaca-se o amparo moral e material que os trabalhadores de Uberlândia recebem da entidade como “escola gratuita para si e para sua família, Caixa de Socorro Mútuo, Cooperativa de Consumo, serviços médicos, dentários e farmacêuticos a preços reduzidos”. Além disso, há festividades e missas dedicadas aos operários na sede dos Círculos, além de “imponentes passeatas dos operários pelas ruas da cidade”, em desfiles cívicos ou em datas comemorativas como o Dia do Trabalho.¹⁵⁷

Fotografia 6 - Guia para consulta médica com desconto dos membros do círculo



Fonte: Inserir a Fonte.

¹⁵⁶ *Correio de Uberlândia*. Uberlândia. 01/05/1951.

¹⁵⁷ *O Clamor*. Rio de Janeiro. 09/1949.

A publicação *Aparecida em Marcha* trazia de forma rotineira notícias relacionadas ao Círculo Operário de Uberlândia. De modo geral, os artigos traziam chamadas para as assembléias ou registros das atividades circulistas, bem como eventos a serem realizados.

Nota-se que os artigos relacionados às atividades dos Círculos tanto em jornais de maior circulação, quanto às publicações católicas, convergem com os interesses de da classe dirigente. Em alguns casos, a entidade “porta-voz” dos trabalhadores se manteve omissa diante de ações patronais que pudessem ser encaradas como arbitrariedades. Mas o esforço para manter o clima conciliatório entre as partes se dava sob uma pauta de justiça e dignidade.

Considerações Finais

Ao confrontarmos as concepções que tratam de Uberlândia, a “cidade jardim”, como um município propenso ao progresso econômico, de ambiente ordeiro e pacífico, encontramos uma série de contradições no que tange, sobretudo, ao discurso oficial sobre a história do município. Observou-se ao longo do trabalho que o progresso econômico uberlandense entre os anos 40 e 60, foi marcado por intensos conflitos entre a classe patronal e os trabalhadores locais. Embora houvesse um esforço por parte da burguesia de disciplinar os operários, reprimindo suas manifestações e criando mecanismos de controle, o que se deu na prática foi a constituição de um campo de disputa entre estes dois setores.

É notório que o município tenha registrado grande crescimento demográfico e econômico durante este período. A posição geográfica privilegiada, a abertura de estradas, a malha ferroviária da região e as ações do empresariado e de políticos locais contribuíram para que a cidade se tornasse um ponto estratégico para a economia do Triângulo Mineiro. Além dos setores de produção e beneficiamento de alimentos, Uberlândia teve grande destaque no setor de distribuição, devido à grande quantidade de armazéns e caminhões locados no município.

No entanto, todo este progresso atraiu uma gama de trabalhadores que foram absorvidos por este dinâmico mercado. Mesmo com a alta demanda por mão-de-obra, às condições impostas a estes trabalhadores contrariava o discurso vinculado na imprensa de que Uberlândia ofereceria aos operários da região uma melhor condição de vida, tendo acesso a bens materiais, saúde, educação e moradia.

Foram aprovadas diversas leis trabalhistas que buscavam regulamentar e controlar o movimento operário brasileiro, a fim de evitar a proliferação do comunismo entre os trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, a Consolidação das Leis do Trabalho, fortemente inspirada na carta Encíclica Rerum Novarum e na Carta del Lavoro da Itália fascista, garantiu a oficialização de diversos direitos cujo cumprimento acarretaria em melhores condições de vida e trabalho aos operários.¹⁵⁸ Esta ação tinha como intuito disciplinar os trabalhadores e evitar percalços como greves ou demais ações que viessem a prejudicar o desenvolvimento industrial do país.

¹⁵⁸ GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil, 1917-1937*. Ed. Campus. RJ, 1979.

Todavia, a legislação trabalhista aprovada durante o primeiro governo de Getúlio Vargas não foi suficiente para garantir que os trabalhadores exercessem seus direitos. Pelo contrário, assim como em Uberlândia, diversas ações do movimento operário foram postas em prática na luta contra a opressão da burguesia.

Havia, no entanto, outro elemento compondo este cenário, os Círculos Operários Católicos. Tendo em vista a impossibilidade imposta pela legislação trabalhista de se formar sindicatos católicos, idealizados para proteger o operariado cristão do comunismo e lutar pela justiça social bem como organizações partidárias dessa natureza, os Círculos Operários foram a materialização de uma estratégia da Igreja de atuar entre os menos favorecidos e combater as mazelas geradas pelo capitalismo, ainda que a eliminação da desigualdade social não seja pauta desta proposta.

Neste sentido, os Círculos Operários se espalharam pelos grandes centros urbanos do país doutrinando e assistindo fileiras de trabalhadores. Com amplo apoio do poder público e do setor patronal, essa entidade exerceu grande influência no movimento operário de modo a desarticular a postura combativa de algumas vertentes e colaborar com o controle, mas também com a assistência dos trabalhadores.¹⁵⁹

É possível afirmar que, em certa medida, os Círculos Operários antecipam algumas práticas que seriam implementadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio por meio das leis trabalhistas – como as medidas adotadas na área da seguridade social, permitindo aos trabalhadores acesso a atendimento médico, educação, fundo de amparo e etc..

Por tal postura, a proposta da Igreja Católica encontrou o cenário propício para atuar diante da conjuntura autoritária que se estabeleceu a partir do movimento que levou Getúlio Vargas ao poder em 1930. Acrescido esse fator, os Círculos podem ser considerados como elemento catalisador entre o Estado e a população, pois este garantia o acesso aos trabalhadores àquilo que deveria ser provido pelo Estado. Por outro lado, ele estimulava a postura “pelega”¹⁶⁰ dos operários estabelecendo uma interface com o governo e a burguesia nacional.

Esse quadro evidencia-se, em Uberlândia, à luz das diversas disputas entre os trabalhadores o empresariado. Fica clara a postura repressora da burguesia local e as

¹⁵⁹ ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Círculos Operários Católicos: Práticas de Assistência e de Controle no Brasil – 1392-1945*. 1992. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

¹⁶⁰ Expressão popularizada durante o período Vargas para denominar sindicatos e militantes que atuavam de acordo com o que era preconizado pelas leis de sindicalização, ou seja, atrelado ao Estado.

severas condições impostas aos operários. Daí decorre dois fatores: o primeiro refere-se ao potencial disciplinador do Círculo Operário, com todo um arcabouço ideológico disseminado por meio da educação do trabalhador e atividades formativas como palestras, cursos ou mesmo celebrações patrióticas como o 1º de Maio ou o aniversário do município. Isso colaborou para que os conflitos entre classes no município fossem atenuados.

O segundo fator concerne à influência e a importância do Círculo para os trabalhadores e para a cidade. Primeiramente, embora se trate de uma instituição com oriente ideológico e político bem definido, o que atraiu a maior parte dos associados era na verdade os benefícios oferecidos pela entidade, uma vez que o simples fato de ser circulista permitia ao operário o acesso a cooperativas, consultas médicas e odontológicas, oferta de emprego, educação para a família e diversas opções de lazer, direitos consolidados em lei e que deveriam ser garantidos pelo Estado. Ou seja, o que realmente atraía os trabalhadores era o caráter assistencialista da entidade que, ao mesmo tempo, reafirmava a presença da Igreja na sociedade e atuava de acordo com as regras da política corporativista do governo.

Destarte, entendemos que a realidade social no período analisado é muito mais complexa no que se refere às produções sobre o tema, principalmente no que tange à atuação da Igreja Católica, que, como vimos, desempenhou papel fundamental repercutindo nas práticas cotidianas dos trabalhadores.

Referências

Jornais

O Repórter – 1942 – 1960.

A Voz do Triângulo – 1951.

O Clamor – 1949.

O Correio de Uberlândia – 1951.

Opúsculos

ADC. *O Veneno do Bolchevismo*. São Paulo. 1950.

ADC. *A Internacional Comunista*. São Paulo, Brasil. 1950.

CÂMARA, D. Jaime de Barros. *A Igreja e os Operários*. 33ª Pastoral. Tipografia Editora São Pio X Ltda. J. Botânico.

LEÃO XIII (1878 – 1903). Carta Encíclica *Rerum Novarum* “Das Coisas Novas”: Sobre a condição dos operários. Disponível em:

http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html. Acesso em: jun. 2012.

LEÃO XIII. *Carta Encíclica Quod Apostolici Muneris*. (Sobre o Socialismo e o Comunismo). Disponível em: <http://depositop.blogspot.com.br/2011/02/enciclica-quod-apostolici-muneris-leao.html>. Acesso em: out. 2012.

PIO XI (1922 – 1939). *Carta Encíclica Quadragésimo Anno*: Sobre a restauração da ordem social. Juiz de Fora: Editora Lar Católico. 1944.

PIO XI (1922 – 1939). *Carta encíclica Divini Redemptoris*, 1937. Disponível em:

http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris_po.html. Acesso em: ago. 2009.

Teses e Dissertações

ALMEIDA, Maria de Fátima Ramos de. “*Uberlândia Operária*”: Uma Abordagem sobre as relações sociais em Uberlândia – 1950 – 1964. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Círculos Operários Católicos: Práticas de Assistência e de Controle no Brasil – 1392-1945*. 1992. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *Triângulo: capital comercial geopolítica e agroindústria*. 1989. 189f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.
- CALVO, Célia Rocha. *Muitas Memórias e Histórias de uma Cidade: Experiências e Lembranças de Viveres Urbanos Uberlândia 1938-1990*. 2001. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- CARMO, Luiz Carlos do. *“Função de Preto”: Trabalho e Cultura de Trabalhadores Negros em Uberlândia/MG 1945/1960*. 2000. 177f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.
- DAMASCENO, Fernando Sérgio. *Condições de vida e participação política de trabalhadores em Uberlândia nos anos de 1950/60*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.
- DIEHL, Astor Antonio. *Os Círculos operários: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932 – 1964)*. 1986. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1986.
- OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte: Uberlândia – 1950 – 1985*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.
- RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. *Trabalho, Ordem e Progresso: Uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense – o setor de serviços – 1924 – 1964*. 1989. 214f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- SANTOS, Jovelina Silva. *Círculos Operários no Ceará: “instruindo, educando, orientando, moralizando” (1915 – 1963)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.
- SILVA, Idalice Ribeiro. *Flores do Mal na cidade Jardim: Comunismo e anticomunismo em Uberlândia – 1945 – 1954*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - , Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- SOUZA, Luciene Maria de. *Entre o ideal e o real: a construção do pensamento empresarial uberlandense e seus projetos educacionais para a formação dos trabalhadores*. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

Bibliografia

- ALEM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia. *História e Perspectiva*, Uberlândia, v. 2, n. 4, jan./jun. 1991.
- BARRETO, Álvaro. Uma avaliação da produção historiográfica sobre os Círculos Operários. *Anos 90*, Porto Alegre, n.7, jul. 1997.
- BEOZZO, Pe. Oscar. Igreja e Estado no Brasil. In: FLEURI, Matias Reinaldo (Org.). *Movimento Popular, Política e Religião*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- BRETANO, Leopoldo. *Copa em Revista: 20 Anos do Círculo Operário Porto Alegrense*. Porto Alegre, n. 24. 1954.
- CARONE, Edgar. *A Segunda República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- CUNHA, Antonio Afonso. *Nossos pais nos contaram – História da Igreja em Uberlândia, 1818 – 1989*. Universidade Federal de Uberlândia, 1989.
- CUNHA, Sandra Carla Siamoto da. *Dominação e Resistência Operária em Uberlândia – 1940 – 1945*. Monografia. Universidade Federal de Uberlândia. 1990.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*. São Paulo: Hucitec/ Editora UFMG, 1988.
- _____. *O ardil totalitário: imaginário político dos anos 30*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1997.
- DIEHL, Astor Antônio. Estado Novo: corporativismo e círculos operários. *Estudos Ibero-americanos*, v.13, n.1, 1987 Porto Alegre: EDIPUCRS.
- FAUSTO, Boris (Org). *O Brasil Republicano; sociedade e política – (1930 – 1964)*. 5º Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1991. v. 3. (História Geral da Civilização Brasileira).
- FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.
- _____. *A invenção do Trabalhismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- HOBBSBAWM, E. J. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas: Unicamp/Papirus, 1986.
- LIMA, Alceu Moroso. *O Problema do Trabalho* (Ensaio de Filosofia Econômica). Rio de Janeiro: Ed. Agir. 1942.

MACHADO, Maria Clara Tomaz; PATRIOTA, Rosangela (Orgs). *Histórias e Historiografia: Perspectivas contemporâneas de investigação*. Uberlândia: EDUFU, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Osvaldo Coggiolla (Org). Ed. Boitempo. 2007.

MANUAL DO CÍRCULO OPERÁRIO. CNOC. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1939.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”: O Anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

MUNAKATA, Kasumi. *A Legislação Trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da Fala: Origens da ideologia trabalhista no Brasil*. Ed. Boitempo. 1999.

PORTELLI, Hugues. *Os socialismos no discurso social católico*. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

PRONI, Marcelo Weishaupt. História do capitalismo: uma visão panorâmica. *Cadernos do CESIT*, Campinas, n. 25, out. 1997.

Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, vol. 29, nº 58, jul.- dez., 2009.

ROLLET, HENRI. O trabalho, os trabalhadores e a Igreja. 1963. Apud: SANTOS, Carla Xavier dos. *Nossa Senhora de Medianeira Rogai Por Nós: A Relação do estado novo com a igreja católica através dos círculos operários no Rio Grande do Sul (1937-1945)*. Porto Alegre: EDIPURCS, 2008.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado (uma crítica ao populismo católico)*. São Paulo: Kairós, 1979.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

Web

LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. 1917. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/docs/oimperialismo.pdf>

Histórico de Uberlândia. Disponível em:
<http://www.sppert.com.br/Artigos/Brasil/Minas_Gerais>. Acesso em: jan. 2013.